

AUTORES E AUTORAS

Cristina de Jesus Nogueira
Daiane Kelli Moreira Carneiro
Gean Martins da Silva
Maiana da Silva Lopes
Moisés dos Santos Viana

O objetivo do livro é apresentar reflexões teóricas-metodológicas e relatos de experiências de pesquisa em comunicação, uma crítica ao fazer comunicacional que compusemos como conhecimento nos últimos anos na Universidade do estado da Bahia, UNEB, Campus 14, em Conceição do Coité-BA. Das malhas compostas pelo tempo, há as narrativas baseadas na experiência do pensar e do saber-fazer. Assim, na tessitura deste livro fazemos memória e revisitamos momentos singulares e desafiadores, compostos por encontros e projetos. Como um memorial, as relações emergem compondo a “vida vivida” cheia de experiências e afetos. Dessa afetividade podemos pensar as experiências de vida que podem ser narradas para fins da divulgação do conhecimento, como por exemplo, a comunicação no Território do Sisal. Desse modo, compreendemos que a memória vivida é fundante da existência do presente. Só há o presente, porque a memória do passado vem à tona pela força da vida que regulariza, condiciona e possibilita o futuro. Só haverá futuro se houver o passado, e nos dizeres ancestrais nagô “Mesmo que a árvore caia, se a raiz estiver viva, brotará”, porque há o que pode ser contado.

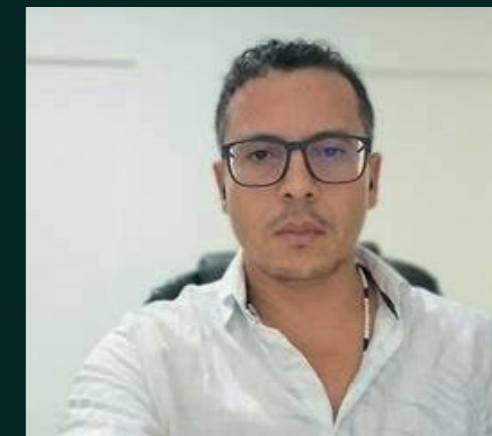


Moisés dos Santos Viana
(Organizador)

EXPERIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
Em Difusão do Conhecimento

Moisés dos Santos Viana
(Organizador)

EXPERIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO Em Difusão do Conhecimento



Moisés dos Santos Viana

Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - DEDC - Conceição do Coité-BA - Comunicação Social - Rádio e TV. Coordenador do Núcleo de Ensino e Aprendizagens Digitais do Centro Interdepartamental de Pesquisa em Educação e Humanidades (CIPEHUM). Coordenador Setorial de Estágio Supervisionado em Comunicação Rádio e TV. Atua nas áreas de Comunicação Social, Inovação, Experiências Comunicacionais, Estágio Supervisionado, Modelagem e Difusão do Conhecimento. Membro do grupo de Pesquisa: Agricultura Comparada e Agricultura Familiar (UFBA).

Moisés dos Santos Viana
(Organizador)

EXPERIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
Em Difusão do Conhecimento

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

V614e Viana, Moisés dos Santos (org.).
Experiências da comunicação em difusão do conhecimento /
Organizador: Moisés dos Santos Viana; Prefácio de Rosane Meire Vieira de Jesus.
1. ed. - Campinas, SP : Pontes Editores, 2023; figs.; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-918-0.

1. UNEB. I. Título. II. Assunto. III. Organizador.

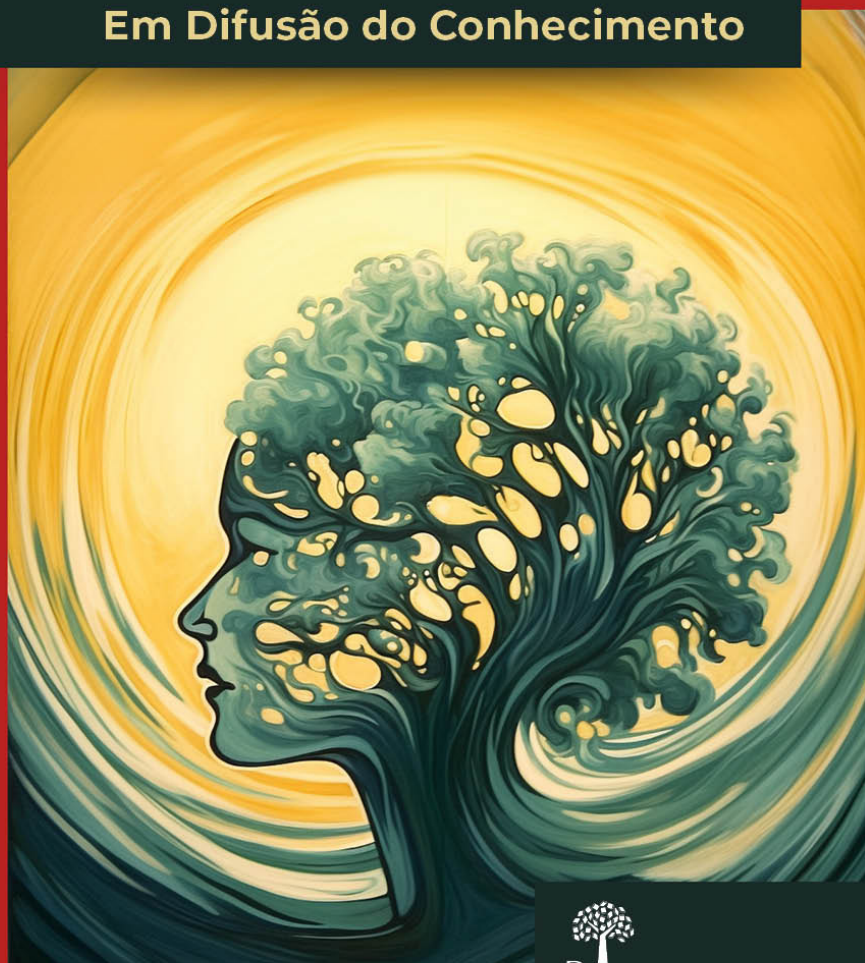
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo. 070.4
2. Mídia / Meios de comunicação. 302.23

Moisés dos Santos Viana
(Organizador)

EXPERIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
Em Difusão do Conhecimento



Copyright © 2023 - DO organizador representante dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Capa: Acessa Design
Revisão: Joana Moreira

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil 2023

Aos estudantes e colegas da UNEB.





SUMÁRIO

PREFÁCIO 9
Rosane Meire Vieira de Jesus

APRESENTAÇÃO 13

INTRODUÇÃO 17

PRIMEIRA PARTE ESTATUTO DA FILOSOFIA NA COMUNICAÇÃO

COMUNICAR-SE: O PROPÓSITO DO AGIR COMUNICACIONAL..... 25
Moisés dos Santos Viana

EXAME E COMPREENSÃO: METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA REALIDADE .. 35
Moisés dos Santos Viana

ASPECTOS CULTURAIS DA CONCEPÇÃO DE HUMANO..... 47
Moisés dos Santos Viana

NOVAS TECNOLOGIAS-INOVAÇÕES DE PODER..... 57
Moisés dos Santos Viana

SEGUNDA PARTE EXPERIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

UM CORAÇÃO PARTIDO: O JORNALISMO CONVENCIONAL E OS DESAFIOS
ÉTICO-POLÍTICOS DAS PLATAFORMAS *ON-LINE* 77
Moisés dos Santos Viana

COMUNICAÇÃO: A FORMAÇÃO DE DIABOS HÁBEIS	83
Moisés dos Santos Viana	
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: DIREITO A TER DIREITOS	89
Moisés dos Santos Viana	
ESCOLHAS E DEVERES: A PAUTA E A EDIÇÃO JORNALÍSTICA	95
Moisés dos Santos Viana	
COMUNICAÇÃO, INTERAÇÃO E IDENTIDADES NA COMUNIDADE DE ROSE, EM SANTALUZ-BA	107
Moisés dos Santos Viana	
CAIXA DE PANDORA: A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	113
Moisés dos Santos Viana	

TERCEIRA PARTE TRABALHOS COLABORATIVOS

PRAZER EM CONHECER #DIÁLOGOS.COM	131
Moisés dos Santos Viana	
Daiane Kelli Moreira Carneiro	
Gean Martins da Silva	
Maiana da Silva Lopes	
MULHERES EM MOVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE MULHERES QUE SE CONECTAM PARA EMPODERAR OUTRAS MULHERES	139
Maiana da Silva Lopes	
A EXPERIÊNCIA COMUNICACIONAL NO ÂMBITO SINDICAL NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	149
Cristina de Jesus Nogueira.....	149
SOBRE OS AUTORES	165



PREFÁCIO

Rosane Meire Vieira de Jesus
Doutora em Educação e Pró-Reitora de
Extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O prefácio é uma apresentação preliminar de uma obra.

Numa análise etimológica, apresentação e presença têm o mesmo significado - “que assiste pessoalmente” (Cunha, 2007, p. 633). O elemento prefixal a- “não altera o significado do vocábulo” apresentação (Cunha, 2007, p. 1). Entretanto a única diferença em relação à presença é que, em apresentação, há também o sufixo nominal –ação, derivado do latim “-atio –onis, que forma substantivos abstratos deverbais, com a noção básica de ‘ação, ato’, deduzidos dos participios em –atus (>-ADO) da primeira conjugação: acetilação, capinação, dominação” (Cunha, 2007, p. 7-8).

Apresentação é o ato de apresentar, mostrar, exhibir, expor pessoalmente, isto é, estar diante de algo. O ser é linguagem, porque é apresentação de si mesmo. São enquanto linguagem que as pessoas têm um mundo, um mundo estruturado linguisticamente, aberto a experiências de outriedade.

Assim, apresento “Experiências da comunicação: em Difusão do Conhecimento” ou apresento Moisés Viana ou me coloco diante da presença desta obra, através das minhas experiências com Moisés Viana. E tudo cabe, mas nem cabe tudo.

O livro é organizado em três partes: “Estatuto da filosofia na Comunicação”, “Experiências da Comunicação” e “Trabalhos colaborativos”. Didaticamente, o autor que é um grande cínico, em seus jogos de linguagens sobre a produção de conhecimentos da Universidade e seu caráter de veracidade ou de verossimilhança, debruça-se nos movimentos teórico-filosóficos sobre a disciplina científica da Comunicação, tão recente enquanto campo epistemológico; para então, trazer registros do mundo visível, através das narrativas de experiências, em movimentos de incorporação dos saberes-índices carregados de fazeres que evidentemente excedam o registrado para aquilo que, simplesmente, se sabe.

Na última parte, não é ele nem são eles, mas escritas em solidariedade e colaboração que nos coloca em um processo perceptivo e afetivo de “participação” com o objetivo do livro que é apresentar “reflexões teóricas, metodológicas e relatos de experiências de pesquisa em comunicação, crítica ao fazer comunicacional e relatar o que foi produzido nos últimos 15 anos” na trajetividade do autor, como professor universitário intenso e radical.

A obra põe em jogo as dimensões de apresentação de mundos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na área da Comunicação (a obra como registro sócio-histórico, suscitado pela habilidade de mostrar) e representação de mundos de si/do autor ou daquilo que é a formatividade dele que aparece para mim (a obra como constructo das experiências, provocado pela habilidade de narrar).

De novo, o cinismo do autor nos leva a uma experiência de verdade do livro, pela relação complexa entre credibilidade e impertinência que relaciona formação, agentes sociais, economia, política

e os desafios do saber universitário, a partir do “cotidiano material de ensino-aprendizado dos discentes e do convívio com o semiárido” no Território de Identidade do Sisal.

Mas calma! Isto só é uma apresentação preliminar.

Referência

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.





APRESENTAÇÃO

Das malhas compostas pelo tempo, há as narrativas baseadas na experiência do pensar e do saber-fazer. É a forma pedagógica da memória, do ensinar e de contar. Por isso, o fazer memória é “trama”, como diz Ruy Póvoas (2010). Assim, na tessitura deste livro faço memória e revisito momentos singulares e desafiadores, compostos por encontros e projetos.

Como um memorial, as relações emergem compondo a “vida vivida” cheia de experiências e afetos. Dessa afetividade podemos pensar nas “experiências simbólicas de mundo” (Sodré, 2017, p.100), ou seja, as experiências de vida que podem ser narradas para fins da divulgação do conhecimento, como por exemplo, as experiências da comunicação no Território do Sisal.

Assim compreendo que a memória vivida é fundante da existência do presente. Só há o presente, porque a memória do passado vem à tona pela força da vida que regulariza, condiciona e possibilita o futuro. Só haverá futuro se houver o passado, e nos dizeres ancestrais nagô “Mesmo que a árvore caia, se a raiz estiver viva, brotará”, porque há o que pode ser contado.

Desse modo, o objetivo do livro é apresentar reflexões teóricas, metodológicas e relatos de experiências de pesquisa em comunicação, crítica ao fazer comunicacional e relatar do que compusemos como conhecimento nos últimos anos.

Minha atuação de mais de uma década na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como professor substituto me formou à medida em que o mundo ia mudando comigo. A atuação de trabalho foi a possibilidade de troca e de doação, quando pude atuar em diversas áreas, especificamente como docente do ensino superior. E aqui aponto caminhos percorridos e novos horizontes de meu trajeto profissional. Assim, encaminho-me para percursos delineados.

A importância dessas experiências (Viana; Silva; Silva, 2018) está em consonância com a atual conjuntura socioeducacional em que faço minhas investigações e realizo a docência. Minha discussão sobre a problemática do conhecimento, saberes, currículo, tecnologias e suas dimensões humanas se desdobram nos embates importantes para o território e o campo da comunicação social. Minha vivência profissional como docente substituto na UNEB evidenciou um desafio do ponto de vista teórico-científico, fundamentos e potencialidades que se constituem em uma “ecologia do saber”, (Souza Santos, 2005), passo fundamental para a realização humana.

Ao pensar no futuro, faço memória desses doze anos de atuação na UNEB, relembro os lugares que passei e aprendi sobre a universidade pública que está fixada em um tripé indissociável: Ensino, Pesquisa e Extensão. A vida profissional é direcionada para produção e difusão de conhecimentos, bem como as demais vivências no Território do Sisal com o desafio de trabalhar em uma universidade interiorana, territorializada, popular e inclusiva, contribuindo para o caráter inovador e pioneiro.

A minha atuação e participação na UNEB me leva às questões que relacionam formação, agentes sociais, economia, política e os desafios do saber universitário (Viana, 2009). Levo em conta o cotidiano material de ensino-aprendizado, os discentes e o convívio com o semiárido neste território.

Referências

PÓVOAS, Ruy do Carmo. **A memória do feminino no candomblé: tecelagem e padronização do tecido social do povo de terreiro**. Ilhéus: Editus, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, sociedade & culturas**, Porto, n. 23, p. 137-202, 2005. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/96322>. Acesso em: 5 jan. 2008.

VIANA, M. dos Santos. O Desafio Social do Saber Universitário. **Espaço Acadêmico. Revista Eletrônica da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá, v. 9, p. 31-38, Ago. 2009. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/.../4448 . Acesso em: 20 jan. 2014.

VIANA, M. dos Santos; SILVA, J. O. ; SILVA, L. L. . Das experiências da comunicação à comunicação das experiências: aspectos preliminares da pesquisa. *In*: PIMENTEL-JÚNIOR, C.; SALES, M. A.; JESUS, R. M. V. (org.). **Currículo e Formação de Professores: redes acadêmicas em (des)articulação**. 1.ed. Campinas: Pontes, 2018, v. 1, p. 258- 272.





INTRODUÇÃO

Nossa primeira aproximação com o conceito de experiências da comunicação remete aos processos de conhecimento pelas vias das relações de vida em um *habitat*, por isso este conceito não deve ser menosprezado em nossas reflexões hodiernas e nem tampouco nos processos de crítica e no fazer teórico-metodológico. Nesse ponto, podemos pensar a experiência em três níveis distintos, a experiência-equivalente, a experiência-ação e a experiência-validada. Compreendê-las só deve fazer sentido no âmbito de ecossistema posto como observável, reflexivo e crítico.

A experiência equivalente nasce de uma proposta de agentes em um território, com história, com vida, com saberes-fazer, compreende um entendimento de uma biocognição e por isso mesmo biossistêmico. Essa característica garante a singularidade das agências no processo de afetividade e criatividade. Já a experiência-ação é o fazer bio-informativo, a transformação das agências não-humanas pelas agências humanas e vice-versa. O conhecer é sempre um conhecer sobre algo em um tempo-espaço característico, em vias de regra nutrido por uma rede abundante de relações. Essas redes emergem como uma operação contínua de aspectos rizomáticos e comunitários, uma trama, uma cesta de sisal trançadas por seres diversificados e reconhecidos pelo território.

A emergência das experiências-validadas é em si uma característica da comunicação. Compreendendo então que comunicação é essa expectativa operativa de agentes qualificados no território que concede a materialidade para as sociabilidades postas. Nesse caso, refletir sobre experiências da comunicação é mais do que tudo dar sentido às relações estabelecidas no campo da materialidade, descobrir a materialidade como um fazedor de atmosfera afetiva, construtora de mundo e de modos de existência. Por isso, pensar a experiência neste livro é revisitar o conceito de experiência da comunicação, pois não desvinculamos as experiências como um fazer da difusão do conhecimento.

Na **primeira parte** dividimos em quatro ensaios sobre a relação entre filosofia e comunicação. Em **Comunicar-se: o propósito do agir comunicacional** fazemos uma reflexão sobre o agir comunicacional baseado nas relações que nos orientaram na compressão da comunicação como ação e reflexão crítica, levando em conta que essa teoria tem uma grande envergadura para os estudos da comunicação. Em **Exame e compreensão: metodologias de Análise da Realidade** há uma reflexão acerca da categoria do saber enquanto metodologia de exame da realidade. Primeiro, faz-se uma análise do método cartesiano, suas implicações na formação do pensamento moderno em seguida destacamos o pensamento kantiano como modo crítico de observação da realidade, a racionalidade e o limite que isso tem, apontando para uma possibilidade ética. No ensaio **Aspectos culturais da concepção de humano** refletimos a categoria do saber das concepções culturais-antropológicas do ser humano na cultura ocidental. Traçamos um quadro tendo como metodologia o exame e a reflexão. Em um primeiro momento os pontos convergentes podem elucidar aspectos dos diversos sentidos que perpassam a cultura contemporânea. Em **Novas tecnologias-inovações de poder**, há uma introdução ao pensamento de Byung-Chul Han, especificamente o conceito de psicopolítica, a partir da leitura dos livros, “*A Sociedade do Cansaço*” (2015); “*Sociedade da Transparência*” (2017); “*No*

enxame: Perspectivas do digital” (2018c); “*Psicopolítica*” (2018a), com perspectiva de relacionar a atualidade das condições de produção de tecnologia e ciência, com a noção de política/poder. A análise destas relações é feita a partir de mapas conceituais (autores, filosofia e conceitos), indica a possibilidade de elaboração de um instrumental (método-ação) que pode se transformar em chaves para a compreensão do mundo das tecnologias e inovações.

A **segunda parte** deste livro é composta por resultados de pesquisas, reflexões e críticas ao fazer comunicacional, tratando a comunicação como experiência qualificada e diálogo profícuo. No texto **Um coração partido: o jornalismo convencional e os desafios ético-político das plataformas on-line** começamos a falar das relações entre comunicação jornalismo e as novas demandas para composição da notícia na comunicação das redes como forma de pensar uma nova ambiência do fazer da notícia e como isso afeta as relações comunicacionais nas plataformas *on-line*. Nesta atmosfera crítica refletimos em **Comunicação: a formação de diabos hábeis** o desafio o ensino da comunicação e suas mediações na deriva das relações profissionais e como isso marca as experiências formativas em comunicação. Em **Da mídia à barbárie ou o pêndulo de Claude Lévi-Strauss**, fazemos uma crítica ao modo de compressão social a partir da visão da mídia em uma sociedade escalonada de violência racista, colonial e bárbara. No entanto, em **Comunicação comunitária: direito a ter direitos**, refletimos sobre o ecossistema da comunicação comunitária e o posicionamento de entender a comunicação como elemento de direitos humanos e sociais. No texto **Escolhas e deveres: a pauta e a edição jornalística** é uma reflexão sobre a produção jornalística que pode ser entendida como um processo técnico-intelectual em que perpassam etapas como a pauta e a edição. Compreender este acontecimento é um desafio que abrange a formação do jornalista e sua posição como produtor cultural, capaz de construir e reconstruir a realidade sociocultural. Em **Comunicação, interação e identidades**

na comunidade de Rose, em Santaluz-Ba apresentamos as relações entre a comunicação e as narrativas de identidades percebidas na comunidade Rose, Santaluz-BA. Baseando-se nos conceitos de Experiência Comunicacional e Interações Simbólicas, busca-se, a partir da pesquisa de campo, a possibilidade de descrever um perfil dessa comunidade socialmente estabelecida no Território do Sisal. No bojo da reflexão da comunicação, em **Tempos pandêmicos, em público, em privado e em rede**, destacamos um ensaio sobre a pandemia e as relações em rede durante a peste da Covid-19. Já em **Caixa de Pandora: a produção jornalística e a construção da realidade** destaca a produção jornalística como uma ação orientada por elementos fundamentais ou teorias, que organizam a práxis de tessitura da notícia. Desse modo, o jornalismo é um saber-fazer, mas que se destaca não como espelho e sim como um construtor/reconstrutor da realidade social, destacando múltiplos sujeitos como o jornalista, a organização, as instituições sociais e a cultura social em que a produção jornalística atua.

A **terceira parte** deste livro são resultados de trabalhos colaborativos, em parcerias diversas, bem como orientações de trabalhos de conclusão de curso ou trabalhos de iniciação científica, o que marca a perspectiva de redes que formamos e construímos. Em **Prazer Em Conhecer #Diálogos.com** é um momento de apresentar parte dos resultados das experiências vividas na extensão durante o ano de 2022, na UNEB, Campus XIV, em Conceição do Coité-BA. As oficinas envolveram 4 grupos de produção de mulheres, as cooperativas “Sabores da Terra”, “Delícias da Mandioca”, “Doce nosso” (Comunidade de Papagaio-Valente-BA) e “Fibras do Sertão” (Cooperafis - sede em Valente-BA). Em **Mulheres em movimento: um estudo sobre mulheres que se conectam para empoderar outras mulheres**, Maiana da Silva Lopes relata um estudo sobre a cooperativa de mulheres, Sabores da Terra e a Delícias da Mandioca, ambas na Comunidade do Papagaio, em Valente, Bahia. Assim, ela descreve a atuação de mulheres agricultoras no Território do Sisal, sua realidade, os recursos que

tinham e o poder de mudar de vida e também elevando a autoestima. Destacamos ainda a participação da Comunicação como instrumento valioso no Território em a **Experiência comunicacional no âmbito sindical no Território do Sisal** de Cristina de Jesus Nogueira, fruto de reflexões na pesquisa de Estágio Supervisionado do Bacharelado em Comunicação Rádio e TV.





PRIMEIRA PARTE

ESTATUTO DA FILOSOFIA NA COMUNICAÇÃO





COMUNICAR-SE: O PROPÓSITO DO AGIR COMUNICACIONAL

Moisés dos Santos Viana

O ser humano é um comunicador, tem os equipamentos biológicos e a estrutura cultural para tal ação, transforma a realidade em discurso e a reelabora de uma maneira a proporcionar significações profundas em sua vida como um todo. Comunicar é ter em si o aspecto de sujeito. A humanidade se compreende em sociedade, e junto com seus semelhantes elabora significações sobre sua realidade. Isso é comunicar-se. Assim, ele dá sentido à existência, orientando suas ações para representar-se e representar suas relações sociais. Na sociedade atual, esse poder humano se maximizou com os sistemas de comunicação social.

Comunicar e meios de comunicação

Entende-se comunicação muito mais que a técnica e transmissão de informação por meio de sofisticados processos (internet, tv, rádio). Comunicação é compartilhar dos espaços simbólicos, coabitação e confiança. Pela comunicação se faz uma captação dessa novidade e uma leitura dentro de um nível de conhecimento, de saber e de vivência. Moldar novos valores e leituras da atualidade, desenvolvendo-se nos indivíduos e na sociedade humana.

Além do mais, as formas sistemáticas da comunicação e sua instantaneidade delineiam as estruturas das organizações globais, combinando nas fluências materiais da comunicação: o ser e o estar no mundo. Tudo isso gera uma interrelação, desenvolvendo a circulação de sujeitos bem como de linguagens, culturas e identidades, isto é potencializado pela comunicação social na vida das pessoas sem limites físicos.

No entanto, surgem as disparidades marcadas por níveis de vida variados, próximos fisicamente, mas que mantêm uma profunda distância nos campos econômicos, sociais, políticos e culturais. O acesso, por exemplo, ao ensino de línguas para enfrentamento do contexto da globalização, ou mesmo da influência global em nível local. As linguagens, nesse turno, tornam-se um mecanismo de separação econômica, dando características marginais a grupos, populações inteiras que não se adaptam a nova lógica de consumo e práticas culturais.

Esse problema se intercambia com as perguntas, que haverá com comunidades não-adaptadas? Vão sucumbir? O desafio intelectual-político se amplia cada vez maior, frente a essa demanda não apenas linguístico e comunicacional, mas cultural e sociopolítico.

O fenômeno do comunicar

Compreender a comunicação enquanto processo e fenômeno é um desafio intelectual, para tanto, deve-se levar em conta alguns pressupostos como as características biológicas do ser humano que permitem-no comunicar. A evolução da espécie humana concedeu-lhe certos atributos que a cultura aprimorou, no processo de evolução cultural humana: a postura ereta do corpo, sua forma de andar e o polegar opositor em forma de pinça. No entanto, o sistema nervoso humano com suas capacidades conjugadas dos sentidos, audição, olfato, tato e visão proporcionaram um salto qualitativo. Mas é o cérebro o grande diferencial humano na natureza, pois lhe concedeu elemento biológico para formação cultural, rompendo com o determinismo biológico, concedendo a possibilidade

de planejar livremente, representar simbolicamente em uma atividade bio-cultural (Titiev, 2002). Esta base biológica para a cultura remete ao menos 2,6 milhões de anos, sobrepondo a espécie humana sobre os outros mamíferos. A cultura possibilita a vantagem adaptativa, memória e aprendizagem, apoio ao grupo e associação, pois os seres humanos estão entre os seres mais cooperativos que existem (Kottak, 2013).

Além do mais, a presença de uma subjetividade mental e individual possibilita a vida psíquica cujos resultados são a minimização dos conflitos sociais, a interação natureza-homem-sociedade, rompimento dos limites tempo espaço e os aspectos de novas tecnologias que amplie o sentido social local para uma cultura global. Por isso, linguagem, cultura e pensamento estão interligados e esse processo acontece mediante os signos estruturantes da linguagem humana, ou seja, um processo mediado simbolicamente. A linguagem é o meio específico de atingir o objetivo do estado sociocultural da evolução humana, rumo ao entendimento mútuo provocando mudanças tanto no ponto de vista subjetivo como coletivo.

Assim, a linguagem e a cultura são elementos indissociáveis do processo de comunicação e está intimamente ligado ao ser humano biológico e social em um processo evolutivo, fundamental na cultura presente: “[...] como fenômeno predominante humano, já que supõe a consciência, a comunicação é condição imprescindível para o desenvolvimento da pessoa” (Gomes, 2006, p. 15). O fenômeno da comunicação permite a possibilidade do em humano criar uma existência humana com os outros no mundo. Ela altera a percepção do ser humano, modifica os modos de sentimentos, implantando novas formas de compreender a realidade.

Rüdiger (2011) destaca que a comunicação é uma dimensão constitutiva do humano. Sem comunicação não há vida humana em comum, pois ela é uma característica antropomórfica e cultural. Desse modo a função da comunicação é socialização das consciências, expansão do conhecimento, desenvolvimento da pessoa como indivíduo em uma coletividade.

A ação do Humano no mundo se faz em função de seus significados, tomados pelos processos de comunicação que pressupõem um consenso no mundo da vida e no contexto cultural, daí a força do social que não é uma simples estímulo-resposta, mas expressão e interpretação. Por seu turno, o humano como sujeito social capaz de coordenar suas ações, desenvolvendo uma competência comunicativa mediada pela linguagem (manipulação simbólica estabelece novos consensos): “[...] a comunicação estrutura e estimula todo nosso desenvolvimento como pessoas, constituindo o meio pelo qual conhecemos o mundo, dotando-nos da verdadeira natureza humana” (Rüdiger, 2011, p. 45). Os seres humanos constituem sujeitos sociais capazes de coordenar suas ações e desenvolver uma competência comunicativa.

O desenvolvimento humano em sua fragilidade aponta para a necessidade da comunicação, e a linguagem proporciona uma interação que capacita a espécie a viver no mundo, desenvolvendo o processo de abstração e racionalidade, emoção e sociabilidade. Toda experiência humana passa pela comunicação: “[...] as organizações sociais, as relações econômicas, os valores culturais, todos construídos pelo homem usando como instrumento os comportamentos de comunicação” (Berlo, 2003, p. 11). Ou seja, o comunicar é relacionar-se.

Comunicar é relacionar-se

A comunicação entendida como processo, pode ser compreendida também como relação, pois mais que recepção e emissão de canais, a comunicação tem um função de sentido que envolve qualidade, emissão de valores de sentimentos, relações intersubjetivas para um efeito de consenso e responsabilidade entre agentes sociais uma relação de convencimento, pois passa pelo crivo da intencionalidade, ou seja, o consenso intersubjetivo, seja ele estratégico ou de consenso numa esfera pública adequada.

O comunicar-se é um processo de ação social que se estrutura em sistemas que procura reduzir as tensões do mundo, da vida e mantém equilibrado o funcionamento da sociedade. Por causa dela que há a interação social: as pessoas se comunicam dia a dia com certos propósitos, cujo efeito é o cumprimento de determinadas funções necessárias à manutenção do sistema social, fazer frente aos seus problemas, contato com outros sujeitos sociais e reagir coletivamente, transmitir o patrimônio cultural e manter a coesão social: “As estruturas societárias em que as pessoas vivem determinam o modo como se comunicam e o modo como são influenciadas pela comunicação (Rüdiger, 2011, p. 63). Os indivíduos se comunicam a partir de um compartilhamento de campo comum, um conjunto de conhecimento que permite uma visão de mundo comum no grupo social. Por isso, os sistemas sociais se constituem, sob essa perspectiva, com base na comunicação:

A comunicação é um meio de agir sobre os outros para obtermos a satisfação de nossas necessidades, constitui um processo intencional, pelo qual as pessoas influenciam o comportamento dos demais, levando-os a realizar certas ações cuja premissa não se encontra em sua própria motivação, mas na mensagem que recebem de seu semelhante, e isso no quadro de interações sucessivas, que determinam a formação de verdadeiros sistemas de ação social (Rüdiger, 2011, p. 67).

Como destaca Luhmann (2005), os meios de comunicação fazem funcionar os sistemas sociais, que no horizonte individual são subsistemas fechados em processos autopoieticos. A função primária da comunicação é criar um banco de memória no sujeito social, possibilitando a comunicação, porque os sistemas sociais não podem ser constituídos sem comunicação. Nesse caso, há um processo evolutivo funcional que possibilita a interatividade dos sujeitos sociais.

Comunicação põe em comum os procedimentos no mundo da vida: “maneira de relacionar com o mundo”, diz Ciro Marconde Filho

(2008, p. 17-19), ao definir o que é esse fenômeno: “Comunicação é um acontecimento que tem a ver comigo e como me relaciono com o outro e como as coisas podem me comunicar; é, portanto, uma forma de relação que eu desenvolvo no mundo circundante”. Nessa perspectiva, só o ser humano com sua noção estruturada de comunidade e sua capacidade de abstração pode verdadeiramente se comunicar, pois tal função envolve moral, ética, dever e sentimento.

Os sentimentos são comunicáveis, acontece por diálogos em atmosferas, cenas, climas que vão além das palavras e envolve interesse, sensações, desejos, intuições e percepções. Para o pesquisador uma forma de comunicar é abrir-se ao outro, enriquecer-se com ele em um relacionamento, pois comunicação só acontece se for em profundidade humana: “Contudo, como as falas humanas constituem-se de uma parte consciente, meu discurso sobre mim mesmo, e uma parte inconsciente, meu corpo, meu comportamento, minha postura, necessito juntar as duas informações para entender meu interlocutor” (Marcondes Filho, 2008, p. 34). No processo comunicativo cada pessoa é uma unidade referencial, com espaço, preconceitos próprios, uma interação em relação à dinâmica comunicacional.

O Agir Comunicativo

A comunicação é mediação e socialização da consciência e é mediada pelas formas simbólicas, não pode ser transmitida, mas dialogada, pois é fruto da interatividade ativa em determinado contexto. Sob essa tradição, compreende-se que o humano vive no mundo estruturado materialmente pelo trabalho e simbolicamente pela linguagem tendo a comunicação um papel fundante no processo dialético da evolução social. Em outras palavras, seria uma Ação Comunicativa.

- 1) comunicação como processo de entendimento recíproco entre as pessoas;
- 2) comunicação como socialização que possibilita a identidade do indivíduo;
- 3) comunicação como um processo de integração;

O Agir Comunicativo como elemento protótipo para o fenômeno da comunicação, algo que determinado pelas relações sociais, proporciona um aperfeiçoamento da capacidade humana de desenvolvimento no campo cultural, social e ético: essencial na construção da justiça, cidadania, humanidade. Ação Comunicativa como intenção consensual de entendimento que pressupõe por seu turno:

- a) enunciar de forma inteligível e compreensível (compreensão recíproca - compreensibilidade);
- b) conceder ao ouvinte algo verdadeiro, pressuposto da verdade da mensagem (saber compartilhado - verdade);
- c) entendimento mútuo dos enunciados: a fala acontece dentro da norma, contando com a mesma atitude do interlocutor (confiança recíproca - veracidade);
- d) atingir o objetivo de compreensão junto com o outro, ou seja, autenticidade subjetiva, uma sinceridade do falante (consenso recíproco - justeza).

Desse modo, atinge-se o consenso próximo ao entendimento cultural. A concordância baseia-se na compreensibilidade, na verdade, na sinceridade e no acerto, por isso é uma ética: as proposições são verdadeiras, com pretensões intersubjetivas de correção e justificadas para validade das proposições: “A realidade social se baseia no reconhecimento factual de pretensões de validade contidas em formações simbólicas (enunciados, ações, gestos, tradições, instituições, cosmovisões, etc)” (Pinzani, 2009, p. 85). Por isso ao aceitar tais regras no processo comunicativo, os interlocutores reconhecem a validade das estruturas simbólicas por satisfazer certas condições de adequação: “O intérprete que compreende o significado passa pelas suas experiências fundamentalmente enquanto

participante na comunicação, numa relação intersubjetiva estabelecida através de símbolos individuais [...]” (Habermas, 1998, p. 22). Isso aponta para as pretensões de validade do agir comunicativo, “[...] que deve ser alcançado em um contexto intersubjetivo e por meio de satisfação das condições anteriormente mencionadas” (Pinzani, 2009, p. 86).

Tem-se aí uma competência comunicativa que apresenta a relação entre sujeitos em um processo discursivo de vivência humana, cujos mecanismo superam a retórica e manipulação, pois não se trata de mera aceitação factual, mas a veracidade, às pretensões de validade dignas, as razões racionais dignas de serem reconhecidas.

Figura 1: Plano da ação comunicativa

Intersubjetividade:	Possibilidade A:	Possibilidade B:
<ul style="list-style-type: none"> • Sujeito- Diálogo- Sujeito; • Entendimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aceitar; • Prova da veracidade ou coerência entre fala e ação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Refutar- Restauração da comunicação- Rejeitar; • Diálogo;

Fonte: elaboração do autor

A veracidade do falante expressa suas intenções da mesma forma que a verdade de uma proposição: “a veracidade garante a transparência de uma subjetividade que se representa a si própria através da linguagem” (Habermas, 1998, p. 22). Assim, a comunicação só é autêntica se for dialógica e fundamentalmente consensual que permite uma experiência de mundo dos sujeitos falantes, por isso mesmo intersubjetivo, cujo desdobramento é a análise da realidade. Tem-se em sua competência o sentido da razão comunicativa, baseada nos símbolos, tributada na história, residentes nas práticas ordinárias de entendimento dos atores sociais, em uma esfera pública.

Contrário a essa posição há o que se pode chamar de formas sistêmicas de comunicação coordenadas mecanicamente a ações estratégicas

para persuadir, numa busca pelo sucesso, com um interesse egocêntrico como as estruturas da mídia. Pergunta-se sobre a veracidade e efetiva comunicação e das consequências das tecnologias da comunicação na vida das pessoas.

Referências

- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**. São Paulo: Parábola, 2004
- BENITO, Ángel (dir). **Diccionario de Ciencias y Tecnicas de la Comunicacion**. Madrid: Ediciones Paulinas, 1991.
- BERLO, David. **O processo da comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Valor e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FERRY, Jean-Marc. **Filosofia da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2007.
- GOMES, Pedro Gilberto. **Filosofia e Ética da Comunicação na Mídiação da Sociedade**. Unisinos: 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e Comunicação**. Lisboa: Ed. 70, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. v.2. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.
- KOTTAK, C. P. **Um espelho para a humanidade**. Porto Alegre: Penso/McGraw Hill, 2013.
- MARCONDES, Danilo. **A pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Zahar, 2005.
- MARCONDES, Danilo. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo. Paulus, 2009.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios**. São Paulo: Paulus, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser Jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**. Porto Alegre: Prentice-Hall, 2009.

RÜDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SÁ, Adísia. (Comp.). **Fundamentos científicos da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

TITIEV, Mischa. **Introdução à Antropologia Cultural**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1999.

WOLTON, Dominic. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.



EXAME E COMPREENSÃO: METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA REALIDADE

Moisés dos Santos Viana

Na atual conjuntura, vive-se numa crise paradigmática cujo modelo de pensamento foi gestado no período temporal chamado de Modernidade. Tem-se então o discurso racional como forma de tentar explicar a complexidade do Ser, sob o método cartesiano. Entretanto, o saber encontra-se na dinâmica maior e corrobora para a formação multifacetada humana, indo além da razão instrumental moderna. Conjuntamente ao modelo de exame do todo pelas partes, segundo Descartes, Kant aponta o argumento crítico à razão e, com isso, oxigena as possibilidades sobre a explicação da realidade, sob uma perspectiva ética transcendental. Por fim, há a continuidade da busca do saber com a dialética e nela a possibilidade para estabelecer relações entre modos opostos de pensar a realidade em tese, antítese, síntese para compreensão da realidade.

O método da ciência: razão em Descartes

Um grande expoente da época das luzes foi o filósofo Descartes (1596-1650). Seu pensamento é o marco de separação entre a forma eclesial (religiosa) de pensar e a ciência (razão). Assim, é Descartes

o principal nome que inicia o ardoroso labor de começar a discussão acerca da racionalidade metodológica científica. Nesse contexto, a religião perde espaço, o Humano torna-se foco do pensamento e os estudiosos voltam-se à Antiguidade Clássica para entender o novo tempo moderno: “Com o Humanismo e o Renascimento rompe-se o vínculo com o velho mundo feudal e cria-se novo método de investigação e conhecimento que se apoia unicamente na razão e na experimentação científica” (Zilles, 2002, p. 22-23). Há daí uma volta à filosofia grega que perscruta o mundo real à luz da razão, mas com uma peculiaridade, a subjetividade intelectual.

Segundo o racionalista clássico, os verdadeiros fundamentos do conhecimento são acessíveis à mente pensante. As proposições que constituem aqueles fundamentos são reveladas como sendo claras, distintas e indiscutivelmente verdadeiras pela contemplação e raciocínio cuidadosos. A ilustração clássica da concepção racionalista do conhecimento é a geometria euclidiana. Os fundamentos daquele corpo específico de conhecimentos são concebidos como axiomas, afirmações tais como ‘apenas uma linha reta pode ser traçada juntando dois pontos (Chalmers, 1993, p.153).

A proposta cartesiana é demonstrar que a pura razão é fonte do saber: “Segundo ele, as características do conhecimento humano são: intuitivos, inatos e independente das coisas” (Zilles, 2002, p. 24). Em Descartes, tudo pode ser testado, duvidado, inquirido. Porque tudo pode enganar. Aqui se incluem os dados dos sentidos, a religião, a realidade, até Deus: “Partindo da desconfiança universal, Descartes adota o procedimento conhecido por dúvida metódica, ou seja, de não aceitar nada que não ofereça garantia absoluta de verdade. Procura um método e um critério da verdade absoluta” (Zilles, 2002, p. 25). A filosofia cartesiana é o novo modo de ver o mundo, propô-lo alternativa, colocando o ser humano no centro do refletir filosófico. Uma revolução de Descartes:

(...) sua atitude científica, seu estilo de pensar e seu método. A revolução cartesiana consiste essencialmente em ter ele transferido o lugar da certeza original de Deus para o homem, para a razão humana. O teocentrismo medieval passa a ser substituído pelo antropocentrismo. Por isso Descartes é considerado pai do pensamento moderno. Salienta o sujeito em relação a ordem cósmica. Com ele inicia a moderna antropologia filosófica e a teoria do conhecimento como disciplina filosófica autônoma (Zilles, 2002, p. 30).

Tal posição racional é, para o Ocidente, uma mudança considerável, porque o pensamento sofre, junto com a cultura, a crítica do saber científico. A visão de mundo que lhe revelaram pela escolástica medieval era ultrapassada, incomodava Descartes: “Em especial, ele percebeu logo a ausência de uma séria metodologia, capaz de instruir, controlar e ordenar as idéias existentes e guiar a busca da verdade” (Reale; Antiseri, 1990, p. 354). Para isso, a crítica cartesiana sobre o pensamento da época, influenciado pela teologia e pela filosofia escolástica, é radical: “(...) seus silogismos e a maior parte de seus preceitos servem mais para explicar aos outros as coisas já conhecidas (...)” (Descartes, 2000, p. 48). Por conseguinte, Descartes aponta o que deveria ser as regras principais do método para encontrar a verdade. Ou seja, o conhecimento da realidade de forma racional. Ele cita quatro:

1ª) A evidência enquanto critério geral da verdade:

Mais do que uma regra, trata-se de um princípio normativo fundamental, exatamente porque tudo deve convergir para a clareza e a distinção, nas quais, precisamente, se forma a evidência. (...) ato que se autofundamenta e se autojustifica, porque sua garantia não repousa sobre uma base qualquer de argumentação, mas somente sobre a transparência mútua entre razão e conteúdo do ato intuitivo (Reale; Antiseri, 1990, p. 362).

A primeira regra é muito simples, mas é ponto determinante para questionar a religião. Descartes argumenta que é preciso prudência, esquivando-se dos juízos obscuros ao espírito da verdade. Deve-se duvidar sempre: “(...) nunca aceitar como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal (...)” (Descartes, 2000, p. 49).

2ª) Regra da análise:

Descartes afirma, nessa segunda etapa, a necessidade da simplificação para alcançar a evidência: “(...) repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las” (Descartes, 2000 p. 49). Esse é o método analítico: dividir o que é complexo em partes menores, simples e afastar as indecisões. “(...) a evidência é necessária para certeza e a intuição é necessária para a evidência, já para a intuição é necessária a simplicidade (...)” (Reale; Antiseri, 1990, p. 362).

3ª) sintetizar o que se descobriu:

É o caminho inverso ao anterior, do simples ao complexo, como numa etapa de aprendizado até chegar à coesão do saber. “(...) conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco (...), até o conhecimento dos mais compostos” (Descartes, 2000, p. 49-50). Tal exercício de recomposição auxilia na avaliação racional dos fatores de ligamento da realidade composta: “Um encadeamento que ilumina os nexos do conjunto” (Reale; Antiseri, 1990, p. 363). Por fim, a quarta regra chama a atenção novamente para a eterna dúvida, o que significa a necessidade quase *ad infinitum* da verificação.

4ª) verificar o todo e cada parte:

Para o autor de “Discurso do Método”, há sempre a carência da verificação, ou seja, saber se o exame foi total e se foi certo: “(...) efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir” (Descartes, 2000, p. 50). Esse modo de proceder nas pesquisas é interessante, porque resguarda a idéia racional contra os erros e generalizações: “Com tal objetivos, diante de problemas complexos como de fenômenos confusos, é preciso chegar aos elementos simples, que não sejam mais decomponíveis para que possam ser totalmente invadidos pela luz da razão” (Reale; Antiseri, 1990, p. 364). Em suma, o pensamento racional deveria rejeitar as formas gerais, aproximativas, imperfeitas, fantásticas, inverossímeis, que muitas vezes eram usadas para o argumento religioso, na explicação da realidade. Com Descartes, a ciência, ou seja, o método científico se cristaliza como forma de apresentar o mundo e sua realidade.

Descartes intenta sintetizar essa descoberta na célebre frase: “penso, logo existo”, resume a capacidade do ser humano de, em sua existência, poder reconhecer-se em seu âmago racional e autoconsciente. De acordo com Russell, essa filosofia deixou marcas consideráveis no pensamento ocidental: “(...) influenciou a filosofia européia desde então, tanto no campo racionalista como no espírito” (Russell, 2001, p. 281). Por isso, o pensamento cartesiano, prosseguiu influenciando o materialismo dos séculos XVIII e XIX, apresentando uma visão de mundo físico e biológico: “A concepção natural sofre uma reviravolta. Se, no mundo greco-medieval, a condição natural dos corpos é a quietude e o movimento é uma anomalia, já agora o movimento e a quietude são estado” (Reale; Antiseri, 1990, p. 281). As coisas perdem a ordem já estabelecida e assumem um caráter dinâmico, porque tudo é questionável.

A concepção da realidade se transforma: “Não é mais passível, move-se em um mundo de conotações humanas e confortos religiosos” (Reale; Antiseri, 1990, p. 281). O cartesianismo derruba a percepção

da natureza que atribuía ao mundo sentido de valor moral e religioso-espiritual, aplicando modos diferentes de se interpretar o real, a partir de pontos de vistas críticos e se possível geométricos, mecânicos, matemáticos e científicos. Tudo porque seus efeitos se fazem presentes até o tempo contemporâneo. No entanto, é na própria ilustração moderna que tal mentalidade é questionada pela crítica kantiana.

Kant e a crítica à razão

A pretensão cartesiana de descrever o real através da racionalidade científica resumida no adágio “penso, logo existo” evoluiu e a fragmentação do mundo em pensamento e extensão possibilitou o desenvolvimento de diversos ramos da ciência. Contrapondo a esse pensamento, ou criticando-o, tem-se Kant, filósofo da Prússia, que viveu entre 1724 e 1804. Nasceu e morreu em Königsberg. Estudou e lecionou filosofia na Universidade dessa cidade. Travou contato com o pensamento de Hume, Rousseau e Descartes. Com uma vida metódica e austera, desenvolveu um sistema filosófico que salienta, principalmente, a ideia do saber, os limites do conhecimento e a prática ética. Em Kant, o conhecimento é contido nos juízos, que ele classifica como analíticos (a priori) e sintéticos (a posteriori).

Analíticos (a priori) são inatos no ser humano, ou seja, não se adquire pela sensação e experiência, as ideias universais, como a noção de tempo e do espaço, não podendo se contradizer. Sintéticos (a posteriori): são os juízos contidos dentro do espaço e do tempo mediante a sensação empírica e pode se contradizer. Não obstante a filosofia kantiana admita a existência de um terceiro juízo que é formado a partir dos juízos Analíticos (a priori) e sintéticos (a posteriori), Kant o chama de *juízo sintético a priori*, que consiste no conhecimento das idéias inatas ao ser humano, numa junção com as idéias adquiridas pela sensação do mundo. Como exemplo, o filósofo apresenta a matemática e a operação em que 5 e 7 (a priori) se somam para resultar no número 12 (sintético).

O conhecimento é o racional, sintético a priori, limitado ao tempo e ao espaço, cujo objeto só alcança o fenômeno. Marilena Chauí salienta que o fato de o ser humano conhecer a realidade é determinado pela junção daquilo que é captado pelos sentidos e entendido pela mente, de forma igual (juízos sintéticos a priori): “(...) o conhecimento é constituído por sínteses dos dados ordenados pela intuição sensível espaço-temporal, mediante as categorias apriorísticas do entendimento” (Chauí, 2000, p. 11). A essência do conhecer limita-se ao fenômeno e na experiência espaço-temporal: “Além desses limites, espaço e tempo não apresentam absolutamente nada, pois estão apenas nos sentidos e fora destes não possuem realidade alguma” (Kant, 2000, p. 129). A partir disso, existe a crítica à razão pura como determinante do conhecimento além do que pode ser empiricamente provado.

O filósofo prussiano contraria a apologia cartesiana de que tudo pode ser provado. Porque para Descartes, a razão e a experiência respondem às dúvidas, conhece e perscruta todas as coisas, analisando-as metodicamente, concedendo um parecer final e racional. Kant não nega absolutamente a proposta da razão, mas a limita, como acrescenta Russell: “Assim, embora o conhecimento surja da experiência não deriva exclusivamente dela” (Russell, 2001, p. 342). Para a lógica kantiana, fora do poder do espaço e do tempo, os dados empíricos não podem gerar conhecimento, concedendo assim limites à cognição humana.

Para Kant, há limites bem estabelecidos no conhecimento adquirido pelos juízos sintéticos a priori, desdobrando-se nos diversos pensamentos científicos. A partir disso, pode-se apresentar as *Antinomias da Razão* de Kant:

1. A existência da alma e sua composição;
2. A composição do universo;
3. A existência de um ente eterno como primícias das coisas existentes, Deus.

Não seria legítimo recorrer ao conceito (...). Em outras palavras, não há cisão alguma no espaço e no tempo que possa ser considerado alma, não havendo, portanto, nenhuma percepção sensível, e esta é, uma das condições fundamentais do conhecimento. (...) as antinomias resultantes do fato de ela ultrapassar os limites da intuição sensível espaço-temporal e de sua síntese pelas categorias do entendimento. A Segunda antinomia da razão refere-se à estrutura do universo no espaço. (...) Tudo quanto existe no universo é composto de elementos simples e indivisíveis, a antítese afirma que o universo é composto de elementos infinitamente divisíveis (Chauí, 2000, p. 12-13).

Assim sendo, o âmbito dos fenômenos não pode ser palco para a pretensão de se querer provar que exista ou não algo que está além do empírico, por isso mesmo, segundo Kant o que há além dos conceitos científicos está “(...) acima da esfera da experiência, (...) seguro de não ser contestado pela experiência” (Kant, 2000, p. 56-57). Mas, isso não é impedimento para passos além do mundo sensível, uma representação, numa intuição do ser humano, contido nos juízos prioréticos: “Esta representação, porém, é um ato de espontaneidade, isto é, não pode ser considerada pertencente à sensibilidade” (Kant, 2000, p. 121). Ademais, a terceira antinomia vai de encontro aos argumentos que até então sustentavam racionalmente ao cartesianismo, a existência de um ser eterno, supremo e organizador, necessário, um deus.

Para Kant, são argumentos racionais, mas limitados: “(...) a razão trabalha em vão tanto numa direção (a empírica) como em outra (a transcendental), e que ela inutilmente abre as suas asas para mediante a simples força da especulação ultrapassar o mundo dos sentidos” (Kant, 2000, p. 368). O pensador prussiano estabelece parâmetros que anulam os argumentos racionais para tudo provar. Uma crítica ao pensamento cartesiano, porque nem tudo se pode provar com a razão pura. Na experimentação há limites, a razão não pode vislumbrar as questões além de seus juízos.

Todavia, Kant admite a praticidade da razão, ou seja, o conhecimento limitado pela razão pura, pode ser alcançado por procedimentos morais que necessitam do sentido de liberdade, imortalidade e de Deus. Seria a razão prática: “(...) o efeito da conformidade prática a fins que a razão pura nos impõe” (Kant, 2000, p. 484). Kant reabre o caminho para os princípios aplicados na ação moral para uma nova interpretação do conhecimento. Admite-se então que a realidade científica não pode provar tudo e nem ser determinante para a vida social.

Portanto, sugere para uma dialética do conhecimento, a partir da disputa cognitiva entre os pensamentos opostos. Uma discussão acerca da filosofia que consegue sistematizar a teoria: tese, antítese e síntese.

A dialética: confrontando a realidade

A razão peculiar cartesiana forma a descrição da realidade através de seu discurso para construção argumentativa, como modo de descrever a realidade. Por dialética, entende-se a tensão entre argumentos opostos, a fim de encontrar posteriormente uma resolução. Aqui, pode-se apresentar o pensamento que elabora um sistema filosófico totalmente baseado no princípio do diálogo dos extremos: “(...) a oposição de visões racionais, a tese e a antítese, resultam numa síntese que, por sua vez, torna-se tese para outro processo dialético e assim sucessivamente” (Collinson, 2004 p. 283). A dialética é o argumentar, num verdadeiro diálogo para que se chegue à totalidade: TESE X ANTÍTESE = SÍNTESE.

Em outras palavras, a dialética admite as contradições para construir uma posição argumentativa acerca da realidade. A dialética tomou importância, tornando-se um processo metodológico que leva à uma síntese do real. O método dialético é a luta entre os opostos. Dando espaço à concepção possível de qualquer tipo de explicação “(...) segundo o qual não se pode entender nenhuma porção do mundo, a menos que a vejamos no contexto do universo como um todo. Em consequência, a única realidade é o todo” (Russell, 2001, p. 363).

Tal raciocínio vai de encontro ao argumento racional por si só e ao discurso que apresenta a realidade de forma fragmentada, numa dicotomia simplista e linear. O trabalho dialético proporciona e apresenta a ideia ou o ideal manifestado na realidade. Assim, a realidade é dialética entre o perceptível e racional: “Também a vida, a partir de sua essência, é dialética” (Zilles, 2002, p. 64). Dessa maneira, há três fases para se assimilar a realidade:

1. Realidade única: apresenta de forma unitária sem quebra ou dúvida;
2. Realidade separada: alienada e contraditória à primeira;
3. Realidade reconciliada: a síntese, reencontrada em si;

É na síntese que se dá a reconciliação. Uma preparação para o reconhecimento absoluto: “Através de suas manifestações, o espírito finalmente conhece-se a si mesmo. Chega ao conhecimento do absoluto” (Zilles, 2002, p. 66). A partir disso, pode-se argumentar a intenção de demonstrar o desejo do verdadeiro saber. Na experiência empírica há reflexão, o raciocínio “que parte do saber imediato pelo sentimento e pela representação até o pensamento reflexivo (...)” (Zilles, 2002, p. 72). Ademais, há a representação da sabedoria ilimitada e ampla: “Primeiro a reflexão distingue finito de infinito. Se parte do infinito, desaparece o finito. Este é superado, pois o infinito não seria mais infinito, se fora dele houvesse um finito, que o limitasse” (Zilles, 2002, p. 72). Assim, cada um se define, a partir da tensão dos opostos (finito versus infinito), cada um só é em sua identidade quando se negam até a formação da “unidade dialética” (Zilles, 2002, p. 73). Tal síntese torna-se argumento para apresentar a realidade absoluta (síntese das sínteses).

Considerações finais

Por isso, encontrar o saber é encarar a realidade além do empirismo, porque na investigação científica não deve haver questão acabada,

mas diálogo entre a dúvida e a certeza. Na ciência há a necessidade de conhecer as coisas num todo e superar esse conhecimento.

Ora, a realidade é dialética, perpassada por tensões entre pensamentos diversos e opostos, isso soma ao racional científico um ponto de convergência destinada a não acabar, mas a limitar-se ao contexto, à finalidade pelo qual se posiciona o sentido do saber.

(...) e uma referência é tida por válida ou não, independente de referências à verdade ou a falsidade da conclusão a que leva e apenas considerando ser a tendência que determina essa conclusão tal que, em geral, conduz ou não a conclusões verdadeiras (Peirce, 1972, p. 74-75).

Como descreve a crítica kantiana, realizar o que é possível de se conhecer pela razão pura e superar dialeticamente, numa síntese ética. Em síntese, passar das coisas finitas para as infinitas num processo dialético, para assim compreender a realidade.

Referências

- CHAUÍ, Marilena de Souza. Vida e Obra. *In: Os Pensadores: Kant*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 5-18.
- CHALMERS, Alan F. **O que é Ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COLLINSON, Diné. **50 Grandes Filósofos**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DESCARTES, René. Discurso do Método. *In : Os Pensadores: Descartes*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 33-100.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. *In: Os Pensadores: Kant*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 29-504.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: do humanismo a Kant**. v. 2. São Paulo: Paulus, 1990.
- RUSSEL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- ZILLES, Urbano. **Filosofia da Religião**. São Paulo: Paulus, 2002.





ASPECTOS CULTURAIS DA CONCEPÇÃO DE HUMANO

Moisés dos Santos Viana

Podemos perceber que estamos enfrentando uma grande crise capitaneada pelo consumo em excesso, pelo hedonismo, pelo poder sem responsabilidade, pela riqueza sem justiça que se tornam fim em si e para a existência humana. O reducionismo incrível do valor da vida humana em meras mercadorias possíveis de serem compradas ou vendidas, ou em drogas a serem ingeridas, em prazer momentâneo, em status e lucro a serem alcançados uma guerra cuja lei é a do mais forte leva a questionar: como o humano é concebido na atualidade?

Vive-se numa crise paradigmática cujo modelo de pensamento foi gestado no período temporal chamado de Modernidade. O argumento crítico racional tem suas raízes na Paidéia grega, cujo cosmoctrismo fundamentava o conceito de humano. No entanto, com a fundação do Ocidente judaico-cristão outras formas de conceber o humano passaram a pautar a ideia de humano, derivando-se em práticas éticas, políticas e culturais vigentes na atualidade, dominantes e até excludentes. Consoante a tudo isso, a concepção a de Humanidade perpassa aspectos divergentes em conteúdo (humano racional), mas convergentes em sua forma (mito como gênese). Tendo esse contexto como limites

deste ensaio, pergunta-se: quais os sentidos do ser humano na cultura contemporânea?

A *ratio intellectiva* e ser humano

Humano conhece a realidade no nível inteligível, assim a concepção de Parmênides, Platão e Aristóteles sobre a realidade inteligível do ser é modelo de como a filosofia grega entendia a realidade. O Humano antigo se pensava ligado ao ser, ao cosmos. Sócrates, radicalmente, afirma que é possível que haja uma realidade que está além da opinião e do próprio Humano particular. Por trás da contingência dos fenômenos há um padrão, uma universalidade, uma necessidade cosmocêntrica. Há uma ordem a ser investigada e refletida.

Tal pensamento é baseado na realidade além do mundo sensível e subjetivo. Essa realidade é inteligível e não mera manipulação discursiva. O acesso ao inteligível é feito pelo discurso filosófico, a reflexão, até encontrar o *tí estí* ou o fundamento metafísico de toda a realidade. Para tanto, encontrar a verdade sobre o humano é encontrar a verdade da essência humana, encontrar as causas primeiras de tudo, *ousia-eidos*.

Assim, antropologia e metafísica estão fundamentalmente unidos. E aquela está subordinada a esta. Entendemos por metafísica o estudo do ser enquanto ser. Ela estuda a realidade não material e imóvel que dá sentido a tudo. É a investigação do inteligível, das coisas que são em si mesmas.

Então, ao conceber uma realidade fora de si, o Humano busca essa realidade que, de certa maneira, vai formá-lo enquanto ente que é manifestação do ser (metafísica). O *ser em si* se manifesta no humano, ente; o humano, parte da *ousia-eidos*. Ele volta-se para o ser, interrogando-o e criando um discurso racional sobre sua essência inteligível (antropologia).

Dessa maneira, o humano tem um fim metafísico-antropológico que é conhecer o ser. Essa reflexão é reforçada no contexto cosmocêntrico. O humano é aquele que deve conhecer o ser para, em seguida, conhecer-se.

Para a tradição aristotélica, por exemplo, o ser se manifesta de diversas formas (*legai pollakos*): ser lógico, ser acidental, ser dinâmico e ser estrutural. Ao voltar-se para o cosmos (ser) o Humano grego fundamenta sua concepção acerca de si, ação e seu sentido último para vida.

Na modernidade, a antropologia tomou lugar da ontologia como ciência principal. As ciências se desvincularam do sistema ontológico. Porque houve uma virada antropocêntrica. O cosmos cede lugar ao humano como objeto principal de investigação. Antes de conhecer qualquer outra coisa, precisa-se conhecer o ser humano. A pergunta fundamental não é: O que é o cosmos? Mas: O que é o humano? Ou seja, saber o que é o humano e sua possibilidade de saber sobre si precede qualquer outra interrogação.

Em consequência, o cosmos perde a função de modelo. É questionada a existência da realidade inteligível do ser ou a possibilidade do acesso do humano à realidade do ser. O humano na modernidade é pensado num sentido de imanência, empírico, histórico e cultural. Isso se faz numa ruptura radical com os modelos anteriores e suas razões são feitas principalmente pelo avanço das ciências modernas cujos paradigmas experimental-técnico-matemáticos, vai minando a resposta metafísica sobre a realidade.

O significado antropológico para isso é conceber o ser humano como um ser material, físico. Ao esquecer o ser e o sentido inteligível da vida, esgota-se a capacidade do humano de voltar e buscar um sentido em dimensões metafísicas. As ciências se colocam como detentoras exclusivas das respostas humanas, baseadas na física principalmente. Conseqüentemente, destrói-se o cultivo humano do ser inteligível (causa, essência, unidade fundamental), tirando qualquer possibilidade de sustento do Humano além de si mesmo: “Colocando o sujeito na origem da verdade, a filosofia moderna priva esta última de sua base objetiva, derruba a relação clássica entre verdade e sujeito, entre valores e sujeito (...)”. A subjetividade impera, dado que não há um paradigma metafísi-

co que possa sustentar uma antropologia que dê o verdadeiro valor ao humano e responda à questão: Quem é o Humano?

A modernidade questiona a meta-narrativa antiga que não responde aos anseios das novas gerações. Por exemplo, na nossa modernidade, há uma radical separação entre teologia e a metafísica, crise do modelo *fides et ratio*. Tal separação é fruto de uma crítica ao paradigma teológico-metafísico que é substituído pelo modelo antropológico-metafísico. Critica-se a intencionalidade teológica-metafísica que fundamentava o existir humano e sua concepção.

O pensamento filosófico toma, então, outro caminho, o humano (sujeito) assume o ponto central da reflexão filosófica. Após isso, há um caminho rápido de negação da metafísica, para haver uma emancipação antropocêntrica em relação à filosofia. Ou seja, o discurso filosófico metafísico não mais responderá aos anseios do saber humano acerca da realidade, dando lugar às ciências naturais e humanas.

Tem-se aí o modelo do antropocentrismo moderno, quando se busca outra resposta além da resposta além do cosmos. A questão passa ao encargo epistemológico sobre o humano. Questiona-se o paradigma metafísico e começa a consciência da flexibilidade da cultura. Surgem as ciências modernas com caráter revolucionário. As ciências constroem uma nova forma de conhecimento e racionalidade, ameaçando o lugar da filosofia. Os paradigmas filosóficos vão pouco a pouco cedendo lugar aos paradigmas científicos: experimental-técnico-matemático. O ser humano passa a ser visto como objeto das ciências e não mais sujeito da filosofia. A legitimidade última de responder a questão de quem é o Humano pertence às ciências.

Fundamentalmente, na modernidade, há um esvaziamento do ser pleno e sua substituição se faz pela matematização da natureza. Não há uma ordem metafísica, pois a ordem está construída matematicamente. Não há mais um centro, pois tudo é matemática. O sujeito humano é o objeto, ele ganha uma centralidade não mais metafísica, mas científica.

Por conseguinte, as ciências querem responder quem é o humano. Então, o discurso científico tenta substituir o discurso filosófico acerca da humanidade. Porque a física passa a ser o fundamento das ciências que critica toda a filosofia ou antropologia que se fundamentam na metafísica. A ciência física tenta explicar tudo acerca da humanidade e vê o humano como material.

O paradigma do ser humano e seus limites

Ao buscar explicar o que é o ser humano, a ciência transforma-o em objeto mensurável e tenta responder. No entanto, o ser humano é muito mais que objeto de ciência, ele é sujeito. Aí está o paradoxo reflexivo. Colocar o Humano como objeto é problemático, pois ele pensa sobre si não como objeto, mas como razão que tem consciência.

O ser humano transcende sua própria condição e reflete sobre si mesmo. Segundo uma definição a partir da tradição ocidental, o ser humano é ser multidimensional e basicamente *bios*, *psyché* e *ethos*. Ele é um corpo sensível, cheio de sensações que o permitem reconhecer seu meio-ambiente pelos sentidos, refletir sobre essa condição e compreender sua essência. Nessa perspectiva, reconhecemos que o ser humano é uma criatura desamparada na natureza. Ele se adapta intervindo diretamente no meio ambiente. Sua precariedade biológica é constantemente ameaçada pela fúria da natureza, motivando este a superá-la, criando cultura e num processo dialético, fazendo com que a cultura também o crie.

Assim, o ser humano pela cultura intervém diretamente na natureza, cria por necessidade seu ambiente para viver, ele se socializa, faz parte do *ethos*. É na cultura que o ser humano sobrevive e se reconhece, interrogar-se para criar um discurso racional de si mesmo.

Desse modo, o ser humano está muito além da natureza, ele anseia alcançar a realidade inteligível. Ele interroga a si e ao ser transcendente. Ele se descobre como manifestação do Ser e pergunta por si e pelo Ser,

formando o discurso ontológico que sustentará sua definição antropológica.

Ao negar tudo isso, a ciência tenta dizer o que é o ser humano à parte. A essência metafísica é paulatinamente substituída pela naturalização de sua definição ontológica e o ser humano passa a ser concebido como físico ou não biológico apenas. O físico como paradigma último responde aos inquéritos para responder o que é o ser humano.

As ciências que ajudam na concepção materialista e que determina e alimenta uma forma de vida do ser humano. Nesse processo ocidental de afirmação do que é o ser humano, leva-se em conta o vazio transcendental e uma falta de sentido qualitativo para as questões humanas.

As ciências se colocam como detentoras exclusivas das respostas humanas. Portanto, esquece-se a busca pela filosofia primeira como consciência doadora originária para sustentar a vida humana. A cultura da alma e dos princípios é esquecida e não se podem encontrar os fundamentos primeiros. Então, há um declínio considerável da humanidade. Ou seja, tira a dignidade da vida humana, seu caráter de ânimo e de vivacidade. Ao esquecer o sentido da vida, esgota-se a capacidade do ser humano de voltar ao valor da vida.

Encontrar a completa fundamentação para a vida e o seu sentido é o perfeito restabelecimento ser humano para fazê-lo agir em direção de uma forma de vida que possa responder com seu discurso de exclusão, morte e anti-humanitário. Ou seja, superar o vazio do tempo contemporâneo que é obscurecido pelo caos e destruição da vida em seus aspectos diversos e do humano em suas faces mais frágeis.

É muito importante criar uma possibilidade de diálogo entre saberes que podem contribuir bastante na grande tentativa de responder o que é o ser humano.

Teorias científicas – o evidente

A relevância da teoria evolucionista é base para compreender o ser humano como ser de natureza. Na teoria evolucionista com sua relevância concebe a sucessiva evolução das espécies animais e vegetais. E o ser humano está no cume dessa evolução: Evidências, dados e provas científicas provam racionalmente tal teoria e fornece material suficiente para fechar a questão do que é o ser humano:

Tudo o que existe no mundo é feito de matéria física – diferentes combinações dos mesmos elementos químicos. Por que não seria assim conosco também? Mediante um complexo processo físico, nosso corpo se desenvolve a partir da única célula produzida pela união do espermatozóide com o óvulo no momento da concepção (Catarino; Pereira, 2004, p. 184).

Mediante um complexo processo físico, o corpo humano se desenvolve e se cria uma base para fundamentar uma antropologia nesse processo naturalista material. Desse modo, deve-se pensar o ser humano que está além do objeto científico que justifica uma antropologia naturalista e física, apenas. A ciência não pode determinar uma meta-narrativa acerca do ser humano, pois ele é o sujeito de si mesmo. Os limites técnico-científicos na modernidade para definir quem é o ser humano são evidentes nas diversas narrativas que descrevem, negam e afirmam as características humanas. Porque, mais que objeto, o ser humano é sujeito e como tal deve responder num processo de reflexão sobre quem é ele.

Assim sendo, a “antropologia” enquanto discurso sobre a humanidade nasce da própria questão: quem é o ser humano (?), quando este reflete sobre si mesmo. A tentativa da “antropologia” de responder quem é o ser humano deve partir do próprio Humano e buscar a verdade dessas narrativas que estão além do material e da competência científica.

Dessa maneira, a tentativa da “antropologia” em quem é o ser humano deve passar das definições reducionistas e descrevê-lo tanto como

biologia, ser natural e ser reflexivo, mediante a construção cultural que transcende no mundo e dá sentido às coisas. Portanto um ser cultural, inserido na cultura:

Cultura é um sistema – transmitido socialmente (aprendizagem) – capaz de prover a adaptação e a assimilação do Homem ao meio ambiente e de interpretá-lo (Natureza) que se desdobra nas dimensões material (técnica) e simbólica (linguagem). A cultura possui uma função significativa, constitui redes simbólicas que, do ponto de vista normativo cria padrões de comportamento e do ponto de vista cognitivo cria um conjunto de crenças e representações que possibilitam a compreensão e justificação da experiência humana (*ethos/mytos*). Estas redes simbólicas incluem a própria cultura (reflexividade), se inscrevem inconscientemente nos indivíduos e comunidades e transformam historicamente (Drawin, 2006, n.p.).¹

Dado isso, pode se dizer que o ser humano é um ser complexo, encerrado numa complexidade psíquica que se faz no interior da cultura. O humano faz a experiência de vida que fundamenta a complexidade psíquica: a) espírito de vida, princípio dinâmico (*pneuma*); b) inteligência (*nous*), numa captação íntima do mundo; c) ordem racional e de linguagem (*logos*); d) como consciência de si, autorreflexão. O ser humano é um ser que interroga a si mesmo nessa complexidade que ultrapassa sua condição natural (biológico) e temporal (histórica). Isto é próprio do humano. Interrogar sobre seu ser humano.

Neste íterim, faz-se uma abordagem rica para compreender o humano e sua natureza, entendendo esse termo no sentido grego do termo, *physis*, a origem e o fundamento. “Tudo o que existe no mundo é feito de matéria física – diferentes combinações dos mesmos elementos químicos. Por que não seria assim conosco também?” (Nagel, 2001. p. 31). A antropologia filosófica inaugurada pelo filósofo brasileiro Henrique Vaz (Vaz, 1991), por exemplo, se trata de investigações

¹ DRAWIN, Carlos Alberto. **Antropologia filosófica** (Anotações de classe), Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, maio 2006.

complexas para além do reducionismo: a) compreensão do ser humano biológico, somático natural e contingente [*somatikós*, Referente ao corpo, opondo-se a *alotípico*.]; b) concepção do ser humano reflexivo, mediante a construção cultural que transcende e dá sentido às coisas.

Considerações finais

Entretanto, essa explicação é precária, pois a resposta do que é o Humano está além da competência das ciências. Ao interrogar sobre o seu ser (*quid homo?*), o ser humano se diferencia e ultrapassa a condição natural (biológica) e sua condição histórica (tempo e espaço). Essa intencionalidade de resposta do que é o humano está além do nível natural. Ele faz cultura (*ethos*, linguagem, símbolo, sociedade) e torna-se mais de que um objeto, torna-se sujeito de qualquer das ciências modernas (nível dos fenômenos).

Responder o que é o humano é responder acerca do fenômeno humano em suas diversificadas manifestações. Desse modo, a reflexão trata de criticar o que fundamenta o ser humano enquanto ser humano. Responder ao *ti estí é*, dessa maneira, o desafio de buscar os critérios universais de humanidade em suas particularidades manifestas.

Assumir essa busca é entender o humano como sujeito de sua própria definição é indignar-se. Ou seja, ir além de uma visão obtusa, intelectualizada e científica, mas humanitária e viva; indefinível, nos critérios lógicos metafísicos, possível de ser refletida e mais do que isso vivido no mundo da vida. Compreender-se como ser aberto e em construção, humano no sentido mais eloquente do termo: além dos limites de sua própria definição.

Referências

CATARINO, João Marcos Ferreira; PEREIRA, Danilo Assis. Memória: da Filosofia à Neurociência. **Universitas: Ciências Da Saúde**. Brasília, v.2, n. 2. p. 164-199, 2004. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/531>. Acesso em: 30 de mai. 2020.

NAGEL, T. **Uma breve introdução à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VAZ, Henrique. C. Lima. **Antropologia Filosófica I**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.



NOVAS TECNOLOGIAS-INOVAÇÕES DE PODER

Moisés dos Santos Viana

“Não há mais contra quem direcionar a revolução, a repressão não vem mais dos outros”. (Han, 2018b, n.p.)

Introdução

A obra de Byung-Chul Han¹ está, aos poucos, inserindo-se na cena acadêmica do Brasil nos últimos 5 anos, principalmente pela tradução e publicação da Editora Vozes: “*A Sociedade do Cansaço*” (2015); “*Sociedade da Transparência*” (2017) e “*No enxame: Perspectivas do digital*” (2018c). O que chama a atenção para a atualidade de sua prosa que mescla conceitos como *algoritmos*, *big data*, *empreendedorismo*, *neoliberalismo* e *psicopoder*. O sul-coreano radicado na Alemanha discute a contemporaneidade partindo da visão de outros filósofos. Ele traz a sua obra uma complexidade interessante e desafiadora em linguagem bem acessível.

No seu livro “*Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*”, publicado no Brasil pela editora Âyiné, Han (2018a), destaca as relações entre tecnologia, inovações e política, a partir do

1 Nascido em 1959 em Seul, Han decidiu ir à Alemanha após abandonar seus estudos de metalurgia. Em 1994 se doutorou pela Universidade de Munique com uma tese sobre Heidegger. Atualmente é professor da Universidade de Kunste, em Berlim.

conceito de “psicopolítica” e “alienação de si mesmo”. Ou seja, ele apresenta as formas de desenvolvimento das tecnologias de informação na atual conjuntura, levando em conta as relações de poder e a questão do domínio, da obediência e do interesse privado. Neste caso, pode-se levar em conta as relações autênticas de dominação em que o Estado, os indivíduos, a sociedade, as tecnologias e a inovação se relacionam e marcam a contemporaneidade de uma forma sinistra e obscura impedindo avanços humanísticos. “Não há mais contra quem direcionar a revolução, a repressão não vem mais dos outros”, (Han, 2018b, n.p.). Em outras palavras, o que há é um conjunto de mecanismos de domínio que perpassa por artefatos conectados em uma lógica cada vez mais sedutora, baseada no neoliberalismo, na digitalização social e em um ativismo de produtividade, pressionando os indivíduos de forma doentia. “Vive-se com a angústia de não estar fazendo tudo o que poderia ser feito”, (Han, 2018b, n.p.). “Hoje a pessoa explora a si mesma achando que está se realizando; é a lógica traiçoeira do neoliberalismo que culmina na síndrome de *burnout*”, (Han, 2018b, n.p.). Todo esse poder se faz presente de forma sutil e difusa e não mais se apresenta visível, mas transparente.

O poder, neste caso, é entendido como um conjunto de crenças na legitimidade em que se relaciona dominador e dominado. Podemos observar a obediência como um exercício no processo do chamado Estado moderno, envolvendo as tipologias do poder em seu exercício: relações de tradição, carisma e racionalidade², (Weber, 2000). O poder é um constructo a partir de uma política simbolicamente construída. Para Foucault (2003), por exemplo, o poder carece de uma ordem do discurso, porque o simbólico é feito no âmbito dos corpos normatizados, ou seja, normatizar e dominar é uma ação típica do exercício das instâncias do poder.

2 A racionalidade como dominação leva a uma obediência impessoal, tida como objetiva, constituída em normas e leis, em uma legalidade burocrática. Na dominação tradicional, as relações se fazem em uma norma simbólica transmitida em uma série de protocolos e liturgias, passada de uma geração a outra em um processo em que se destacam as virtudes morais e hábitos costumeiros. No caso da dominação carismática: destaca as relações das virtudes de um carisma pessoal, em um demiurgo, uma revelação, uma ação heróica que gera uma atividade carismática.

Assim este trabalho tem o objetivo de apresentar uma introdução ao pensamento de Byung-Chul Han, em específico ao conceito de psicopolítica, a partir da leitura de 4 livros do filósofo coreano, com a perspectiva de relacionar a atualidade das condições de produção de tecnologia e ciência à noção de política-poder. Observa-se que seguimos um estilo ensaístico que nos permite uma liberdade de análise, levando em conta o exercício que nos desafia em conectar ideias e mapear conceitos. Para tanto, buscamos ilustrar nossa tarefa fazendo relações a partir de mapas mentais e conceituais, relacionando autores, filosofias e conceitos, apontando para direção de chaves de leitura instrumental que possam nos munir e orientar na compreensão do nosso contemporâneo.

Tecnologias de Poder

Como salienta o filósofo Michel Foucault (2003, p. 37): “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. A competência do discurso é restringida pelo poder e na “sociedade de discurso” há restritivos eficientes: “[...] cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”, (Foucault, 2003, p. 39). O discurso é posto de forma a criar normas restritas em valor de verdade e poder tecnológico. Cria-se um processo transparente e lógico. Essa realidade da transparência da metodologia se torna no processo de uma lógica e ética-social, padronizada em elemento em que a perspectiva da lógica de transformação e ação social. Claro que isso se forma não apenas nas relações humanas, mas na camada de perpetuação do poder.

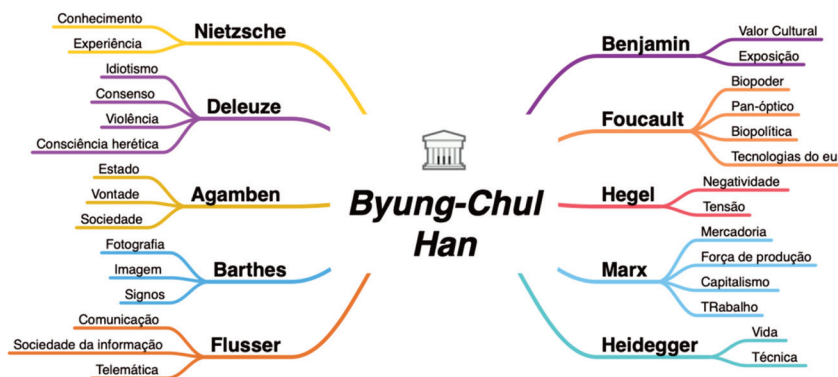
O desenvolvimento social a partir da lógica tecnológica vai ser utilizado na formação de dados sobre os indivíduos, na formação de uma sociedade dataísta. Assim, permite-se a ilusão de um antropocentrismo, mas sob um domínio e gestão algorítmica. Por exemplo, temos o uso da tecnologia de reconhecimento facial na China:

Os macros dados tornam supérfluo o pensamento porque se tudo é quantificável, tudo é igual... Estamos em pleno dataísmo: o homem não é mais soberano de si mesmo, mas resultado de uma operação algorítmica que o domina sem que ele perceba; vemos isso na China com a concessão de vistos segundo os dados geridos pelo Estado ou na técnica do reconhecimento facial (Han, 2018b, n.p.).

A psicopolítica se desenvolve a partir de uma mística da transparência dos processos políticos mediados pelo *big data*³, pela servidão voluntária, e pela perspectiva de poder consumir, é o neoliberalismo com a liberdade de concorrência, das disputas e das dissociações individuais gestado por essas instâncias de poder. Elas atuam silenciosamente e nos promete um admirável mundo novo, porque operam indicando que o dever tem um limite predicativo que se dilata na medida em que se caracteriza como liberdade de consumo. Ora, a liberdade aqui é explorada pelo poder silencioso e transparente das tecnologias operantes em prol do regime, a saber, o neoliberalismo. O poder é silencioso e também ubíquo, porém extremamente marcante porque é explorador.

3 [...] estes novos dispositivos permitem reduzir o investimento de controle no indivíduo médio ou normal, como se valoriza na tradicional normatização social, propiciando uma ação sobre os processos e o meio ambiente. Pode-se acessar a “realidade” de um território, grupo, instituição, mercado, país em micropartes de segundos. Dito de outra forma, apreende-se a realidade de modo imediato e imanente. As informações viriam ao mesmo passo em que são produzidas e, sequencialmente e de modo quase instantâneo, se tornariam funções de governo. As relações entre a entrada e a saída das informações seriam o próprio processo político em andamento (Teles, 2018, p. 434).

Figura1: Mapa das influências do pensamento de Byung-Chul Han



Fonte: Elaboração do autor

Tal exploração, porém, não acontece sob um regime de vigilância externa. O vigiar é furtivo pois cria mecanismos de uma mística e apodera-se da psiquê, da culpa e das frustrações para criar o discurso empreendedor. A culpa é do indivíduo por não ser rico, não ser poderoso e não ser bem-sucedido: “Diante de Deus estamos sempre em dívida. Somos sempre culpados” (Han, 2018a, p.17). Com essa culpa amplia-se os abismos dos conhecimentos em uma era de psicopolítica digital instrumentalizada pelo *big data* que gera um conhecimento onisciente sobre as pessoas, podendo ser previamente descritas em dados e direcionadas político e psicologicamente. Nesse caso, então, a penalidade do fracasso e as novas metas de sucesso se tornam os algozes da multidão de culpados⁴, vítimas do desemprego estrutural, da ausência de solidariedade e infraestrutura mínima de seguridade social.

A dominação desta psicopolítica são calculadas a partir das informações dadas para os processos de submissão e dependência

4 Este volume astronômico de dados, todos eletronicamente armazenados e acessíveis de qualquer lugar e a qualquer momento - óbvio que não por qualquer pessoa ou sistema de coleta de dados -, podem ser inseridos por indivíduos voluntariamente, ou em resposta a alguma demanda, cedidos ou simplesmente abandonados. De fato, são mais dados “deixados” do que “transmitidos”. Ainda assim, não aparecem como subtraídos sem autorização, pois aparentam estarem dispersos e em lugares quaisquer (Teles, 2018, p. 435).

tecnológica, formando um conjunto de ações inteligentes e eficientes que conduzem a essa culpa. Emerge dessa complexidade de dados, transformada em política social uma servidão voluntária e pacífica, dependente da lógica do lucro, que plasma na psiquê seus mecanismos sombrios de exploração. A noção que se tem aqui é de um poder positivo, mais benemérito com os corpos e menos agressivo, às vezes tidos como salutar, sem repressão que promove uma liberdade individual no digital. É um poder afável, por vezes empoderador, a partir do *big data* que conduz para uma radiografia dos indivíduos. Não se trata apenas de um panóptico tradicional, pois não silencia. Ao contrário, cria uma ambiência de possibilidades para o mercado em estatísticas, proporciona o desenvolvimento instrumental das comunicações individualmente direcionadas e lucrativas. Ou seja, trata-se de substituição de uma lógica do biopoder e do poder de ordem do discurso normativo e dos corpos disciplinados ligado à rede de produção industrial da economia real e das demografias controladoras⁵ de relações das bases de *datamining*⁶.

Não se tem uma normatização dos corpos. Por exemplo, as políticas dos corpos não se direcionam, por exemplo, para a produção intelectual científica que parece tomar um arranjo outro a partir das metas e controles psicológicos, por exemplo: “O disciplinamento corporal dá lugar à otimização mental” (Han, 2018a, p. 40). As técnicas psicológicas e as fórmulas de relação de comunicação orientam

5 Para transformar dados em práticas de governo, acionam-se os *datamining*. Como em um espremedor de frutas, extraem-se dados em situação bruta a seiva que interessa a determinada modelagem de comportamentos. Das massivas acumulações de dados começam a emergir saberes estatísticos oriundos das correlações de informações não selecionadas, não classificadas e não hierarquizadas, altamente heterogêneas. Com o máximo de automação, reduzindo a intervenção humana e dispensando o uso de hipóteses ou convenções prévias, esquiva-se das subjetividades e das normas discursivas (Teles, 2018, p. 434).

6 Já nos *Big Data*, não há hipóteses prévias, pois se procura diretamente na correlação dos dados a expressão dos fenômenos. As relações estatísticas dos *datamining* esquivam-se das normas sociais de seleção, classificação e hierarquização dos dados, transitando diretamente entre o real das informações e a operação destas via seus elementos técnicos e tecnológicos. A realidade ganha uma aparência de esfera pública, porém controlada por interesses particulares e com governos e empresas coletando quantidades massivas de dados não classificados (Teles 2018, p. 435).

para uma psicopolítica positivamente marcada para realização de um controle interno, uma autocobrança, uma vigilância intrínseca e por fim adoecedora. Essas técnicas de domínio voluntário são mediadas pela relação mercado, que são identificados pelo empreendedor ou o “sujeito liberal de desempenho” (Han, 2018a, p. 44), porque ele age por si, é dominado e direcionado para metas de produção inalcançáveis, formando uma tirania interpretada como liberdade e desestruturação das responsabilidades do Estado em referência à promoção das ciências e tecnologias como direito público. As metas neste caso se comportam nas bases do neoliberalismo econômico, semelhante às metas espaciais de empresas.

A naturalização da lógica de vigilância permite o surgimento do perfil traçado, a partir das governabilidades algorítmicas refletidas por Teles (2008)⁷ e abordado por Han (2018a) no sentido de que o corpo é alterado por instrumentos que marcam o desempenho, a eficiência e o talento. Ele é tão invasivo que consegue medir as batidas cardíacas, quantificar as atividades e metrificar as taxas corporais. Todas essas informações são enviadas ao *big data* por uma *quantifield self*. Assim, o talento dos corpos é traçado e desenhado por meio de registros de dados nos artefatos e tecnologias *smart*, como *Smart Touch* e outros. O autoconhecimento é traduzido em uma linguagem maquínica, um conhecimento do corpo artificial datificado. Gera-se o conhecimento de si totalmente mediado por análises de inteligência artificial e analistas para o mercado dos cursos e treinos, para a indústria farmacêutica e as políticas de controle: “Os dados coletados também são publicados e tocados. Assim, o automonitoramento se assemelha cada vez mais à auto vigilância. O sujeito contemporâneo é um empreendedor de si

7 Os indivíduos, ao fazerem uso de serviço de cartões, celulares, ou de qualquer dispositivo conectado aos *Big Data*, imaginam seus perfis nas estruturas de informações a partir de uma individualidade. Contudo, há uma profícua organização de saberes a partir da formação de perfis que, apesar de não serem perceptíveis aos indivíduos ou ao público, tornaram-se a base da política maquínica. O perfil reúne traços deixados pelos indivíduos, mas não se configura como a expressão do “quem” o indivíduo é. Caracteriza-se mais por padrões de individualidades, categorizando costumes, hábitos, respostas-reflexo, ideologias, afetos e comportamentos psíquicos (Teles, 2018, p. 443).

próprio”, (Han, 2018, p. 85). Uma lógica em que o sujeito mesmo é carrasco e vítima, sob uma vigilância e autocobrança que compõem um panóptico mediado por aparelhos de monitoramento corporal. Esse corpo datificado é memorizado porque o *big data* não esquece nada. Há aí uma psicopolítica dos dados, adaptando discursos conduzindo eleições, relacionando esquemas de políticas públicas e manipulando em prol de informações que brotam dos dados trabalhados e direcionados ao negócio do capital financeiro. No fim, todo esse monitoramento corporal é um negócio lucrativo.

O lucro pauta qualquer momento do conhecimento. O saber científico e as inovações passam a um patamar de adição e numeração pré-estabelecidos. Desde a medicina até as ciências sociais são afetadas por essa lógica de conhecer nesta memória digital como um oceano de informações em que convergem os rios dos saberes estabelecidos: “Os *big data* sugerem um conhecimento absoluto. Tudo é mensurável e quantificável” (Han, 2018a, p. 93). Nesta perspectiva as antinomias do conhecimento se vão porque “Uma nova era de conhecimento é anunciada” (Han, 2018a, p. 93) para salvar os negócios. É um conhecimento universal que suprime as relações de vida. Porém é um conhecimento prévio, porque são dados analisados, óbvios e sem surpresa para as análises. A novidade está na execução, no processo de uso das informações. Seria o fim da teoria e das dúvidas investigativas das ciências⁸? Assim,

8 Este é um mundo em que grandes quantidades de dados e matemática aplicada substituem todas as outras ferramentas que possam ser utilizadas. Fora com toda teoria do comportamento humano, da linguística à sociologia. Esqueça taxonomia, ontologia e psicologia (Anderson, 2008, n.p.). O grande alvo aqui não é publicidade. É ciência. O método científico é construído em torno de hipóteses testáveis. Esses modelos, na maioria das vezes, são sistemas visualizados nas mentes dos cientistas. Os modelos são então testados e experimentos confirmam ou falsificam modelos teóricos de como o mundo funciona. É assim que a ciência trabalha há centenas de anos (Anderson, , 2008, n.p.). Mas, diante de dados massivos, essa abordagem da ciência - hipótese, modelo, teste - está se tornando obsoleta (Anderson, 2008, n.p.). Agora existe uma maneira melhor. *Petabytes* nos permitem dizer: “Correlação é suficiente”. Podemos parar de procurar modelos. Podemos analisar os dados sem hipóteses sobre o que pode mostrar. Podemos jogar os números nos maiores aglomerados de computação que o mundo já viu e permitir que algoritmos estatísticos encontrem padrões onde a ciência não pode (Anderson, 2008, n.p.).

o *big data* se manifesta em uma perspectiva de realização de poder em uma ação de conhecimento-desenvolvimento: “A psicopolítica neoliberal é a técnica de dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante através da programação e do controle psicológicos”. (Han, 2018a, p. 107). Essa lógica social marca o início da psicopolítica como resposta às demandas da sociedade em rede. A teoria passa ser obsoleta, porque o dataísmo suplanta qualquer constructo teórico, prevê ações, decifra modelos e direcionam comportamentos (Han, 2018c).

A atuação dessa vigilância não abre mão da punição. No entanto, são marcantes os estímulos em vez da falta. Nestes estímulos coercitivos da psicopolítica não há uma genuína disciplina ou punição como em outras lógicas descritas pelos filósofos. O que há é o agrado cada vez maior para o sucesso do desempenho em vez da punição e do controle externo da proibição. A atuação desta psicopolítica é estimular positivamente dentro de uma política satisfatória e lucrativa em uma ambiência digitalizada e dentro de uma vigilância de futuro amável que permite uma liberdade de consumo: “O consumo não se reprime, só se maximiza” (Han, 2018b, p. 57). Por isso, na perspectiva da vigilância digital ninguém se sente vigiado, mas coparticipante de redes positivas, em uma vigilância de si mesmo como em um jogo. O trabalho é um jogo, todos contra todos é um processo de gamificação. A vida social é uma diversão, a vigilância é divertida e lúdica, por vezes é comercial, pois à medida em que se joga, produz e comercializa, seduz e é vigiado, controlado e docilmente direcionado para uma perspectiva de capitalização do conhecimento e das práticas sociais.

Cada instante de trabalho é conduzido para um descanso que não existe. As horas de lazer são para produzir dados. Esses dados são coletados nos jogos que forçam o jogador a consumir, encerra-se a comunicação em um isolamento lúdico e cansativo, no esgotamento dos sentidos visuais com *likes*, em redes sociais, formados por iguais em bolhas de camaradas em busca de superar as metas de seguidores de aprovações.

Sem a presença do outro, a comunicação degenera em um intercâmbio de informação: as relações são substituídas pelas conexões, e assim só se conecta com o igual; a comunicação digital é somente visual, perdemos todos os sentidos; vivemos uma fase em que a comunicação está debilitada como nunca: a comunicação global e dos likes só tolera os mais iguais; o igual não dói! (Han, 2018b, n.p.).

Ora, nesta relação global dos *likes* que relaciona ao esforço de não ficar parado, porque é direcionado ao consumo, direcionado à compra e ao fetiche da mercadoria e do dinheiro. Não é permitido a criatividade que não gere lucro. O ócio é mercantilizado, a comunicação é mercantilizada e impossibilitada sem o capital. Cada instante de ócio não é para lazer, se for é para um lazer digital, para público dos conglomerados de jogos *on-line* e da pornografia. Assim, tudo isso furta a liberdade e a complexidade dos corpos na medida em que se tem uma ação narcísica que interrompe o imaginário e a experiência com o imaginário. Surge daí a noção de transparência total, com ausência do outro, o que significa o fim do desejo e o fim do olhar do mistério. Tudo é transparente em um brilhante espelho de informações que até cega quem olha demais. Os dispositivos móveis, por exemplo, são elementos desse espelho, seu fractal reflete a transparência dos dados e forma a imagem distorcida de Narciso que se mira sem relações, sem se reconhecer, ou seja, parece o fim das mediações.

Figura 2: Estrutura do pensamento para crítica às novas tecnologias-inovações de poder



Fonte: Elaboração do autor

Perspectivas de uma crítica

A obra de Byung-Chul Han tem diversidade basilar e se apresenta para refletir questões que emergem na contemporaneidade. Ele dialoga com Nietzsche e Marx, mestres da suspeita, e dialoga também com o conjunto da obra de Foucault. O que Han parece fazer é lançar perguntas norteadoras diante do contexto do neoliberalismo, seus mecanismos de poder, sua ubiquidade e sua sugestão nas ações políticas.

Por que o regime de dominação neoliberal é tão estável? Por que há tão pouca resistência? Por que toda resistência se desvanece tão rápido? Por que a revolução já não é mais possível apesar do crescente abismo entre ricos e pobres? Para explicar isso é necessária uma compreensão adequada de como funciona hoje o poder e a dominação (Han, 2014, n.p.).

O que significa agir politicamente? Agir no limite entre o direito e o fato político. Assim, Han questiona a realidade social e sua forma jurídica, distingue essas duas dimensões que podem ser, em muitas vezes, divergentes. O oposto do estado normal é a guerra civil que se situa em uma zona de indecidibilidade quanto ao estado de exceção. Daí o processo de poder de fato, tendo os aspectos do capitalismo e as ações de produção e desenvolvimento de trabalho em que transforma o público em privado. Para Han (2015), em oposição ao olhar do “Estado de Exceção”, surge a normatização positiva (autossugestão) que está para além da potência negativa (repressiva). Hoje, o soberano age por ser admirado, seu poder é silencioso, um silêncio absoluto e que age com a comunicação: “A comunicação de poder reduz consideravelmente o ruído e o barulho, ou seja, a entropia comunicativa. Assim, a palavra de poder elimina repentinamente o barulho que se infla. Ele produz um silêncio, a saber, o espaço para ações” (Han, 2018c, p. 17). O que se tem não é mais uma passividade inflamada, mas uma atividade de compreensão e uma real sedução em vigilância sem repressão, formadas por metas, por voluntariado padrão, sem a percepção dos grilhões. Assim, destaca-se a questão das relações de poder que encerram as perspectivas do digital: os *big data*, os exames e a governança algorítmica.

Não podemos nos recusar a fornecê-los: uma serra também pode cortar cabeças. É preciso ajustar o sistema: o e-book foi feito para que eu o leia, não para que eu seja lido através de algoritmos... Ou será que o algoritmo agora fará o homem? Nos Estados Unidos vimos a influência do Facebook nas eleições... Precisamos de uma carta digital que recupere a dignidade humana e pensar em uma renda básica para as profissões que serão devoradas pelas novas tecnologias. (Han, 2018b, n.p.).

A lógica da vigilância algorítmica leva ao esgotamento e não ao ócio criativo, porque não é permitido o ócio ou o tempo da reflexão, mas leva-se ao *stress* máximo, ao tempo de uma sociedade do cansaço que produz tédio em larga escala. Para sobreviver, deve-se agir como em uma

selva com a atenção mediada de sujeitos “hiperativos e hiperneurótico” (Han, 2015, p. 44). Se não for assim, não há acoplamento na sociedade, ou seja, é a ideia do vagabundo ou do idiota, cínico único capaz de escapar desta lógica.

Assim, a sociedade do cansaço é uma sociedade proativa de pessoas doentes com seu miasma de autocobrança e autofiscalização. Daí o desempenho como mecanismo positivo do domínio em esgotamento excessivo que retira a vitalidade e se torna criador de mortos vivos apáticos e voluntariosos. Indivíduos singularizados em exames sem organização e sociabilidades.

Dessa maneira, cada um tem e usa uma identidade como força de expressão. É a visão empreendedora sobre a sociedade. Cada identidade é única, não soma, compete em uma faceta cruel das características sociais do humano que se perde na transparência dos dados: “O *homo digitalis*, em contrapartida, apresenta-se frequentemente, de fato anonimamente, mas não é um ninguém, mas sim alguém, a saber, um alguém anônimo” (Han, 2018c, p. 29). Por isso, destaca-se o privado como valor supremo, a iniciativa privada como face dominante do setor econômico e o neoliberalismo como reza fundamental da individualidade como valor ontológico estruturante: “A solidariedade desaparece. A privatização avança até a alma. A erosão comunitária torna um agir comum cada vez mais improvável”. (Han, 2018c, p. 33). O agir aqui é entendido como elemento característico do tempo, em uma perspectiva digitalizada, sob a supervisão do desempenho, das informações ubíquas dos modelos universais. No entanto, o universal no digital é transparente, existe no dataísmo, sob a fala de caráter pleno da livre circulação de informação. Por isso a contradição com poder de fato. A necessidade de divulgar as informações vai de encontro aos processos de poder, que de alguma maneira se oculta, o verdadeiro poder é uma caixa preta e não é transparente:

Poder e informação não combinam um com o outro. O poder gosta de ocultar no segredo. Ele inventa a *verdade*, a fim de

se entronar e se inaugurar. O poder, assim como o segredo, é caracterizado pela *interioridade*. A mídia digital, em contrapartida, é desinteriorizante [*entinnerlichend*]. As instâncias de poder aparecem aos caçadores de informação como barreiras para informação (Han, 2018c, p. 76-77).

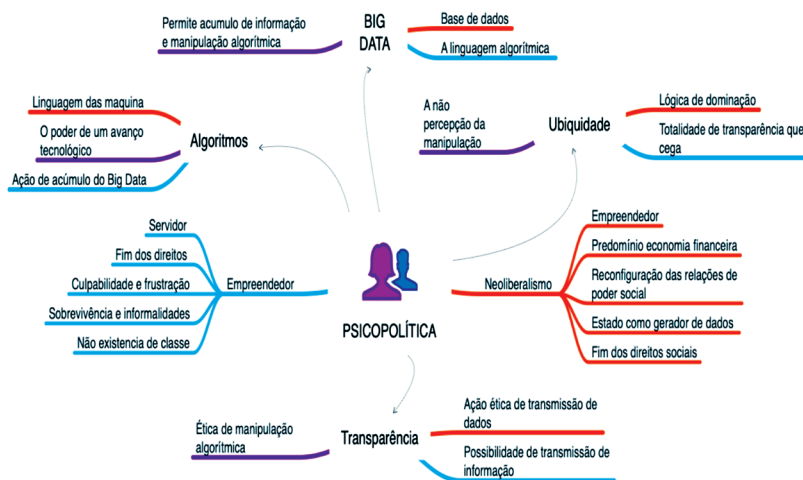
Assim, o excesso de informação parece cegar, porque as formas de comunicação são assimétricas, classificadas e hierarquizadas, e neste sentido para Han (2018c) a mídia digital é simétrica, porque impõem livre circulação de informações, clareando as esferas do poder. Ora, essas esferas iluminadas não mudam, tomam outras roupagens, transparentes narcisistas, voluntariosa, cínica, é o novo espelho de narciso, calcada em desempenho, em livre-iniciativa, em empreendedorismo, e em neoliberalismo, onde o conhecimento é mediado por dados, a política são performances digitais em que essa nova política⁹ é uma nova roupa para as velhas formas de poder.

O conhecimento de dados aponta para um tempo dissolvido no processo do enxame-conexão, em uma nova razão. Não tão nova de fato, mas que se mostra assim, disposta a renovar velhas atitudes de poder, como a violência e as exclusões, mas sem o caráter explícito do Estado totalitário. Assim, o poder de fato se iluminou em ações de mando e violências, não mais com cara de carrasco, mas em um processo de satisfação positiva, reorganização, em módulos de dominação. Agora, o poder age não como uma leitura fixa em plataformas superficiais e 2D (duas dimensões), mas de forma viral, contagiante em níveis emocionais, afetivos e multidimensionais. O excesso de informação realmente modifica as características dos relacionamentos sociais. Há mais doenças, ignorância e variações das formas de existir. Daí que se pensa em camadas, formas de pensar e agir na complexidade do digital e das plataformas das redes envolvidas, por exemplo.

9 [...] a capacidade das megaempresas digitais de armazenar e analisar dados comportamentais cada vez mais íntimos dos usuários, traçando perfis que são de grande valor para entidades comerciais, campanhas políticas, governos ou qualquer um que deseje monitorar, monetizar, controlar e prever o comportamento humano (Pasquale, 2017, p. 18).

Essa topologia digital é viral e toma uma perspectiva de transparência, rapidez e capilaridade o que faz eficiente, pois abrange aceleração do tempo e desenvolve ações espaciais multidimensionais, escondendo-se nas trevas espectral que Han vai chamado e “*Dark Pool*”, onde acontecem os fluxos financeiros ocultos que movimentam montantes fantasmas, em alta velocidade nos mercados financeiros fantasmas: “São algoritmos e máquinas que se comunicam entre si e que conduzem guerras. Essas formas fantasmagóricas de comércio e de comunicação vão ‘além’, como Kafka diria, ‘da força humana’” (Han, 2018c, p. 100-101). São tomadas de elementos perversos e atroz e às vezes incontroláveis: “Ela é o mar profundo digital na rede, que se furta a toda visibilidade. Com a transparência crescente, também cresce a escuridão” (Han, 2018c, p. 100-101). É desse mar profundo e abissal da psicopolítica que emerge como uma sedutora sereia que canta e encanta no processo positivo, concede prazer e satisfação para todos. Todos os marinheiros de primeira viagem desta era.

Figura 3: Descrição do funcionamento da psicopolítica



Fonte: Elaboração do autor

Considerações finais

A perspectiva de Han em sua obra é de realizar uma crítica atual ao estado da tecnologia ao mesmo tempo em que verifica a celebração dos avanços da inovação e das relações de poder. O dever é criticar, dado que se normaliza e normatiza por vezes os instrumentais de cultivo do processo capitalista do neoliberalismo. Ora, a tecnologia é uma construção humana universal, ao mesmo tempo em que ela mesma é constitutiva dos processos de humanização, relação humana e não-humana, das naturezas e, portanto, possível de ser compreendida em seu estado mais primordial, as diversas agências dos artefatos em associação com a humanidade.

Entender isso é saber que não se deve desmerecer as relações políticas decorridas do uso das tecnologias. No entanto, “é preciso estar atento e forte” Trecho da música “Divino, Maravilhoso” composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil, em 1968, e notabilizada com a interpretação de Gal Costa. Na atual etapa de relação social e econômica, no atual capitalismo, pode-se crer no paradoxo: que a tecnologia é constructo cada vez mais necessário para superar as demandas surgidas na história social dos povos, mas as tecnologias associadas ao neoliberalismo é uma caixa de pandora de saem diversas tragédias.

Essas demandas trágicas também indicam que precisamos de chaves de leitura dessa realidade. Daí, a partir de um engajamento teórico-metodológico, não devemos aceitar tão facilmente a psicopolítica e o psicopoder. Devemos ter o entendimento da lógica neoliberal e das franjas que abrangem esse regimes contemporâneos, seus rendimentos nesse mecanismo de dominação de poder e de manutenção da ordem capitalista cruel, em que as pessoas se escravizam, sem perceber-se escravas do processo capitalista de produção.

Assim, cada vez mais a filosofia nos alerta como grande compositora de melodias dissonantes contra uma tendência de doenças psíquicas. O desafio é viver no mundo atual e superá-lo criticamente, buscando alternativas de pensamentos ao psicopoder que se avizinha tão íntimo de cada um de nós.

Referências

- ANDERSON, Chris. The end of theory: the data deluge makes the scientific method obsolete. **WIRED** [S.l.], 23 jun. 2008. Disponível em: <http://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>. Acesso em: 19 maio 2019.
- ANDRADE, Rodrigo de O. Os desafios na academia. **Revista FAPESP**. São Paulo, n.p. 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2017/12/28/disturbios-na-academia/>. Acesso em: 11 out. 2019.
- BARRECHEGUREN, Pablo. O doutorado é prejudicial à saúde mental. **El País**. Espanha, n.p. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html. Acesso em: 10 out. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HAN, Byung-Chul. Byung-Chul Han: “Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização”. [Entrevista concedida a] Carles Geli. **El País**, Barcelona, n.p. 2018b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html. Acesso em: 10 out. 2019.
- HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectiva do digital. Petrópolis: Vozes, 2018c.
- HAN, Byung-Chul. Por que hoje a revolução não é possível? **El País**. Espanha, 3 out. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/22/opinion/1411396771_691913.html. Acesso em: 20 out. 2019.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica** - o Neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte; Veneza: Ed. ÂYINÉ, 2018a.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KRAUSS, Lawrence M. Perguntas que Atormentam a Física. **Scientific American Brasil**. São Paulo, ano 3. n. 28, p.86-89, 2004.
- PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. **Libero**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 16-35, 2017. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/866/832>. Acesso em: 7 abr. 2019.
- TELES, Edson. Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas*. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 59, n. 140, p. 429-448, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2018000200429&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2019.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2000.





SEGUNDA PARTE

EXPERIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO





UM CORAÇÃO PARTIDO: O JORNALISMO CONVENCIONAL E OS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS DAS PLATAFORMAS *ON-LINE*¹

Moisés dos Santos Viana

Em um ponto de ônibus, em meados de julho de 2013, em Itaimbé-BA, vi uma estudante de engenharia civil de uma faculdade particular lendo “Veja”. Comecei a conversar com ela e percebi como esta tinha uma opinião ruim contra a política e uma outra opinião positiva em favor de um ministro do STF. Surgiu então um conflito de ideias! Aí eu relatei um fato novo que havia lido pela internet no *site* “DCM”, levantando dúvidas acerca da imagem moral criada pela revista sobre o tal ministro. A leitora deu de ombros as novas informações, fechou a revista e desconversou, fim de papo [...]. Este artigo é uma homenagem aos meus alunos de comunicação social da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Refletir o jornalismo exige atenta observação sobre a importância dessa ciência-técnica na sociedade contemporânea em que as mediações sociais protagonizadas por ela mesma se relacionam com crises econômica e ética que atingem as empresas jornalísticas tidas como convencionais em suas plataformas impressas. Essas empresas, no mais

1 Publicado no Observatório da Imprensa em 20 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed760_o_jornalismo_convencional_e_o_desafio_das_plataformas_online. Acesso em: 20 de ago. 2023.

das vezes, sempre foram orientadas para o conservadorismo social e econômico, bem como para o cinismo moral e o oportunismo político antidemocrático. Tudo isso desemboca não apenas em descrédito social, mas também em desgaste político.

Além disso, observa-se o fluxo sem direcionamento ético-político assumido em opiniões, notícias e posicionamentos, pulverizados em comunidades virtuais, redes sociais e *sites* da internet, apontando para um niilismo político partidário, e capitaneado por uma ideologia moralista conservadora, porém suspeita pois não responde aos questionamentos profundos das necessidades sociais e alternativas democráticas.

O fim da imprensa convencional do papel e cia.

Será o fim da imprensa convencional, do papel e cia., das corporações jornalísticas e de seu *modus operandi*? Do ponto de vista político, a crise da imprensa no Brasil atinge principalmente as empresas que foram subsidiadas pelo Estado totalitário, porta-vozes do liberalismo (e neoliberalismo) e que nunca tiveram compromisso e instrumentais de diálogo com a população brasileira. O jornalismo impresso dessas empresas nasceu elitista, sob a proteção do capital conservador que o orientou dentro de um projeto sudestino de Brasil e limitado nas perspectivas democráticas.

Essa mesma forma de agir também orientou para um procedimento ético que no mais das vezes se torna cínico a ponto de elaborar um discurso moralizador e social que não faz parte da realidade das próprias redações, ou mesmo, passa distante dos seus produtos culturais. Assim, para uma mente mais crítica, o jornalismo convencional das plataformas impressas não corresponde à realidade dos fatos, e quando faz alguma referência a realidade, há mais distorções do que objetividade (intelectual ou mesmo textual, em uma abordagem de buscar várias versões das visões dos fatos, dentro dos critérios deontológicos do jornalismo).

Um fenômeno que exemplifica isso é substituição do código deontológico do jornalismo por manuais de redação. Estes, por sua vez, escritos ou mesmo em forma de políticas empresariais se concretizam em normas tácitas no universo dos textos escritos. Porém, aos sujeitos jornalistas foi atribuído uma exigência mercadológica tanto para a excelência profissional quanto para uma adequação ao saber-fazer das empresas que minimizaram ao máximo as subjetividades dos seus operários.

A institucionalização dos sujeitos jornalistas levou a confundir pessoa com empresa, existência de figuras sombrias, os contrários jornalísticos com seus textos, suas opiniões e orientações: a voz da empresa. Neles os gêneros do jornalismo se confundem não só em forma, mas principalmente em conteúdo. Em outras palavras, não se percebe a liberdade ou mesmo a responsabilidade do profissional, mas a subserviência e patifaria até mesmo contrário aos objetivos da sociedade e da profissão.

Os momentos das crises

A crise mercadológica que se avizinha e toma conta do setor é fruto de um contexto amplo das novas tecnologias e plataformas de comunicação que atingiu o campo. Neste momento as empresas são suspeitas e acusadas de receber subsídios estatais e propagandas, reserva de mercado, calote e sonegação fiscal, acordos e compras de material “jornalístico” para escolas. Hoje as demissões coletivas e fechamentos de redações apontam para um horizonte péssimo, o que já era ruim há muito tempo.

O neoliberal mercado tão defendido pelos patrões em ideologia, materializado nos textos jornalísticos, veio em sua forma mais paulatina possível em *tablets*, *modens*, celulares e computadores, numa convergência entre texto-imagem e som, em hipertexto, em tempo real, influenciando a política, a ética e a economia em suas perspectivas sociais.

Novos fóruns, novas esferas públicas e a velha patifaria

Até quando sobreviverá a versão do jornalismo convencional que parece ferido de morte, mas atormentado em sua alma fantasmagórica cheia de raiva e louca nos apoios aos golpes contra a democracia e Estado Democrático de Direito?

As novas tecnologias parecem não só limitar a abrangência mercadológica do jornalismo convencional, mas direcionar para novas perspectivas em campos técnicos. Claro que privilegiando gêneros como a imagem e som, mas com as possibilidades infinitas que as convergências podem apontar para o saber-fazer jornalístico. A diversidade das representações, as interações, as abrangências das fontes e as colaborações apontam para um mercado ainda em expansão.

As novas plataformas tecnológicas se nutrem do rádio e televisão que ainda conseguem catalisar a maioria do público. Assim há um diálogo entre diversas formas de jornalismo em inúmeras camadas de interação. Tudo isso cria representações de mundo percebidas sob a ótica conservadora e cínica dos meios de comunicação social, a radiodifusão, que do ponto de vista ético-político imita as perspectivas do jornalismo convencional em retroalimentação: sai na revista no sábado, divulga-se no domingo na televisão, fala-se no rádio na segunda-feira e é comentada nas redes sociais.

A retroalimentação das notícias é reverberada nas novas plataformas, funcionando a partir da ideologia de mercado, em redes sociais capitalistas das instituições sociais que não desejam e nem querem mudanças estruturais. Assim sob a égide de forças conservadoras, antidemocráticas e sobretudo niilistas, ver-se no subterrâneo as ideias do consenso conservador e seu crescimento moralista, retrógrado e medieval (menos elitista), porém pulverizadas e sustentadas por um público inexperiente e acrítico.

No entanto, observa-se que há a possibilidade de conflitos que questionam a ordem estabelecida, por se tratar de novas tecnologias.

Mas falta profundidade e ampliação dos rumos político e social desse fenômeno. As estruturas continuam iguais, as políticas públicas para comunicação ainda não vislumbram um Estado Democrático de Direito. Cria-se cada vez mais novos fóruns e as esferas públicas se ampliam no universo virtual, porém dentro de elementos políticos que não mudam, ou mesmo tornam-se padrões sociais preconceituosos, golpistas, viciados e interesseiros.

Meu partido é um coração partido

No universo da realidade aqui refletida, há concentração nas distribuições das verbas de propaganda e falta de transparência nas concessões de radiodifusão. Faltam estruturas tecnológicas para ampliação de Banda Larga e acesso às novas tecnologias. Uma má vontade política e ausência desenvolvimento de ações governamentais na ampliação da convergência entre comunicação e educação faz surgir horizontes desconhecidos e sombrios.

Talvez fique a versão ridícula, fraudulenta e mascarada do tipo “cansei” ou mesmo “Sem partido” e de coração partido, embebida em moralidades cínicas de quem tem seus heróis com pés de barro e lustrados pela mídia e que acha que resolver a corrupção é fechar o Congresso Nacional e aceitar que o STF legisle em nosso lugar: garantindo a desregulamentação da imprensa, o fim do diploma jornalístico e o domínio dos fatos. Talvez aquela estudante de engenharia, ávida pelas informações impressas, não tenha partido, mas um coração partido.





COMUNICAÇÃO: A FORMAÇÃO DE DIABOS HÁBEIS¹

Moisés dos Santos Viana

Como se faz sabonetes? Desde sempre é diferente de como se faz uma obra de arte, uma música e uma poesia. No campo humano não se faz profissionais, formam-se, ou melhor, ajuda-se a formá-los. Por isso, educar exige o trânsito em campos como ética, estética, teoria e espaço determinado, marcando para sempre as pessoas, pois é disciplina, oportunidade e circunstância. Para os gregos, há um tempo para a formação que eles chamavam de escola. Assim, objetiva-se aqui refletir a polêmica em torno das novas diretrizes para formação dos cursos de jornalismo e da atividade dos jornalistas.

Ora, o que está em jogo é justamente as condições de formação de uma classe profissional que traz para si o brilho e arrogância do liberalismo moderno (a possibilidade essencial de manutenção da democracia), a diatribe à intelectualidade (a dicotomia entre teoria e prática) e o papel social da comunicação (relação entre mercado, público e legislação). Em tempo, os jornalistas se formam e se perdem como “cães” em sua jornada na sociedade atual em que a necessidade e a contingência se alternam,

1 Publicado no Observatório da Imprensa em 1 de abril de 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed792_a_formacao_de_diabos_habeis/. Acesso em: 30 de ago. 2023.

em um tempo em que o valor primordial é a informação, quem tem informação, tem poder. A partir disso, entende-se que o jornalista deva ter uma formação crítica, ética e técnico-teórica, quem sabe uma formação intelectual sólida que o leve a decidir os rumos de sua profissão, tanto subjetivo como objetivamente, através de uma ação social válida e uma militância política contundente com os seus desafios cotidianos.

O jornalismo e o liberalismo moderno

O sistema liberal, filho da modernidade, concebeu à ideia de democracia sob o valor de liberdade política e de expressão. O amadurecimento dessa ideia possibilitou a concretização da categoria profissional do jornalista como essencial para manutenção dos sistemas democráticos de direito. Hipoteticamente, o direito universal (política e expressão) não se diferenciava, pois se tornara uma amalgama até surgir a liberdade de imprensa que por sua vez, torna-se um derivativo político da liberdade de expressão e liberdade de mercado. Na contemporaneidade isso se radicalizou, ou seja, parece que a liberdade de imprensa se liga a uma ideia mercadológica em que se destacam a manutenção da livre iniciativa da mão invisível do mercado e o direito mercantil das empresas, em detrimento da função social de manutenção dos direitos democráticos. Perversamente confunde-se a liberdade de expressão com liberdade de imprensa, onde opinião pública é opinião publicada e o jornalismo um mero bibelô no jogo de poderes dos conglomerados de comunicação com suas ações estratégicas e planos de negócio, impedindo qualquer movimento em prol da democracia.

Pois bem, ser jornalista significa viver em um universo em que o funcionamento da atividade depende de um Estado Democrático de Direito e da plenitude de liberdades. Essa imagem é transmitida a todo instante como uma lenda que se separa da verdade factual. A democracia é traída pelas instituições que a mantêm, pela força dos mercados econômicos, pela empresas e assim também pelo jornalismo que desde

sempre compete com outras categorias intelectuais dentro dos sistemas democráticos.

As demandas e contradições dos sujeitos que praticam o jornalismo se ligam à história política do Brasil no século XX, pois mostra como essa atividade sobreviveu como uma sombra na dialética da frágil democracia deste país. O brilho e arrogância do liberalismo moderno nunca deu aos profissionais do jornalismo um consenso. Assim, o jornalista com sua técnica arrojada minou e/ou apoiou as transformações sociais no Brasil, fora usado para impedir ou provocar progressos sociais e democratizar a justiça, e/ou fragilizar o direito à comunicação, acumular fortuna e assassinar reputações. Essa relação fez com que o jornalista estivesse entre as profissões mais prestigiosas e perigosas do momento, ao mesmo tempo em que se tornou algo odioso, dado que a atividade parece sem regra, em um universo desregulamentado dos meios de comunicação, sob valores frágeis e multáveis já na base, na academia.

O sujeito jornalista, em suas necessidades, fica sem escolha, é incapaz de exercer suas liberdades, dentro de uma posição ética autônoma, dado que as regras do ser jornalista não está apenas nas suas escolhas particulares e de grupo, mas na complexa relação de poderes que rege a sua atividade. Ou seja, não é o bastante ter uma formação sólida e coerente, mesmo que seja essencial, mas que haja compromisso social com os valores democráticos.

Da diatribe à intelectualidade

Para formação do jornalista enquanto intelectual, sugiro a leitura de duas obras de Ciro Marcondes Filho, “*Ser Jornalista: A Língua Como Barbárie e a Notícia Como Mercadoria*” e “*Ser jornalista: O desafio das tecnologias. E o fim das ilusões*”, ambos da Editora Paulus (2009). Marcondes Filho defende uma formação intelectual para os jornalistas. Nessa perspectiva, concorda-se com ele, pois trata-se de uma escolha política que se desdobra em um desafio educacional, pois no contexto

brasileiro não há um clima sociocultural para formar intelectuais. As universidades parecem ilhas isoladas dos outros sistemas sociais e no mercado de trabalho o que se tem é um desrespeito para com a educação, e, um preconceito para com a crítica e a intelectualidade. Desse modo, surgem barreiras para formação intelectual e fissuras entre saber prático e saber teórico. Essas lacunas se ampliam de uma forma intencional, pois o sentido do jornalismo se subverte em interesse mercadológico, em produção de bens de consumo, em barganha de poder e em desinteresse social, político e democrático.

O mercado envia constantemente seu recado para as instituições de ensino, ele demanda o poder do capital, necessita de mão de obra especializada de acordo com seus interesses. Às favas a democracia, os saber universitário humanístico, crítico e político. Ou melhor, para que serve o curso universitário, se o jornalista pode ser feito em seis meses, como relatou o publicitário e apresentador do Jornal Nacional, Willian Bonner, em 2009, na UNB. Mas a educação é um processo complexo e menos linear, cheio de camada, cada vez mais complicada, pois exige tempo, recursos, vontade, contexto e possibilidades.

O processo de intelectualidade está ligado à educação (formal ou não), o tornando mais complicado que uma diatribe à formação jornalística. Ser um intelectual é ser honesto consigo e com a sociedade em que está engajado, superando os limites do maniqueísmo e alcançando um saber-fazer engajado. Por isso, ser intelectual não é cognição que leva a classificação de uma racionalidade instrumental, é uma posição política, capacidade de organizar as ideias e ações em prol de uma finalidade social e humanitária.

A formação do jornalista para a intelectualidade torna-se muito mais necessária no tempo presente, pois identifica-se com as demandas da atualidade, em que os horizontes do universo social como todo, aqui no Brasil e alhures, questiona os profissionais quanto a sua especialização, mas também cobra sua posição humanitária e política. Por isso, o desejo

de uma formação para o compromisso social e autonomia ética vai contra a corrente das interpretações mercadológicas, mas atinge o fulcro dos problemas sociais. Para tanto, tal perspectiva leva a questionar a finalidade de um currículo em esvaziar as humanidades, isolando o jornalismo das outras ciências da comunicação, criando um vácuo teórico que pode esvaziar os campos de conhecimento e a militância política.

Quais as consequências disso? A realidade jornalística, o tratamento dado ao jornalista, o agravamento do “faroeste caboclo” que vive o sistema midiático nacional, os abusos dos veículos de comunicação e a desumanização do processo comunicacional. Recentemente, a tecnologia criada pelo *Los Angeles Times* concebeu através de algoritmo, escrito pelo jornalista e programador Ken Schwencke, uma notícia sobre um tremor de terra. O que será do jornalista no futuro próximo?

Bem, o processo tecnológico é infinito, dado a possibilidade das inovações através da transformação técnica. Limitar-se a um jornalismo de dados em uma fórmula técnica, possibilitará a superação dos sujeitos sociais enquanto ser humano, ser de ética, agente político-cultural. Em detrimento a isso, tem-se o desafio do presente com a concentração dos meios de comunicação e a negação destes como direitos humanos.

O papel social da comunicação

Refletir sobre o jornalismo é destacar mais do que tudo o status social dessa atividade a posição do sujeito no contexto comunicacional. Por isso, mais do que qualquer coisa, o jornalismo não deve afastar-se das ciências da comunicação. Ao contrário, deve fortalecê-la. Compreender como funciona o sistema de comunicação é uma ação importantíssima para saber a real necessidade da profissão, seus desafios e limites. Porque o que se tem atualmente é a promiscua relação das estruturas da comunicação social, principalmente pelo desrespeito à Constituição Federal e regulamentação dos Artigos sobre Comunicação Social, a ausência da lei de imprensa, a desatualização da lei de Radiodifusão.

Os conglomerados, fruto de concessão pública, se comportam como donos do espectro eletrônico das telecomunicações, ajuntam-se em oligopólios, fitam com políticos e igrejas, engessam as iniciativas comunitárias e boicotam os processo de democratização dos sistemas, conferências e fóruns de direito à comunicação. O jornalismo não pode e nem deve ficar à margem. Como uma atividade social, seu papel é de comprometimento com o público, com os direitos humanos e a democracia plena. Todavia, como empregados, os jornalistas se tornam refém do patronato, sem seguridade econômica e iniciativa social.

No mais das vezes, observa-se um jornalismo tímido, manipulado e manipulador. Profissionais se comportando como marionetes, sem voz, sem vez, fazendo o desfavor à democracia, à liberdade de expressão e aos direitos humanos. Além disso, há profissionais sabedores de seu papel, aliados do patronato, fiéis aos empresários, e como voz do patrão, pensa como o patrão. O desfavor ao jornalismo é vergonhoso, deletério e comprometido com *Establishment*, pois simula um discurso objetivo, neutro e imparcial para desinformar e manter a lacuna entre a realidade social e o lucro do mercado de bens simbólicos.

Por fim, para que serve o jornalismo? Quem sabe os discentes das escolas de jornalismo e comunicação social poderão responder melhor que as instituições, quando o tempo chegar e cobrar deles como diabos hábeis.



COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: DIREITO A TER DIREITOS

Moisés dos Santos Viana

É importante manter intensa mobilização pela democratização dos meios de comunicação social. Entendemos que cada vez mais é salutar a vigilância e mobilização por esses direitos que ainda permanecem utópicos. No clima que passa o Brasil é urgente apresentar uma reflexão acerca desse campo e em especial da comunicação comunitária, considerando seu processo teórico e prático, seus impasses e possibilidades, bem como os critérios de valor e sua inserção social.

No atual contexto de ódio e dependência de informação, tem-se a ideologia hegemônica dos empresários, religiosos e políticos da direita e portanto, comprometido com os interesses do capital, dos seus próprios interesses econômicos e de poder. Cada vez mais as classes populares são mobilizadas contra si, contra seus direitos e conquistas. O engano de acesso aos bens de consumo produz constantemente grupos sociais sem compromisso comunitário, sem acesso a bens de cultura que os tornem críticos e tendo nas igrejas eletrônicas, na radiodifusão comercial e na internet as formas limitadas de possibilidade de acesso as mediações, sendo assim vítimas das manipulações do processo social.

De uma forma ampla, formam posições que ferem sua própria realidade, a opressão fica menos dolorida e mais descarada. É quase regra ver trabalhadores defendendo posições de patrão, pessoas negando sua identidade local e regional. As pessoas deixam de ser protagonistas de suas histórias e passam a querer o modelo ditado pelos intelectuais das grandes mídias (os profissionais capacitados pagos e bem pagos para mobilizar a população contra ela mesma).

Direito a ter direitos

Inicialmente, pode-se assim eleger dois panoramas de entendimento da comunicação. Um, em cenário cartesiano-positivista (linguagem como espelho do mundo): razão instrumental e comunicação como técnica-poder. Outro cenário em um contexto de ação comunicativa (linguagem como estado sociocultural): comunicação como interações consensuais e entendimentos.

Nesse momento, mais do que tudo, deve-se focar nesse segundo processo reflexivo e buscar uma síntese para a ideia do que é a comunicação. De uma forma mais pragmática temos a comunicação como saber-fazer que nos permite: a) permite conhecer o mundo e reagir subjetivamente; b) permite o contato com outros sujeitos sociais: coordena ações e comportamentos coletivos; c) permite a organização e transmissão do patrimônio cultural, educacional e político; d) permite uma ação de mobilização social.

A partir desse entendimento básico, a Comunicação é algo universal. Assim, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos: Artigo XIX – há a seguinte prerrogativa: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão”. Todavia, essa prerrogativa, mesmo pretendendo ser universal se torna uma letra morta. Dado a realidade mundial, e especificamente a realidade brasileira. Mas nesse entendimento, surge a luta dos movimentos sociais e das classes menos favorecidas para adquirir o direito de se expressar,

de produzir e de divulgar sua realidade sociocultural, sua visão de mundo, seus anseios e necessidades.

Foi nessa trilha que na Constituição Brasileira de 1988 (Cap. I, Art. 5º, inciso IX): “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”. Nesse entendimento surge a prerrogativa de Direito a ter Direitos (cidadania), ou seja, o acesso ao poder de comunicar: planejar, produzir e divulgar. Tudo isso, a partir de uma visão de mundo em que se destaca de forma protagonista a Comunidade (laços identitários, experiências compartilhadas). Isso se desdobra ainda de forma concreta para usos fruto dos meios de comunicação. Acesso aos processos comunicacionais e visibilidade. O chamado Direito à antena.

Assim, o direito à comunicação não é algo do indivíduo, é da comunidade. Objetiva divulgar a comunidade:

1. Estratégia: participação direta das pessoas na programação e gestão;
2. Quem produz é cidadão comum;
3. Busca o exercício da cidadania;
4. Não tem finalidades lucrativas;
5. Necessidades comunitárias como conteúdo;
6. Gestão do tipo coletiva;
7. Buscar autonomia;

Assim, entender a comunicação como direito fundamental humano é uma conquista constante de uma luta perpétua: acessar o pleno direito e cidadania. Essa batalha sem armas, passa por impasse político-econômico e burocracia que rege o clima dos meios de comunicação no Brasil. Em específico a Radiodifusão com o ultrapassado Código Brasileiro de Telecomunicação: Lei 4.117/1962; e da Radiodifusão Comunitária: Lei 9.612/1998, elaborada dubiamente e de forma estratégica se torna conquista e arapuca para a Comunicação Comunitária.

De uma forma positiva, a Comunicação Comunitária, se levada ao máximo como direito comunicacional, gera cidadania e possibilita:

- Coopera nos processos da comunicação social (fóruns, conselhos e instituições) – garantias e direitos;
- Produz, planeja, veicula (dominar a tecnologia) – estratégias e ações;
- Desperta consciência do direito à comunicação: capacitação, cooperação e inserção na comunidade (Direito a ter Direito);
- Criatividade e inovação: conhece a vocação midiática da comunidade e seus desejos e anseios comunicacionais – mapa diagnóstico;
- Capacita para o desenvolvimento de aptidões comunitárias: comunicação interpessoal e pública, internet, fotografia, jornal, rádio e vídeo – interface das plataformas;
- Coproduz e produz conteúdo: boletim, alto-falantes, programas de rádio e, emissoras comerciais e comunitárias;
- Treina e forma para capacitação de recursos e desenvolvimento de gestores administrativos-legais (formação e assistência técnica permanente);
- Mobiliza permanente, inserção nos meios de comunicação como atividade cidadã;

Os Desdobramentos da Comunicação Comunitária:

A Comunicação Comunitária não se encerra em si mesma, ela tem uma caráter mais do que tudo de serviço. Servir a comunidade. Fazer com que a comunidade se torne autônoma, participante.

- Incentivo do desenvolvimento regional (cultural, econômico e desportivo);
- Prestador de seu serviço, diminuidor da marginalização, redutor dos abismos das desigualdades;

Por fim, Comunicação Comunitária se resume em interações consensuais e entendimentos, direito e um desafio emancipatório para cidadania, um saber-fazer que se desdobra em responsabilidade técnico-estética e compromisso político-social com sujeitos comprometidos com a práxis da comunidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4117**, de 27 de agosto de 1962. Brasília, DF, 05. out. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14119.htm . Acesso em: 6. jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9612**, de 27 de fevereiro de 1998. Brasília, DF, 19. fev. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9612.htm . Acesso em: 6. jun. 2023.

LUZ, Dioclécio. **A arte de pensar e fazer Rádios Comunitárias**. Brasília: [s.n.], 2007.

PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 30, p. 62-70, ago. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3376>. Acesso em: 20 de mai. 2023

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004, p. 49-79.





ESCOLHAS E DEVERES: A PAUTA E A EDIÇÃO JORNALÍSTICA

Moisés dos Santos Viana

O que se tem na atualidade é a adequação do jornalismo aos mecanismos técnicos de produção jornalística e que se conforma com a progressão do discurso midiático impresso. A adaptação ao público por meio de veículos comunicacionais abordam assuntos referentes ao universo social, informando através de um padrão textual típico de fabricação, a notícia, que o jornalista acredita ser importante para o leitor (Sodré; Ferrari, 1986).

Dessa forma, as interrelações humanas nos meios de comunicação social se destacam, tendo uma grande influência nas vidas das pessoas, formando opinião, interpretando fatos, gerando sentidos, sendo eles mesmos orientadores de práticas. É nessa perspectiva que a relação dos meios de comunicação parecem inserir-se na vida social. No entanto, o discurso presente no texto jornalístico parece estar imerso nas ideologias, concretizando sentidos de mundo e realidades (Orlandi, 2008). Assim, nessa atualidade, a mídia impressa parece ter uma grande relevância e por causa disso, faz-se mister compreender: como as condições de produção se apresentam no jornalismo atual, destacando a pauta e a edição?

Assim, a informação jornalística é um discurso carregado de termos que definem pensamentos, ideologia e práxis dos sujeitos sociais possibilitando sua compreensão de mundo e suas relações humanas.

O jornalismo é um discurso datado e cada texto parte de um contínuo que reflete o conflito entre os interesses de quem manda e as preocupações e angústias de quem obedece, em cada campo de relações da sociedade: governo e povo, médicos e pacientes, escolas e estudantes etc. (Lage, 2001, p. 35).

Observa-se que a narrativa jornalística leva em conta o narrador e suas condições de produção, os diversos sentidos atribuídos no processo de edição de uma notícia e como toma importância nas interações sociais. Tudo isso em um diálogo pertinente entre mecanismos específicos que são a pauta e edição da informação. A pauta é composta a partir de informações prévias com dados que justifiquem o tema (definir o caminho, encaminhamentos e apuração), por isso é uma escolha (Floresta; Braslauskas, 2009). A edição é o dever do jornalismo: sistematizar a informação, dando-lhe forma técnico e estrutural, mas também significado, pois sua forma não é só um processo técnico, mas um posicionamento intelectual, um saber-fazer.

A escolha e o dever visam a questão da produção do discurso midiático-jornalístico. Dessa forma, os discursos emergem de um contexto social, fruto de uma dialética entre saber e realidade, também entre interesses diversos, materializando-se em textos.

A pauta

A pauta faz parte do cotidiano do jornalista, pois é uma das principais coisas que ele faz para iniciar seu dia na redação: “Uma vez lida a pauta com as informações e sugestões, o jornalista vai dar uma olhada nos jornais do dia, para ver se encontra alguma notícia sobre o tema, e assim se inteirar do assunto, e também para ver como saiu sua matéria do

dia anterior” (Travancas, 2011, p. 32). E especificamente no Brasil, esse elemento da técnica do saber-fazer jornalístico é uma invenção recente que foi elaborado para as revistas que tinham que selecionar assuntos, enfoques editoriais e etc. Mais recentemente, a pauta se torna algo presente nos jornais impressos também como forma de racionalização da notícia (Lage, 2001).

Dessa maneira, fica evidente o caráter não-espontâneo da notícia, mas também como “As matérias são, então, programadas, não apenas quanto aos fatos, serem apurados, mas, principalmente, quanto à linha de orientação do texto [...]” (Lage, 2001, p. 32). Assim, a pauta toma força e forma nos jornais impressos, a partir do diário “*Última Hora*” e “*Diário Carioca*” na década de 1950. A partir da década seguinte, o “*Jornal do Brasil*” estrutura a pauta como algo característico do jornalismo impresso.

Pauta pode ser definido como, segunda Lage (2001), um planejamento de uma edição impressa, principalmente quando o diário é dividido em partes de cobertura como: cidade, economia, política e artes.

[...] listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados em reportagem, além de eventuais indicações lógicas e técnicas: ângulo de interesse, dimensão pretendida da matéria, recursos disponíveis para o trabalho, sugestões de fontes etc. (Lage, 2001, p. 34).

Para o autor, uma boa matéria exige pautas boas. Quando atribuídas a bons profissionais, trazem prestígio, mas pautas podres ou ruins são trabalhosas, geram textos secundários e pouco interesse por parte do leitor. Sendo assim, o êxito da pauta depende do jornalista e de sua ação: ir além do roteiro e do texto correto com imaginação, perpassando a busca da linha correta e acertada, desenvolvendo a percepção de algo que passaria em branco a partir de outros olhares.

A indicação de pauta em um jornal diário é feita em geral pela manhã ou dia anterior à noite pelo pauteiro, um jornalista em geral mais

experiente capaz de propor temas a serem publicados pelo jornal e que é distribuído pelas editorias e subordinado à editoria “geral”. No entanto, cada vez mais há reuniões de pauta e os assuntos são decididos em colegiado. A pauta é entendida assim como algo coletivo e o pauteiro um coordenador da pauta e do que acontece nas reuniões.

A pauta pode ser entendida a partir dos seus objetivos:

a) planeja a edição: interpreta os eventos; diminui a pulverização de esforços; melhora o governo dos recursos (pessoas, equipamentos e empresas); possibilita a pesquisa prévia dos assuntos (produção, ilustração e interesse maior).

b) conformidade da matéria com os interesses econômicos e políticos: menos eficientes nas notícias, mais eficientes nas reportagens, pois direciona e recorta o ângulo.

c) prever volume de informação para garantir matérias necessárias na circulação para aproveitamento posterior (matérias frias).

Assunto – pautas ligadas a temas ou modo de produção que podem classificar os tipos de matéria jornalística podem ser:

- a) eventos programados (inauguração de obras, por exemplo);
- b) sazonais (Natal, início de ano letivo, festa junina, festival de inverno);
- c) eventos continuados (greves);
- d) desdobramentos (retrancas) de fatos de interesse;
- e) fatos constatados que esperam ser noticiados.

Além disso, podem ser classificadas como reportagens e notícias:

Reportagem - pautas mais bem elaboradas, pois não se trata de um texto curto, mas de algo investigado e em geral com grau de profundidade:

- a) assunto da pauta;
- b) fato gerador;
- c) natureza da matéria (contexto);
- d) linha editorial;

- e) definição mais precisa;
- f) recurso e suporte técnico disponível;
- g) tempo e condições de edição;
- h) participação de produtores.

Notícias - um evento circunstancial, um fato registrado, pode ou não ser previsível, mas tem um caráter breve de uma informação, dentro de um assunto específico:

- a) o evento;
- b) hora e local;
- c) exigência de cobertura;
- d) indicação de recursos;
- e) o que espera (linha editorial) – tamanho duração, previsão é destaque;
- f) alinhamento editorial;
- g) indicação de fontes.

De uma forma bem relevante, o jornalismo se racionaliza à produção, perde os traços de novidade e intuição. Assim, pauta deve ser precisa, identificar fontes, avaliar tempo e ser feita por gente que tenha experiência na área. Em geral são alimentadas por outros meios de comunicação como Rádio, TV, internet, bancos de dados e *press release*. Podem ser as matérias frias que buscam a informação já arquivadas, bancos de dados e entrevistas.

No entanto,

acontecimentos ocorrem inesperadamente, prognósticos mudam diante dos fatos, por isso, repórteres – e, obviamente, as chefias devem ter, em determinadas circunstâncias autonomia editorial e acesso à totalidade dos recursos da empresa – o que envolve um contrato de confiança (Lage, 2001, p. 43).

A partir disso, tem-se maneiras flexíveis de mudar ou inserir novas pautas que abrangem elementos novos e inéditos. Deve-se estar atento a descobrir boas notícias, uma boa matéria é gerada a partir da atenção

aos acontecimentos do dia a dia. A questão da leitura e da audição, com a presença da rádio, escuta com a perspectiva de ter novas pautas para a notícia. Desse modo, de uma forma mais didática, pode-se dizer que é a observação ao óbvio que nascem coisas novas, novas informações. Tem-se aí as pautas quentes: coberturas policiais, jogos, acontecimentos da cidade – ir ao local, distribuir os repórteres por áreas do acontecimento, ver bancos de dados, entrevistar autoridades, entrevistar cientistas e ouvir o povo.

Além dessa descrição do que é a pauta e seu elementos técnico que leva a um saber-fazer, destaca-se a questão do valor-notícia, entendida como a importância que um fato tem para ser pautado, posteriormente produzido e editado para ser veiculado como informação no veículo impresso. O jornalista como produtor intelectual de informação é também aquele que constrói elementos simbólicos de significado que são previamente orientados como destaca Correia (2011). O valor-notícia leva em conta os seguintes elementos:

- frequência: espécie de sintonia entre acontecimento e periodicidade do jornal;
- amplitude: dimensão de intensidade de um acontecimento;
- clareza: o significado do evento e do fato para o jornal e o jornalista;
- significância: qual a proximidade e relevância do acontecimento, bem como proximidade cultural (dentro do mundo de significado do leitor);
- consonância: os acontecimentos seguem a relevância de acordo com pré-imagens mentais que dão valor-notícia à circunstância;
- inesperado: o mais inesperado tem a possibilidade de ser escolhido;
- continuidade: o acontecimento continua por muito tempo (notícia-retranca-notícia);
- composição: acontecimento escolhidos para haver uma compreensão dos fatos envolvidos;
- referência a elite: quanto mais próximo da elite, mais haverá a possibilidade de ter significado;
- referência a pessoas da elite: pessoas da elite são referências de significado na posição de notícias;
- personificação: a notícia tem mais significado se for protagonizado por

pessoas ou por coletividade de algumas pessoas;

- negatividade: as más notícias são pautadas para dar impacto, pois atraem a curiosidade do leitor.

Associado aos esses critérios, pode-se ter outros elementos secundários como simplificação e ausência dos elementos ambíguos às informações, bem como o caráter emocional e dramático de um fato; enquadramentos específicos e estereotipados para ser reconhecível facilmente; o inesperado negativo e a infração à norma ou a lei. Não obstante, tem-se uma outra classificação de Wolf (*apud* Correia, 2011) que destaca cinco formas de classificação da valor-notícia: a) conteúdo; b) disponibilidade; c) característica do produto; d) relativo ao público; e) relativo à concorrência.

a) conteúdo ou substantivo: graus hierárquicos dos protagonistas; impacto nacional; quantidade de pessoas que envolve; relevância e significação das consequências.

b) disponibilidade do material: material para serem tratados tecnicamente; material acessíveis ou não disponíveis.

c) características dos produtos: brevidade e exposição; caráter negativo; caráter insólito a ruptura; fluxo de acontecimentos; atualidades; ritualístico; pontos de vista contraditórios.

d) relativo ao público: pressupostos que o público deseja (estrutura narrativa, atração, entretenimento e a importância).

e) relativo à concorrência: centramento na elite; publicar o que a concorrência pública.

Segundo Traquina (*apud* Correia, 2011), há três critérios para o valor-notícia: a) substantivo; b) contextuais; e c) construção.

a) substância: a morte como algo relevante; notoriedade; proximidade cultural/geográfica; relevância do que se acredita ser importante; a novidade; a sazonalidade; notabilidade; conflito/violência; escândalo e infração das normas.

- b) contextuais: facilidade do contato; equilíbrio do contexto; visualidade; concorrência; adequação às rotinas.
- c) construção: simplificação (mais direta); acontecimento amplificado; relevância manifesta e personalização.

Segundo Luhmann (*apud* Marcondes Filho, 2009), a notícia é classificada como tal se houver surpresa (nova e inédita), conflito (jogar com as incertezas), quantificação de fatos (objetos e sujeitos), relevância (gravidade da informação) e transgressão das normas morais, jurídicas e políticas.

Assim, produzir uma notícia é transformar um fato pessoal ou social em algo interessante para mais de uma pessoa, perpassando assim pela noção de interesse público. Todavia, nenhuma notícia é neutra, ela entra como disputa política, econômica e ideológica e torna-se mercadoria muito precíval.

A edição

Pode-se afirmar que a notícia no contexto geral é sem dúvida o novo - ordem em meio ao caos, a novidade atípica. Por outro lado, a edição é a organização dos fatos na notícia que sofre uma classificação dentro de paradigmas, associações com outras informações e localizações. Assim, muitos pontos em comum entre os fatos não são entendidos pelo leitor e passam despercebidos pelo consumidor da notícia. Desse modo, o sentido de organizar o caos, como foi apresentado, é paradoxal, porque os leitores não compreendem o fato como um todo. Isso pode ser diagnosticado como a falta de historicidade da notícia.

A informação, enquanto notícia, é apresentada dentro de três ações da imprensa: omissão, ausência de informação por vários fatores, seja na técnica, seja no valor dado ao fato; sonegação, sendo do conhecimento do veículo, a notícia não é posta na edição por alguma razão; submissão, embora noticiada, a informação tem uma edição que não permite

ao receptor compreender e deter a sua real importância ou mesmo o seu significado. Portanto, há bloqueios, sendo a submissão um princípio grande de desinformação. Além disso, a escolha dos verbos, e as construções gramaticais criam formas de entendimentos e intencionalidades (Serva, 2001).

[...] a notícia em sentido amplo, isto é aquilo que um jornal publica. Já a notícia em sentido estrito ou técnico refere-se ao gênero canônico que designa um texto com as seguintes características: informativo e centrada nos fatos; caracterizado pela existência de um título, de subtítulo, de um parágrafo inicial chamado lead onde se procura responder as seis questões consideradas fundamentais (O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?) das quais as duas últimas podem ser respondidas no parágrafo seguinte (Correia, 2011, p. 29).

Segundo Marcondes Filho (2002), a edição jornalística é a escolha técnica da narrativa da imprensa e se faz pela parcialização, segmento a segmento, cada um acoplado de certa informação sem sequência regular, independente, como um mosaico a ser montado. Cria-se então um fio lógico (A-B-C) onde a informação A será retomada pela informação B, a informação B continua a informação A e é ampliada na informação C, cada um dentro de um contexto específico. Assim, as informações ilhadas, fragmentadas e sem historicidade e que alinham múltiplos fatos como *flash* sem complicações mais aprofundadas.

Desse modo, há a supressão das matérias longas e a tessitura de elementos jornalísticos em conta-gotas “[...] uma série de blocos que são simplesmente agregados e que constituem uma diversidade dentro desse mesmo texto jornalístico” (Marcondes Filho, 2009, p. 157). Um uso estilístico sintetizado nos manuais de redação: o clichê. Usa-se imagens que se tornam o elemento principal na edição, sendo o componente que transforma a cena em informação, uma diagramação que remete para uma leitura rápida e dinâmica.

A diagramação ágil do jornal, jogando com alternância de famílias de tipos, com fotografias em cores, com valorização do movimento, com textos curtos, de alguma maneira realiza uma espécie de embelezamento (estetização) visual ideal no que diz respeito ao prazer visual em se ler um jornal, mesmo que isso signifique um esvaziamento ao que antes constituía a matéria jornalística (Marcondes Filho, 2009, p. 159).

No entanto, Erbolato (1985) destaca que a linguagem do jornalismo impresso permite a interpretação, estendendo-se para uma informação mais elaborada, transmite padrões, interpreta fenômenos e leva em conta as camadas sociais. Desse modo, no processo de edição leva-se em conta uma linguagem adequada e acessível a todos, com regras gramaticais e compreensível. Aí pode-se destacar: clareza, simplicidade, correção, poucos adjetivos, singeleza e condensação, harmonia, precisão, unidade e coesão lógica. A compreensão de qualquer matéria é condição indispensável à sua publicação com frases fáceis, períodos curtos, poucos adjetivos e palavras inusitadas.

Uma boa edição proporciona um texto que prende a atenção do leitor em uma conversa escrita com simplicidade e atualidade:

1. ordem direta (sujeito-verbo-complemento): “assaltante rouba banco no centro da cidade”;
2. complementos antes da palavra regente: “ele leu a placa que dizia o fumo é **prejudicial** à saúde;
3. adjetivos depois dos substantivos: “A casa do político era bonita” bonita, olhos verdes ;
4. ligação entre os termos: porque, enquanto, portanto;
5. poucas palavras por oração;
6. verbos na voz ativa e eliminar verbos auxiliares: “O repórter leu a notícia”;

Para Martins Filho (1997), uma matéria jornalística deve ter clareza, precisão, direção e objetividade, ser um texto simples e mais uma vez destaca-se a ordem direta da oração. Não se pode usar frases feitas,

chavões e clichês, bem como dispensa-se o uso de vícios de linguagem. No entanto, o jornalismo é um meio termo entre a literatura e a oralidade em que se usa termos técnicos de forma explicativa e simples, evitando ser hermético. Por isso, deve-se encadear o *lead* de maneira suave e harmoniosa e dispensar fórmulas batidas de ligação: “enquanto isso”, “ao mesmo tempo”.

Por fim, a edição consiste em adequar a notícia ao produto específico do veículo, retirando os elementos do *modus operandi*. Extração do contexto, formatação adequada no processo de produção e inserção do produto dentro do contexto e parâmetros mercadológicos. Focalizar a atenção em certos aspectos do acontecimento (highlighting): captar, verificar e memorizar a informação recebida (Wolf, 1999).

Referências

- BRASLAUSKAS, Ligia; FLORESTA, Cleide. Técnicas de reportagem e entrevista em Jornalismo; Roteiro para uma boa apuração. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**. Covilhã: UBI/LABCOM, 2011.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnica de Codificação em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes. 1985.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record. 2001.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**. A língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARTINS FILHO, Eduardo. **Manual de Redação de O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: Formulações e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2008.
- SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, M. Helena. **Técnica de reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. v.I. Florianópolis: Insular, 2002.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.



COMUNICAÇÃO, INTERAÇÃO E IDENTIDADES NA COMUNIDADE DE ROSE, EM SANTALUZ-BA

Moisés dos Santos Viana

A questão das identidades e seus estudos apontam para uma ação de relações comunitárias abrangentes que vai além das relações cotidianas e socialmente estabelecidas, por isso mesmo fechadas e facilmente identificáveis. A demanda das inter-relações sociais se amplia e aponta complexidades das relações sociais e sua problematização, que esta se relaciona com a formação das identidades. A multiplicidade do exercício da comunicação que marca o tempo hodierno amplia as possibilidades de interação das pessoas em diversos campos e dimensões da realidade ampliando os horizontes nas narrativas diversas.

Não se pode dizer “a identidade”, mas “as identidades”. A evidência da composição social que apresenta as identidades hoje é contraditória, não são mais uma coisa única, sólida e fixa, pois, se dissolvem em elementos de manobras, táticas, técnicas e funcionamentos sociais contextualizados. Elas são moldadas nas relações comunitárias ordinárias, se comportando ora como “liberdade” ora “repetição”, mas sempre direcionando-se para as relações, as vezes com interesses inversos que não se resumem apenas a um caráter ou questão da cultura dominante. As identidades então são padrões de relações que não se libertam, mas

buscam a multifacetada expressão do sujeito, ora contraditórias ora instável. A questão do domínio biológico (físico, psíquico e comportamental) feito na construção da identidade moderna (Hall, 2000) se liberta com a inversão da realidade através dos deslizamentos que justificam os movimentos identitários múltiplos, ampliando as relações, complexando a formação do sujeito que é produzido sob os signos sociais, econômicos e políticos.

Desse modo, nossa pesquisa destaca o fenômeno comunicacional na região de Santaluz-BA e suas interfaces atuais com a geração de conhecimento, saber e práticas nos desafios hodiernos dos sujeitos sociais da região do Sisal, no interior da Bahia, que realizam as experiências da comunicação, criando e reelaborando a sua realidade de maneira a proporcionar significações profundas nas suas vidas. Há daí um conjunto de narrativas identitárias que apontam para uma perspectiva que oscila entre realização e desenvolvimento humano e se materializa em momentos significativos da comunidade de Rose.

Assim sendo, há uma múltipla e composição de categorias sociais antagônicas, combinações e relações transitórias (Santaella, 2004). A área de pesquisa envolve o território do sisal, fazendo uso das técnicas de descrição em diário de bordo, relato de experiência, registro fotográfico e audiovisual dos processos comunicacionais (narrativas, expressões culturais, cotidiano de produção, formas de vida, narrativas e experiências de campo). Valorizando especificamente o trabalho da comunidade local, moradores da área estudada, intérpretes da própria cultura.

As interações

A comunidade de Rose está localizada no município de Santaluz, no Território de Identidade do Sisa I3, a 258 km de Salvador. Segundo Pereira (2016, p.01), “a comunidade é denominada Projeto de Assentamento Lagoa do Boi”. Mas, os seus habitantes a chamam “Povoado Rose”, por referência a líder do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, Roseli Celeste Nunes da Silva “que morreu em um conflito de terra, na

década de 80, no Rio Grande do Sul”. Sujeitos no estado de liminaridade nas relações de investigação, análise e produção da própria cultura. Os dados são analisados através dos padrões e técnicas de interpretação em que se observa o fenômeno da comunicação na comunidade de Rose - o desenvolvimento de expressões comunicacionais tipificadas a partir de elementos que são descritos para haver interação: 1) os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece; 2) estes significados são provenientes da interação social; 3) estes significados são manipulados pela interpretação e utilizados pelas pessoas que entram em contato entre si.

As manifestações culturais da comunidade que se expressam muito além de uma identidade subjetiva “(...) um sujeito único e que é, ao mesmo tempo, o reconhecimento individual dessa exclusividade. A consciência de minha continuidade em mim mesmo”. (Brandão, [19--], p. 327). Entretanto, é mister fundamentar essa impressão acerca da identidade, pois as inter-relações socioculturais acontecem no contexto dentro da sociedade que também determina a identidade, ou seja, o sujeito se identifica nos sistemas construídos a partir de uma dialética histórica com seu meio. (Hall, 2003).

Por isso, é de interesse salientar que a identidade é constituída no grupo, pertence ao grupo e com o sujeito de uma forma dialética se cristaliza como elemento seguro para sobreviver enquanto ser humano. O outro vai determinar o reconhecimento do sujeito enquanto detentor de uma identidade pessoal. Os discursos, fazem a ponte de relação comunitária, tornando essa manifestação cultural uma expressão da identidade do grupo no resta da sociedade. Como destaca Hall (2000), a identidade na contemporaneidade parece manifestar-se sob a fragmentação da pós-modernidade, sem contexto, sem expressões sólidas que garanta uma segurança ao sujeito. Bauman (2003a) salienta que a identidade é reafirmada comunitariamente quando há o temor e o perigo, diante das incertezas. Na adversidade cultural, recorre-se aos símbolos, à casa metafórica da cultura, ao *ethos* que apenas o sinal de identificação pode

compor a identidade. Assim sendo, as interações sociais que outrora fora de cunho físico, ditadas por regras pré-estabelecidas agora se esvaem em valores, celeiro para novas, múltiplas e desreguladas identidades que se esconde e se revela tacitamente a identidade.

Portanto, observa-se que há na comunidade um aspecto de comunicação que marca o grupo social com a sua relação ambiental. A aparente necessidade, agravado pelo isolamento geográfico, o clima semiárido e falta de perspectiva de benfeitorias do poder público acrescentam experiências significativas na comunicação. As formas tímidas de expressão, desestimulantes em perspectivas menos atentas, camuflam saberes, consciência política e cultural que formam um gênero narrativo rico de informações.

Esse “*corpus narrativo*” vem se moldando em um conjunto de músicas e danças que estão se materializando nas apresentações nas escolas e nas ruas da comunidade. Os olhares atentos nos moradores de Rose vão construindo um arcabouço de significados para quem mora no local. A história da posse da terra, da ocupação do local vai direcionando em uma memória coletiva e que por sua vez sustenta o conjunto de representações que marcam as narrativas identitárias que se pulverizam nos relacionamentos e nas experiências de comunicação.

Toda sorte, as expressões culturais que marcam as identidades apontam para uma perspectiva de unidade social, diz ser um grupo, organizado, sobrevivente. Ser de Rose é mais do que tudo sobreviver. O uso da música, das falas, cores e histórias da posse da terra são constitutivos de histórias diversificadas. O clima de interação é construído, planejado e ressignificado a todo instante.

As conversas em grupo no meio da praça criam um ambiente interiorano e o tempo passa como testemunha. Além de apontar esse caráter primordial de um grupo coeso, em Rose, a história político-cultural de ser um assentamento agrário de posseiros indica um envolvimento social que salienta a importância das identidades que são constituídas,

pertence ao grupo e com o sujeito, de uma forma dialética, se cristaliza como elemento seguro para sobreviver as dificuldades. As experiências da comunicação então se tonam determinantes para o reconhecimento do sujeito enquanto detentor de uma marca forte de expressões simbólicas que formam nas identidades um elemento pessoal. “Para um indivíduo, o significado de um elemento nasce da maneira como outras agem em relação a si no tocante aos elementos. Todas as suas ações preocupam-se em defini-lo para o indivíduo”. (Blumer, 1980, p. 121).

Tem-se a ilustração do modo de vida campesino marcante das identidades que se formam nos processos que são frutos de conflitos e de narrativas com a comunicação. Desta forma, a dureza da vida em Rose se torna leve e reveste do humano, na dança, no canto, nas expressões diversas da meninada.

Considerações Finais

A comunidade serve como um mecanismo de encontro para o autorreconhecimento dos sujeitos sociais. Há aí um processo de criação de bens simbólicos que se desdobra em uso da cultura como estruturação social e marca das identidades, destacando novas formas de pensar o local e interação social no cotidiano. A comunicação é compreendida como qualidade, conjunto valores sentimentos, relações intersubjetivas para um efeito de consenso e responsabilidade entre sujeitos sociais. O trabalho, a vida das identidades da região do sisal mostram como há uma riqueza local. A interação dos sujeitos sociais os direciona a viver o cotidiano de forma criativa, com estética própria.

Ao dizer-se quem é, os moradores de Rose entram em um movimento recíproco de interação arte-expressão-vida: o trabalho é tudo, está em Rose faz parte da vida e dar significado as narrativas do cotidiano, transformando suas identidades.

Referências

BAUMAN, Z. De peregrino a turista, o una breve história de La identidad In: HALL, Stuart; GAY, Paul du (Com). **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, [19--].

BLUMER, Herbet. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTESEN, David (Ed.). **Teoria da Comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A Editora, 2000.

_____. Introducción: ¿quién necesita “identidad”? In: HALL, Stuart; GAY, Paul du (Com). **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003. pp. 13-39.

PEREIRA, Edisvânio do Nascimento. Mestres da Oralidade: A Arte de se Articular para Ressignificar a Cultura do Povoado Rose em Santaluz/Bahia. In. **Anais. XII ENECULT**, 2016. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/enecult/2894-2/>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

RÜDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.



CAIXA DE PANDORA: A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Moisés dos Santos Viana

O jornalismo, concebido como técnica de produção, é passível à influência da sociedade. Na verdade, não se concebe jornalismo sem interação e contextualização. Assim, jornalismo é práxis que acompanha a evolução social. Porém, enquanto área científica, percebe-se que este é elaborado como parte do complexo arcabouço das Ciências da Comunicação. Assim, o jornalismo é tratado numa dicotomia: concede-se a ele um desenvolvimento enquanto prática e enquanto teoria. Isso faz com que ele fique à mercê de outras ciências: “Desse modo, à exibição dos procedimentos práticos do campo jornalístico, deve-se necessariamente seguir a explicitação das sucessivas *epistemes* dominantes em seu campo de estudos, responsável pela constituição de uma doutrina [...]” (Barros Filho; Martino, 2003, p. 152). Entretanto, o jornalismo assume na academia um *status* próprio de ciência, mesmo que não muito claro: “O jornalismo é uma ciência social aplicada e assim deve ser estudado” (Barros Filho; Martino, 2003, p. 153).

A notícia é fruto de um processo que hoje se capitalizou e adquiriu característica industrial, interagindo com o contexto social e político-ideológico de seu produtor. Na notícia estão imbricados o contexto e os

sentidos da realidade, a ideologia que permeia toda a sua industrialização e a torna valor mercadológico, transformando-a em bem cultural, ou seja, mecanismo reproduzível, visões de mundo e interesses políticos.

A realidade da notícia é uma versão da realidade factual. Na dinâmica do processo de periodicidade imediata, a informação torna-se a mercadoria rápida por excelência, superficial e manipulável como uma manufatura nas mãos de seus produtores. A sua veiculação como informação é refém de uma demanda que envolve tempo instantâneo, superficial e fragmentado. Como as páginas do jornal e da revista, o *site* da internet, o plantão do telejornal, a escuta da rádio-notícia. Seleciona-se o que é mais importante, para emitir, transmitir, imprimir. Enfim, vender mais rápido. Vende-se uma versão escolhida como certa ou direcionada como certa, em uma orquestrada visão de mundo, a do dono, empresário da comunicação.

Além disso, a notícia é difusão de opiniões que informam e orientam de acordo com o que se deseja ao produzir. Ela, além de materializar a ideologia, é em si um produto de venda e consumo em um mercado que necessita de informação para alimentar seu pensamento e seu mundo de significados: os empresários para negócio, a bolsa de valores, os pronunciamentos dos políticos e bancadas, o Ministério Público e a mídia para se retroalimentar. Compra-se a informação e assimila-se a verdade relatada em temas: moda, política, economia e turismo. Tudo em um mecanismo de produção simbólica cada vez mais questionável é criticado.

Dessa maneira, salienta-se que o jornalismo é “água divisória” entre conhecimento acadêmico e prática em processo de desenvolvimento. Contudo, fica o desafio de encontrar uma síntese teórica que possa juntar os diálogos propostos na definição do jornalismo. Mesmo sabendo que os conceitos precisos e científicos acerca do jornalismo se apresentam em inúmeras teorias que podem ser estudadas na academia, há o desafio de formar sujeitos com habilidades técnicas, bem como cidadãos cons-

cientistas de seu ofício ou mesmo investigadores da realidade jornalística e do contexto em que o jornalismo está presente.

Ao retratar o jornalismo enquanto prática e técnica, a prática, baseia-se nas teorias da produção de informação que vai além do canal: “*Práxis* – aplicação do saber acumulado pelas sociedades, e, dentro delas, pelas corporações profissionais. Sua meta é desenvolver modelos produtivos, transmitindo-os às novas gerações para acelerar o processo civilizatório” (Marques De Melo, 2004, p.39). A metáfora mais adequada, para retratar isso é a narrativa mítica da caixa de Pandora, pois dela saem coisas diversas, maléficas e benéficas. Tal como a realidade protagonizada pelos sujeitos sociais que transformam o caos em informações adequadas para o consumo na sociedade hodierna.

Assim, o jornalismo é praticado e passa por diversos modos de captação, elaboração, edição e emissão. Pode-se falar de multimídia da informação jornalística. Porque os modos de comunicação podem abranger muitas mídias e proporciona ao jornalismo uma peculiaridade na produção da notícia: produção como espelho da realidade e/ou construtor da realidade.

Espelho da realidade: que realidade?

O entendimento da notícia como espelho da realidade leva a compreender o jornalista como sujeito autônomo e independente, por vezes, objetivo, que descreve e narra o fato jornalístico sob uma honestidade e cautela sobre-humanas. Tal modelo é fruto da concepção positivista do mundo e se sustenta na prática do jornalismo impresso e em sua metalinguagem em que notícia se estabelece e é feito sob a perspectiva que sobrepõe o mundo (conjunto de fatos) ao processo simbólico (proposições verdadeiras sobre o mundo).

Ademais, a notícia, desse modo, será entendida como todo processo que hoje se capitalizou e adquiriu característica industrial, interagindo

com o contexto social e psicológico, dando-lhe uma perspectiva particular, mas tida como real. Além disso, destaca-se a ideologia capitalista que permeia toda a industrialização da notícia e a torna valor mercadológico, transformando-a em bem cultural, ou seja, mecanismo ideológico reproduzível. Assim, nesta perspectiva, a informação jornalística pauta ou determina o cotidiano, porque é ela mesma um relato fiel do cotidiano.

No entanto, na perspectiva dos produtores tem-se a notícia como espelho da realidade, por vezes, objetiva, que descreve e narra o fato. O caráter peculiar da notícia de retratar o senso comum é sempre o recorte sem contexto ou profundidade da realidade. Seria a versão mais pobre do que é real.

Porém, a notícia não consegue, de fato, mostrar a realidade “nua e crua”, porque mostra uma versão que é parcial. Um recorte, apenas, do que pode ser captado num lapso de tempo, em um determinado local. Isso constitui uma espécie de formador do cotidiano, pois as informações transmitidas pelo jornalismo sofrem influência de mercados no sentido amplo do termo e essa arbitrariedade é sustentada pela ideologia dos que dominam os meios de comunicação. Portanto, todo o cotidiano impulsiona a busca e o sentido de adequação social nos meios de comunicação.

A gênese das práticas cotidianas encontra seu referencial de ação no conhecimento adquirido pelo indivíduo em confronto com a dinâmica da realidade social, conjunto de relações humanas objetivas, reconhecíveis em intenções, conhecimentos, atos e linguagem (Barros Filho; Martino, 2003, p. 156).

O caráter peculiar da notícia de retratar, “retratos fiéis do senso comum”, é sempre o recorte sem contexto ou profundidade da realidade. Seria a versão mais pobre do que é real, “Sob o véu da objetividade jornalística [...]. O conhecimento do mundo passa a ser vinculado ao conhecimento da seleção temática levada a cabo pelo jornal” (Barros Filho; Martino, 2003, p.179). O jornalismo mostra, em parte, a realidade e apresenta sua versão da realidade.

Toda realidade social obedece a uma sobreposição de narrativas distintas, revestindo-se de um caráter e de uma importância ímpar, pois, sob véu da objetividade jornalística, a história a ser contada muda de lugar. O conhecimento do mundo passa a ser vinculado ao conhecimento da seleção temática, levada a cabo pelo jornal (Barros Filho; Martino, 2003, p. 179).

Na dinâmica do processo jornalístico impresso e no conceito de periodicidade imediata, a informação torna-se a mercadoria rápida por excelência. O imediatismo da veiculação do fato torna o canal, pelo qual é transmitida a informação, refém de uma demanda. O que vale é o tempo instantâneo, superficial e fragmentado. Como as páginas do jornal e da revista, seleciona-se o que é mais importante, para emitir, transmitir, imprimir. Enfim, vender mais rápido.

A seleção temática obedece a critérios específicos de cada instituição. As relações internas e com outros agentes sociais têm, obviamente, preferência editorial. A representação do jornal como ‘espelho’ da realidade perde sua validade, revelando-se um ‘espelho mágico’, que reflete a realidade de acordo com as distorções, fragmentações e representações utilizadas (Barros Filho; Martino, 2003, p. 181).

Aí está a contribuição do jornalismo e seu sentido, hoje. Erbolato, 1985, p.47). Isso constitui uma espécie de formador do cotidiano, pois as informações transmitidas pelo jornalismo sofrem influência:

O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante. Essa função é exatamente a definida como a de agente inteligente (Lage, 2001, p. 23).

A realidade, ao ser percebida, sofre classificação através de critérios subjetivos que são arbitrários. Essa arbitrariedade é sustentada pela ideologia dos que dominam os meios de comunicação, principalmente

dos meios jornalísticos. Portanto, todo o cotidiano impulsiona a busca e o sentido de adequação social nos meios de comunicação. A informação é então fruto do observador da realidade, mesmo que essa observação seja parcial. Além disso, ela é difusão de opiniões que informam e orientam de acordo com se deseja ao produzir a notícia, Erbolato (1985) expõe que

As notícias são comunicações sobre fatos novos que surgem na luta pela existência do indivíduo e da própria sociedade. A imprensa investe capitais enormes, contrata jornalistas e técnicos dentro de sua área, para a função básica de informar. O noticiário deve ter utilidade pública para os leitores e influenciá-los pessoalmente, mostrando-lhes que devem ter um interesse no assunto divulgado. O maior número de leitores corresponde à melhor qualidade da notícia (Erbolato, 1985, p. 48).

O jornalismo, assim, produzido numa forma impressa, além de absorver a ideologia e transmiti-la, é também um produto de venda e consumo. Compra-se a informação e assimila-se a verdade relatada em temas: moda, política, economia e turismo.

Enfim, esse modelo é questionado, pois tudo que interessa em uma informação depende da produção jornalística, por isso, o saber-fazer jornalístico também compreende a realidade como construção e interação, algo modificável, até mesmo construída/reconstruída pelo jornalista.

Caixa de Pandora

Assim, a percepção dos fatos como um todo passa pelo olhar da imprensa que constrói as redes de significações dos fatos e circunstâncias dos fenômenos sociais. Por exemplo, são os jornais que constroem a realidade histórica, pois se constituem a principal fonte da história ocidental do século XX (Viszcarrondo, 2000). Dessa forma, tem-se a premissa básica de que a realidade social não é algo pronto e acabado, descrito em narrativas, mas uma construção intersubjetiva entre agentes sociais. Em

outras palavras, a realidade é inter-relacionada, construída e reconstruída, perpassando teias de significados que lhe dão coerência e aceitação dos sujeitos nos meios sociais em que se encontram. Ao refletir sobre essa questão, abre-se a caixa de Pandora, responsável por realidades, muitas vezes destacadas ou ignoradas no processo de produção jornalística.

O jornalismo tem como principal produto a notícia que se ancora nos acontecimentos reais (não ficção), tornando-se assim uma atividade intelectual e criativa que permite a construção do mundo real: tempo, formato, estrutura e hierarquia dos fatos por meio de notícias.

[...]as notícias como uma ‘construção’ social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber precisamente o que é notícia (Traquina, 2002, p. 28).

Pode-se ter a notícia como uma seleção da realidade, tanto no ver como no agir, uma ordenação do tempo/espaço, dando significado ao fato e aos fenômenos que ela encerra. Tudo isso constitui conteúdo simbólico possível de ser catalisado ou tratado ao mesmo tempo em que se compreende o mundo. Desse modo, a notícia passa pela organização das informações que são parte da ideologia e por isso interagem com a cultura e a sociedade. Assim, as características da notícia nunca escapam dos padrões sociais e culturais em que elas estão inseridas.

À medida que as notícias começam a ser tratadas como um produto, uma forma nascente de ‘empacotamento’ apareceu. As notícias tornaram-se crescentemente estandardizadas ao tomarem a forma do que chamamos hoje ‘pirâmide investida’, enfatizando o parágrafo de abertura, o *lead* (Traquina, 2002, p. 59).

Os serviços jornalísticos por seu turno implicam em organizar camadas da informação, dando-lhes formas, até chegar ao receptor. Aqui fala-se da reunião de pauta até a veiculação da informação. A notícia é entendida como forma da realidade, do fato captado sob perspectivas diversas e inter-relacionadas. Elenca-se essas relações como sendo em nível cultural, pessoal e social e a sua complexidade perpassa a objetividade-subjetividade que possuem diversas dimensões, pois permite ao jornalismo transformar o fato através de padrões de produção, poupando energia e tornando a informação um produto de consumo.

Leva-se em conta, especificamente, o valor-notícia que corresponde a importância da informação para seus produtores. Ou seja, o que deve ser significado, produzido, editado e transmitido é a informação dotada de significado para os produtores dessa mesma notícia. A notícia assim obedece, antes de tudo, à necessidade de estabilidade/produzibilidade e rotinização/trabalho (Wolf, 1999). Esse processo produtivo de informação é uma racionalização que também conta com redução de custos e tempo, credibilidade das fontes e seu caráter oficial. Assim, o fluxo de produção, seleção e divulgação das notícias no dia a dia das redações passam por questões pessoais, organizacionais, sociopolítico e construcionista cultural que serão retratadas nos modelos: *Gatekeeper, Organização jornalística, Ação político-social e Construção sociocultural*.

Gatekeeper

Dentro da perspectiva do *gatekeeper* (porteiro ou filtro), fala-se da pessoa do jornalista, esse agente ativo no processo de fabricação simbólica da informação. Mas, o agente é passível de forças, valores e toda uma carga psicológica que começa na escolha da fonte, passa pela redação, as escolhas das palavras e edição final da notícia e além disso, tem-se o uso de formas estereotipadas que são consideradas na informação. Esses elementos se ligam à cultura, à história e ao que o jornalista vive quotidianamente para poder produzir a notícia: “[...] o

processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas, onde o fluxo de notícias passa por diversos *gates* ‘portões’, áreas de decisão em relação as quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não” (Traquina, 2002, p. 150).

Assim, em primeiro plano, há o autor da notícia, o jornalista. O primeiro filtro dos valores informacionais. Em outras palavras, as expectativas de produção da notícia acontecem sob um crivo do sujeito: subjetivo e pessoal. É a ação da pessoa que determina o que se deve eleger como informação. Ou seja, critérios que a ação pessoal se baseia: processos cognitivos, rotina e autoimagem, afetando a construção da notícia. Aí também se pode elencar a concepção ética e a formação do jornalista como outros critérios para produção da notícia e construção da realidade.

No entanto, esse processo passa por outros portões à medida que flui pela ordem: pessoal, social, cultural e político-social. Ou seja, *gatekeeper* aos poucos deixa de ter uma explicação como escolhas apenas individuais e passa a verificar as causas dos processos decisórios de produção das notícias (Correia, 2011, p. 83). O sujeito em sua subjetividade é um dos inúmeros filtros ou portões pelos quais a realidade é apresentada e reconstruída, dando mais complexidade ao fator de produção jornalística.

Organização jornalística

A notícia concebida como produto e o jornalismo como negócio apontam para o fator de pressão do tempo, da rotina preestabelecida e da ação institucional que faz do jornalista operário da palavra, um burocrata da informação. “Tempo é dinheiro”, bradam as empresas, que conseguem também equacionar notícia com lucro. Por isso, a informação deve ser imediata, sintética e piramidal (*lead*). O que se tem é a predominância das exigências do tempo que conseqüentemente determina a rotina e a organização dos veículos de comunicação.

A produção de notícias é influenciada pela repetição dos recursos da empresa jornalística. ‘não é possível ir a todos’. É necessário tomar decisões em relação aos acontecimentos que serão cobertos, isto é, que serão organizados pela empresa jornalística e transformados em notícias (Traquina, 2002, p.150).

O fator produção é colocado como determinante do *timings e news judgement*. A empresa delimita e cria a rotinização, sistematizando as práticas que permitem o controle do trabalho do jornalista. Acontece aí a formação dos paradigmas de produtividade que orientam a realidade. Ou seja, é da burocratização do ofício que nascem os direcionamentos de reconstrução da realidade. Essa burocracia fortalece as relações entre estado e imprensa, pois como uma instituição social, a organização tem vínculos e relações estáveis que conduzem às técnicas operantes, uma espécie de constrangimento dos sujeitos e suas subjetividades.

[...] a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista, considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo (Traquina, 2002, p. 152).

As ações de produção da notícia são guiadas pela ação socio-organizacional. É a pressão da empresa que quer o lucro e assim constri e padroniza a práxis da produção jornalística. O jornalista se sujeita para sobreviver na dinâmica da notícia como negócio. Assim, a estrutura forma um *modus operandi* em uma indústria que envolve publicidade, marketing, finanças e contabilidade: “As formas de construção social da realidade informativa são resultado de um conjunto de rotinas profissionais e de práticas organizacionais e discursivas que se institucionalizam” (Morais, 2011, p. 89). O sujeito jornalista se contrai dentro de uma atmosfera organizacional complexa, onde ele é descartável, orientado e subjugado, quando não transformado em agente institucionalizado da organização.

Os esforços da ação do jornalista se fazem por meio de rotinas organizacionais e institucionais: como tipificação com o senso comum, padronização dos processos e vocabulário precedentes. Além do mais, a) o *publisher* direciona a política editorial; b) há normas tácitas a serem seguidas; c) pode haver dissociação entre ações dos jornalistas e a política editorial; d) há certos limites a coação da empresa.

Tudo isso gera um pragmático mercado rentável com um profissionalismo anônimo, procedimentos rotineiros e fórmulas consagradas/reconhecíveis formando um mercado. “A notícia é a informação transformada em mercadoria, com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais, para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, simplificação e negação da subjetividade” (Marcondes Filho, 2009, p. 78).

Assim sendo, esse elemento concebe a notícia simplesmente como mercadoria, orientada para a audiência, com editorial comercial, margem de lucro com redações estáveis e grandes investimento e t

Ação político-social

A construção da realidade se faz por meio de implicações políticas e sociais e suas relações no fenômeno da democracia, principalmente nas escolhas e posicionamentos políticos dos agentes comunicacionais. Além disso, há forte pressão política por parte das fontes, das empresas e das publicidades. O Estado usa de sua coação para limitar o fluxo comunicacional (concessão, imposto sobre papel, publicidade, entre outros), sem contar as agências de informação, nacionais e internacionais. Essa ação determina a produção jornalística a medida que se habitua com as entrevistas coletivas, as conferências, os *press release*.

Há pressão política, pressão empresarial, pressão religiosa, fazendo com que os valores dos poderosos são acatados na redação, bem como a pressão ou a influência da fonte na produção noticiosa, conversões

estilísticas, tempo, rotina e poderes de fontes determinadas, definindo o que é ou não notícia. Governos, agências, políticos e economistas forçam sua versão do fato e usa de mecanismos políticos e econômicos para definir o que deve ser notícia ou não. Por fim, as ações da produção da notícia são realizadas como forma social de construir a realidade e isso não foge do fator subjetivo, cultural e institucional. As notícias procuram os jornalistas, chegam apresentadas, direcionadas e formatadas dentro da perspectiva a serem produzidas/editadas/distribuídas.

Construção sociocultural

A ação social é o que se pode chamar de contexto pelo qual a informação é retirada, selecionada e reelaborada como notícia. Esse processo influencia e é influenciado pelo meio sociocultural. Não se pode divulgar e enfatizar na *media* de uma determinada sociedade o que estaria fora do contexto social. O fator da ação social sobrepõe-se as prerrogativas institucionais e pessoas na composição da notícia. As informações dialogam com a sociedade e auxiliam na construção da realidade, por isso não é relato, mas construção. “[...] as notícias são resultados de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da organização jornalística” (Traquina, 2002, p. 173). Nesse caso, tem-se as organizações jornalísticas, os critérios do “valor-notícia” (fora do normal, negativo, elitista), como mapas sociais a serem traçados pela comunicação.

Por meio do jornalismo as pessoas têm acesso aos acontecimentos cotidianos do mundo: “Ao impor essas significações, as notícias estão permanentemente a definir e a redefinir, a construir e a reconstruir os fenômenos sociais” (Tuchman, 2002, p. 95). Dois processos são utilizados nesse caso:

a) reflexividade: “especifica que os relatos dos acontecimentos estão inseridos na mesma realidade que eles próprios caracterizam, registram ou estruturam” (Tuchman, 2002, p. 98);

b) indexicalidade: “especifica que os actores sociais, ou utilizam relatos (termos, enunciações) ou narrativas que podem atribuir-lhes sentidos independentes do contexto no qual esses relatos são produzidos e processados” (Tuchman, 2002, p. 98).

Nesse caso, segundo o autor, isso acontece no sentido cotidiano que pode ser identificado como quadros simbólicos: “Um ‘quadro simbólico’ é construído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos sociais – e o nosso envolvimento subjetivo nos mesmos” (Tuchman, 2002, p.101), eles dão significados as interações do cotidiano. Esse método concede uma naturalidade às atitudes das pessoas, padronizando as relações sociais dos sujeitos. A notícia, desse modo, ajuda na formação dessas categorias, ou seja, a constrói.

Essa construção, de um lado, passa por um elemento de consenso cultural na formação da sociedade e a notícia contém elementos significativos para que isso aconteça. Por outro lado, as notícias são entendidas como um processo de produção que envolve percepção, seleção e transformação dos acontecimentos em informação noticiosa. Nesse caso, envolvem-se diversos agentes sociais e uma interação constante desses sujeitos.

Os fatores culturais influenciam a configuração das notícias. Designadamente, tal tese vai de encontro à abordagem culturalista e antropológica segundo a qual as notícias são um artefato produzido por instituições que, mesmo involuntariamente, se apoia e faz uso de padrões culturais pré-existentes para produzir sentido (Morais, 2011, p. 109).

As notícias são uma construção social, o resultado da intersecção entre um processo de produção centrado na sala de redação e o ambiente

de trabalho envolvente que define os limites desse processo, mas em uma atmosfera maior, social, cultural. Não se retrata a realidade, a constrói, a define, a reconstrói constantemente.

Considerações finais

A produção do jornalismo é algo fundamentado, é uma atividade intelectual na sociedade contemporânea, um saber-fazer, uma teoria que orienta a práxis jornalística e desdobra-se em responsabilidade. Como tal, exige uma epistemologia capaz de dialogar com o tempo presente, pois se desdobra em atitude ética, estética e conhecimento técnico. Por isso, conhecer os fundamentos do jornalismo é uma condição importante para o esclarecimento reflexivo da realidade do cotidiano jornalístico consonante ao desenvolvimento de habilidades neste campo.

Desse modo, abre-se um desafio na pesquisa do jornalismo (Barros Filho; Martino, 2003), compreendendo mais do que tudo que tal investigação se desdobra em elemento no campo do ensino, na formação de sujeitos sociais aptos para o saber-fazer, conscientes do seu papel, comprometidos com a sociedade onde estão inseridos. Daí que a universidade pública e de qualidade assume o status de formação cidadã, pois se compromete a transformar o conhecimento acadêmico em prática social. Porém, fica o desafio, conceder uma expectativa de formar sujeitos capazes de criar e recriar a realidade, emancipados tecnicamente, comprometidos eticamente e engajados socialmente.

Referências

ARBEX Jr., José. Consenso criminoso. **Communicare**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.149-153, 1. sem. 2002. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/revista-communicare/communicare-volume-2-edicao-1-1o-semester-de-2002/> Acesso em: 20 de mai. 2018.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

- CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**. Covilhã: UBI/LABCOM, 2001.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnica de Codificação em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record, 2001.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**. A língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARQUES DE MELO, José. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.
- SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- SOUSA, Jorge Pedro. Newsmaking e a Versão Schudsodiana de Sistematização das Teorias da Notícia. *In*: SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias das Notícias e do jornalismo**. Coimbra: Minerva, 2000. pp. 37-62
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2002.
- TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. *In*: ESTEVES, João (org.). **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- VISZCARRONDO, Doris Martínez. La dependência de las fuentes informativas. **Ética&Comunicação**, São Paulo, n. 1, p. 85-100, jan./jul. 2000. Acesso em: 20 de mai. 2018.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.





TERCEIRA PARTE

TRABALHOS COLABORATIVOS





PRAZER EM CONHECER #DIÁLOGOS.COM

Moisés dos Santos Viana

Daiane Kelli Moreira Carneiro

Gean Martins da Silva

Maiana da Silva Lopes

Introdução

O projeto de extensão Prazer em Conhecer. #Diálogos.com deu início no Campus XIV, em Conceição do Coité-BA no ano de 2014 juntamente com o projeto de pesquisa “Experiências da Comunicação no Território do Sisal”. O projeto Prazer em Conhecer tem o objetivo de gerar como também difundir conhecimentos e saberes por meio de debates e diálogos com a comunidade em geral, a universidade e o Território do Sisal. Nesse sentido, o presente relato visa apresentar os resultados obtidos ao longo de cinco oficinas de comunicação que foram ministradas para um grupo de quatro cooperativas de mulheres situadas no município de Valente-BA: Sabores da Terra; Delícias da Mandioca; Doce Nosso (Comunidade de Papagaio) e Fibras do Sertão (Cooperafis - na sede do município).

As atividades foram desenvolvidas com a participação de três discentes do curso de Comunicação Social na condição de monitores bolsistas de extensão como também uma pesquisadora de Iniciação

Científica (IC) que atua no projeto “Experiências da Comunicação no Território do Sisal” da UNEB, Campus XIV. Para dar início às atividades, a equipe elaborou uma proposta de duas oficinas direcionadas para a comunicação externa e interna das cooperativas envolvendo o uso das tecnologias digitais. A fim de atender a necessidade do grupo, o coordenador do projeto Prazer em Conhecer também organizou uma oficina exclusiva para a escrita de projetos a qual teve como intuito dar noções básicas de estruturação e desenvolvimento de projetos para submissão futura em editais.

A experiência do acadêmico na extensão permite que ele coloque em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Nesse sentido, ele não age apenas como um receptor do conhecimento, mas sobretudo como produtor desse saber. Para que a troca entre a universidade e a comunidade seja dinâmica e benéfica é imprescindível que haja diálogo e interação entre ambos. No contexto da experiência do projeto Prazer em Conhecer que atua no Território do Sisal, foi necessário procurar entender as demandas da comunidade a fim de que a equipe pudesse buscar formas que contribuísse para a melhoria das cooperativas.

Além de atuarem no mesmo território, as cooperativas são formadas apenas por mulheres que buscam através do trabalho a geração da sua própria renda na comunidade onde vivem. Uma parte das cooperadas possuem filhos pequenos que por motivo de não ter suporte para o cuidado, acabam levando para a unidade de produção. Nesse sentido, ao estar presente na realidade acabam transmitindo os saberes para os filhos que quando crescem dão continuidade ao trabalho das suas mães.

Antes de iniciarmos as oficinas

Antes de iniciarmos as oficinas, realizamos duas visitas de campo à comunidade do Papagaio, 24 de agosto de 2022, e à sede da Cooperafis em Valente, 31 de agosto de 2022, para entendermos melhor quais eram as necessidades das cooperativas e as expectativas do grupo dentro da

nossa proposta. Também foi analisado o melhor horário e dia para ministrar as oficinas, tempo de duração, a divisão teórica e prática, como também pensamos em utilizar uma linguagem mais objetiva a fim de que pudéssemos dialogar com todas de forma entendível.

Construímos coletivamente o conteúdo das oficinas e utilizamos como material de apoio *slides* e tutoriais em formato de vídeo para facilitar no momento da prática. A primeira oficina consistiu no gerenciamento para o *Instagram* onde apresentamos estratégias de como utilizar a rede social para impulsionar na divulgação e venda dos produtos. Já na segunda oficina direcionamos o conteúdo para o uso do aplicativo de mensagem *WhatsApp* a fim de melhorar a comunicação interna das cooperativas. No entanto, apenas as cooperativas da comunidade do Papagaio demonstraram interesse pela proposta.

As oficinas foram divididas em dois momentos: o teórico, que consistiu em aulas expositivas com exibição de *slides*; e o prático, em que foi proposto uma dinâmica em dividir as cooperadas em dois grupos para realizar as atividades a fim de colocar em prática os conhecimentos obtidos ao longo da oficina. Propomos para os grupos que criassem um cronograma de publicação para o *Instagram*, já que as cooperadas sentiam dificuldade em administrar o tempo de trabalho/produção com manter as redes sociais movimentadas.

Após a finalização da atividade, demos espaço para que os grupos compartilhassem suas ideias e dúvidas. Organizamos as oficinas de forma que todas cooperadas pudessem absorver algo, foi uma maneira de fazer com que essas mulheres empreendedoras se sentissem à vontade e pudessem participar com mais efetividade na parte prática. Também buscamos estimulá-las para fazer dessas oficinas um momento de diálogo e trocas simultâneas. Sempre que necessário eram feitas algumas intervenções por haver uma empolgação das cooperadas em querer aprender todo conteúdo, o que não foi possível em apenas 4h de oficina.

Ao longo das oficinas foi possível observar que um dos grupos possuía mais habilidade em utilizar as redes sociais. No entanto, os quatro grupos tiveram as mesmas necessidades em aprender a escrever projetos, visto que segundo as cooperadas através deste conhecimento, é possível concorrer a editais que podem trazer melhorias para as cooperativas.

- I Oficina diálogo de comunicação “Sabores da Terra” e “Delícias da Mandioca”: Comunicação e desenvolvimento de estratégias de comunicação interna para o processo de relação dos membros da cooperativa. Noção básica de comunicação interpessoal e uso de redes internas como processo de formação-sociabilidade (8h);

Figura 1: Oficina de comunicação com “Sabores da Terra” e “Delícias da Mandioca”



Fonte: Acervo do projeto Prazer em conhecer.

- II Oficina de diálogo de comunicação “Fibras do Sertão” - Cooperafis: Comunicação e desenvolvimento de estratégias de comunicação interna para o processo de relação dos membros da cooperativa. Noção básica de comunicação interpessoal e uso de redes internas como processo de formação-sociabilidade (8h);
- III Oficina de comunicação em redes sociais “Sabores da Terra” e “Delícias da mandioca”, aplicação de uso de plataformas para produção de conteúdo e engajamento de redes, destacando aspectos de cronograma, público-alvo, precificação e desenvolvimento de perfil para redes sociais (8h);

Figura 2: Oficina de comunicação em redes sociais



Fonte: Acervo do projeto Prazer em conhecer.

- IV Oficina de comunicação em redes sociais “Fibras do Sertão” - Cooperafis: aplicação de uso de plataformas para produção de conteúdo e engajamento de redes, destacando aspectos de cronograma, público alvo, precificação e desenvolvimento de perfil pra redes sociais (8h);

Figura 3: Oficina de Comunicação com a Cooperafis



Fonte: Acervo do projeto Prazer em conhecer.

- V Oficina de comunicação em redes sociais “Sabores da Terra”: Oficina de produção audiovisual e aplicação de imagens, sons e multimídia, criação de arte e imagens, movimento mixagem e aplicação do uso de celular pra edição, divulgação e organização da imagem das mercadorias, estética e criatividade (08h);

Resultados e impactos da experiência

A experiência na extensão contribuiu de forma mútua para o aprendizado da equipe do projeto e dos membros das cooperativas. À medida que nós monitores transmitiam o conhecimento adquirido na universidade

nós também aprendemos com os saberes da comunidade. Portanto, a prática não foi apenas importante para nossa formação profissional como também para conhecer outras vivências fora dos muros da universidade e construir vínculos com pessoas que fazem parte dessa realidade.

Referente ao benefício que a experiência trouxe para as comunidades, é possível afirmar que os conhecimentos transmitidos ao longo das oficinas auxiliaram as cooperativas a buscarem melhorias para seus empreendimentos, uma vez que colocaram em prática os ensinamentos que nós monitores passamos através dos conteúdos das oficinas e das dinâmicas dos exercícios.

No Seminário Prazer em conhecer, apresentamos na UNEB TV Coité os resultados das ações e das oficinas:

Figura 4: Card do Seminário



Fonte: Acervo do projeto Prazer em conhecer.

Considerações Finais

Ao longo de nossas experiências com o projeto de extensão, foi possível trabalhar com as variáveis técnicas que pudessem agregar o conhecimento e sobretudo impactar a comunicação interna e externa dos grupos de mulheres. Durante as oficinas tivemos um momento de troca de conhecimentos, haja vista a grande importância de ser questionado sobre algo que seria essencial para o bom desempenho das cooperativas e suas cooperadas.



MULHERES EM MOVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE MULHERES QUE SE CONECTAM PARA EMPODERAR OUTRAS MULHERES

Maiana da Silva Lopes

Introdução

Esse relato tem como objetivo apresentar um estudo sobre a cooperativa de mulheres, Sabores da Terra e a Delícias da Mandioca, ambas na Comunidade do Papagaio, em Valente, Bahia. Assim, queremos destacar que a extração e aproveitamento das matérias primas cultivadas no território, ajuda muitas agricultoras que passavam por dificuldade financeira e por conseguinte leva a culinária do Território do Sisal para outras partes. Assim, o presente texto versa sobre a atuação de mulheres agricultoras no Território do Sisal, que foram descobrindo dentro da sua realidade, com os recursos que tinham, o poder de mudar de vida e ajudar outras mulheres. Ajudando-as não só na independência financeira, como também elevando a autoestima.

As mulheres da comunidade do Papagaio, antes da cooperativa, tinham como sua única fonte de renda, o benefício social do governo

federal, Bolsa Família, criado no Governo Lula¹. E era com esse dinheiro que elas contribuíaam nas despesas domésticas. Com a criação da Cooperativa, surgiu a possibilidade de ter outra forma de aumentar a renda, obter uma segurança alimentar, e tudo isso de maneira sustentável, sem agredir o meio ambiente.

São quase quatorze anos de cooperativa, e mesmo com todas as dificuldades encontradas nesse percurso, ela segue resistindo. Eliete dos Santos, presidente da Associação do Papagaio, nos contou que algumas mulheres desistiram. No começo tudo é difícil, e como todo início, existe as dúvidas se vão conseguir dar continuidade ao empreendimento, por falta de recurso, incentivo da própria família, por não entender de gestão de negócios, por não haver um lucro logo de imediato, e todo dinheiro que entra é para investir em equipamentos, ou seja, é mais gasto do que lucro. Todos esses fatores, conseqüentemente, transformam-se em obstáculos que essas mulheres tendem a enfrentar. Ainda, segundo a líder da Sabores da Terra, com o tempo as associadas evoluíram o seu modo de pensar e enxergar a cooperativa, estão mais participativas e suas vozes mais ativas². É o que ela denomina de empoderamento feminino.

O primeiro contato foi crucial para estabelecer um diálogo e para compreendermos como a união dessas mulheres, mães, esposas e agora empreendedoras, começam a derrubar a muralha do machismo, dessa submissão aos seus maridos e dedicação integral a casa e aos filhos, mostrando a eles que a ideia sempre foi somar, não dividir ou disputar quem manda mais. Em uma das falas da presidente da cooperativa, a mesma deixa bem claro como a questão familiar foi uma problemática que dificultou o andamento das atividades da cooperativa, porque os

1 O Programa Bolsa família foi criado durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, com o objetivo de unificar os programas de transferência condicionada de renda existente até então no país. O Programa foi criado pela Medida Provisória n° 132, posteriormente, transformada na Lei n° 10.386/2004. Foram unificados no Programa do Bolsa Família os Programas: Bolsa Escola, Bolsa alimentação, Auxílio- gás e o Programa Nacional de Acesso à alimentação.

2 Disponível em: https://www.youtube.com/live/MhD_gFWD5Pw?feature=share. Acesso em 29 de maio de 2023.

maridos não queriam que suas mulheres saíssem de casa. Outro fator que não pude deixar de observar é o quanto elas se empenham para expandir os negócios. Estão sempre procurando se capacitar, buscando por um novo ingrediente (seja participando de cursos, e até mesmo por iniciativa própria), testando uma nova receita (resgatando receitas antigas de família e as modificando ou criando outras), sempre preocupadas com a qualidade dos produtos fornecidos. Tudo isso sem deixar de beneficiar a agricultura familiar.

É possível destacar a existência das cooperativas e de associações que visam contribuir para o processo de fortalecimento da agricultura familiar, a partir do desenvolvimento de princípios e técnicas de convivência com o semiárido (Velloso, 2006, p. 3).

A cooperativa Sabores da Terra utiliza em suas receitas, frutas nativas da região para a produção das polpas e licores, e o licuri para a confecção dos sequilhos, bolos, cocadas, entre outros. Já o segundo empreendimento que é o Delícias da Mandioca, como o próprio nome sugere, tem como protagonista a mandioca ou aipim, como é mais conhecido no estado da Bahia. A mandioca é usada para fazer geladinhos, pizzas, broas, e bolos também.

As associadas estão envolvidas com a comunidade no todo. Partindo desde o plantio, passando pela colheita, na produção das iguarias, incluindo a negociação, até o fornecimento desses produtos para as escolas do município, para o comércio local e regional e nas feiras espalhadas pelo estado. Velloso (2006), fala sobre a dupla dimensão que a cooperativa demonstra na relação das associadas com a comunidade, atendendo as necessidades da comunidade e viabilizando os negócios de forma mais eficiente. Essa relação também é associada ao afeto. Por serem frutos do meio, é normal que haja um envolvimento direto dessas mulheres que permeia a vontade de melhorar e evoluir com todo o conjunto. Oliveira (1993), explica que no centro da existência das mulheres, estão outros valores como: a ênfase no relacionamento interpessoal, atenção e o cui-

dados com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo. O que define muito bem o cooperativismo feminino.

Construindo pontes

Em nossa primeira visita à comunidade, fomos muito bem recepcionados por essas mulheres, o que também serviu como um termômetro para medir a expectativa delas em relação ao que estávamos propondo. Fizemos uma espécie de laboratório para entender as necessidades comunicacionais da cooperativa. Uma ponte estava sendo construída com a comunidade.

O que deve se pensar é que não há separação entre o eu e o outro, mas complementaridade e relações - só posso comunicar-me com outro a medida em que o outro comunicar-se comigo (Viana, 2018, p. 73).

Em um primeiro momento da reunião, conversamos na sede da □Sabores da Terra□, e em seguida nos reunimos no □Delícias da Mandioca□. Não foi possível reunir todas as cooperadas. É válido ressaltar que todas as atividades ofertadas para a comunidade, foram pensadas de acordo com a flexibilidade dessas mulheres, em relação ao horário e deslocamento, já que para além de empreendedoras, elas são donas de casa, mães e esposas.

A proposta das oficinas foi lançada e pedimos para que fossem explanados suas necessidades e seus anseios, e de que maneira elas achavam que tudo poderia ajudar no empreendimento. Uma das carências expostas, foi de aprender como divulgar seus produtos usando as ferramentas da internet, e alguns veículos de comunicação como: emissoras de rádio e carro de som para impulsionar as vendas. Como dito anteriormente, a reunião não dispôs da presença de todas, por isso procuramos junto àquelas que naquele momento se faziam presentes, ver dias e horários bons para a maioria, já que era inviável conciliar o tempo de todas. Fizemos o possível, dentro das limitações existentes. É importante assegurar que

seguimos todos os protocolos exigidos pela OMS, já que essas visitas ocorreram durante a pandemia da COVID-19. Todos os membros da equipe estavam vacinados e fazendo o uso de máscara e mantendo uma distância mínima.

Na sede do Delícias da Mandioca observamos que havia um espaço de lazer. Descobrimos que devido a necessidade de impulsionar as vendas e ter um ponto de apoio para comercializar esses produtos, surgiu a ideia de montar uma lanchonete com parque de diversão para as crianças, ali na comunidade mesmo. Sendo assim, enquanto os adultos consomem e colocam o papo em dia, seus filhos podem brincar à vontade.

Tivemos também o momento de conhecer e saborear algumas dessas iguarias, criadas e feitas por essas mulheres dentro da própria comunidade e com as matérias primas extraídas na própria região. Tudo fruto da agricultura familiar, que é um dos pilares da geração de trabalho e renda, inclusão feminina no mercado de trabalho e autonomia financeira, que busca resgatar a autoestima dessas mulheres, que têm aprimorado seu conhecimento e dedicação em gerenciar seu próprio empreendimento. Com todas essas múltiplas facetas, essas tecem suas malhas e redes dentro e fora de Valente. Viana (2023, p.182) diz que: □[...]as malhas existem das conexões invisíveis, e às vezes, nas relações inviabilizadas e não instrumentalizadas□.

E é aí que a virada de chave acontece, quando a vontade de empoderar outras mulheres e conquistar a sua liberdade financeira para não depender mais dos seus maridos, que até então eram os únicos provedores da casa, começa a mostrar uma certa urgência. Óbvio que essa decisão não aconteceu da noite para o dia. Quando elas entendem que podem ter sua própria fonte de renda, usando o que elas ajudam a cultivar na roça, agregado com o que aprenderam no dia a dia na lida da cozinha, com suas mães, avós e até mesmo em uma troca de receita com uma amiga, uma vizinha. Nesse momento elas entendem que podem enfrentar qualquer obstáculo imposto por uma sociedade patriarcal.

O modelo de família patriarcal perdurou durante vários séculos, colocando o homem no topo da estrutura familiar. Historicamente, o poder foi exercido pelos homens, pois as mulheres sempre foram consideradas subalternas, devendo obediência e respeito às pessoas do sexo masculino. Mas é importante enfatizar que isso não quer dizer que não existisse poder por parte das mulheres. Essa realidade envolve relações de gênero, carregando uma forma de dominação dos homens sobre as mulheres, modelo masculino de dominação, tanto na esfera privada (ambiente familiar), quanto na esfera pública (organizações que envolvem o trabalho) (Carvalho, 2012, p. 22).

Para a divulgação das oficinas foi pensada elaboração de *cards*, e as redes sociais como ferramentas comunicacionais de maior e mais rápido alcance (*WhatsApp* e *Instagram*). O material foi enviado para a líder da cooperativa que foi repassando para as outras e compartilhando nas redes sociais da própria cooperativa. O local escolhido para os trabalhos das oficinas, foi no Salão Comunitário da Comunidade do Papagaio, onde elas se reúnem para as reuniões da cooperativa.

Vivenciando o processo

Dentro de tudo que foi observado e registrado, foi possível extrair uma perspectiva com diferentes pontos de vista e até mesmo com mais elementos do que provavelmente pelos monitores por estarem diretamente envolvidos na execução das atividades. Quando se fez necessário, houve algumas poucas interferências de minha parte. Em uma pesquisa é evidente que registrar e coletar dados é fundamental para dar andamento na pesquisa e obter resultados. Também é uma maneira de conhecer o que se pesquisa. Partindo desse pressuposto, como pesquisadora de Iniciação Científica, começo a desenvolver críticas mais reflexivas e argumentos mais concisos.

Em meio às interferências citadas anteriormente, porém não aprofundadas, pude dar suporte na elaboração e durante a aplicação das oficinas,

com ideias e sugestões aos meus colegas. Nas atividades práticas sempre que solicitada, e quando foi preciso me coloquei à disposição para ajudar. Todas essas interações acontecem de forma bem orgânica.

O diálogo deve estar presente em todas as situações do processo ensino-aprendizagem (Freire, 2005), por isso foquei em me dedicar a observar como fluía esse diálogo, e como estava se dando essa troca durante as apresentações teóricas, divisão de grupos, dinâmicas e atividades práticas propostas durante as oficinas. Muitos momentos foram documentados através das lentes das câmeras. As fotografias ilustram com mais riquezas de detalhes, tudo o que foi descrito no diário de bordo. Essas imagens captaram as expressões e comportamento dessas mulheres. Percebi que algumas estavam mais atentas, enquanto outras nem tanto, porém todas com um propósito bem definido: Viver a experiência.

A comunicação fluiu de acordo com o momento de cada atividade aplicada. Nas aulas expositivas (exibição dos *slides*), as cooperadas mantiveram-se bastante concentradas sempre atentas às explicações dos monitores. Porém, como em uma sala de aula convencional, sempre tem aquela parcela que fica dispersa, e as conversas paralelas são inevitáveis. O cansaço também é um fator a ser levado em conta, já que essas mulheres têm rotinas exaustivas. Sendo assim cada uma usa o artifício que pode para que de algum jeito carregasse algo novo daquela experiência. Enquanto umas estavam com olhos fixos prestando atenção em cada detalhe, a outra se dividia entre a escuta e o tricô, outras de vez em quando chamava a atenção da colega ao lado para comentar algo ou até mesmo para convidar a mesma a prestar atenção na explicação, e assim sucessivamente.

Como boas empreendedoras que fazem do momento uma oportunidade, as mesmas aproveitaram as oficinas, colocaram uma mesinha no canto do salão, repleta de produtos, sabores e texturas diferentes, para vender. A estação em que ocorreram as visitas e as oficinas foi a primavera, estação muito quente. Então um geladinho ou um refresco, eram

sempre bem-vindos. Provando essa culinária entendemos quanta coisa dá para fazer sem precisar ir muito longe, só com ingredientes regionais como a mandioca e o licuri. A junção da nossa curiosidade, a explosão de sabores um tanto exóticos, e até mesmo a delicadeza e simplicidade do *designer* nas embalagens, nos induzia a compra e ao consumo.

Desse modo um empreendimento como a cooperativa consiste na contribuição para a diminuição do êxodo rural. Ter uma fonte de renda que ajuda na autonomia financeira dessas mulheres e seus familiares (sim, porque começam com as mães, que trazem suas filhas, irmãs, vizinhas, primas...), evita que famílias tenham que migrar para os grandes centros a procura de uma condição de vida melhor.

Considerações finais

É importante ter mulheres à frente dessas cooperativas, sobretudo do ponto de vista social. Quando essas mulheres saem deste lugar de coadjuvante e buscam o protagonismo, mas não um protagonismo individual, ela passa a pensar estratégias de como trazer mais mulheres com ela e conseqüentemente move toda a comunidade, trazendo consigo o desejo de melhorar economicamente. E para isso é preciso a união da força feminina.

O período em campo foi de suma importância para compreender como é o funcionamento por trás de uma cooperativa composta por mulheres, e como elas se dividem. Mulheres com jornadas domésticas exaustivas, dentro de um contexto que exige que elas estejam prontas para servir, arrumaram um jeito de melhorar de vida empreendendo, sem entender minimamente de gestão de negócios. Elas quiseram muito e fizeram acontecer. Esperaram as oportunidades, e assim que elas apareceram agarraram e persistiram. Correram atrás de novas parcerias, e souberam manter as que já existiam. Nos momentos mais críticos continuaram de mãos dadas, uma fortalecendo a outra.

A universidade tem como tripé a pesquisa, o ensino e a extensão, que conduz os acadêmicos para experiências inovadoras e extracurriculares (Anjos; Xavier, 2021), por isso se faz necessário que essa pesquisa científica continue dando seguimento, trazendo novos desdobramentos, com novos dados. Mais do que um projeto, é uma experiência vivida, e a partir dessa vivência, é que as relações são construídas a todo tempo.

Trazendo para um contexto pessoal, a pesquisa de Iniciação Científica me tira de um lugar de □conforto□, que é o espaço acadêmico, e conduz-me a repensar que fazer universidade não é só dentro do campus em uma sala de aula. O campo também é a extensão da universidade, e que ambos caminham de mãos dadas. E a consumação dessa experiência só comprova que essa parceria é indispensável para o território.

Referências

ANJOS, Gabriela Furlanetti de Pelegrini Freitas dos; XAVIER, Jecica dos Santos. Contribuições da monitoria de ensino em saúde da mulher para o processo de ensino-aprendizagem em enfermagem. *In: ALVES, Elivânia Reis de Andrade; FERREIRA, Alma Maria dos Anjos; FONTES, Isaura Santana (org.). Narrativas estudantis: experiências formativas em contexto. Série Experiências e Reflexões Discentes, v.2. Salvador: EDUNEB. 2021, p. 23- 41.*

CARVALHO, Débora Jucely de. **O empoderamento da mulher na agricultura familiar da cidade de Carvalhópolis-MG.** 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença.** O feminino emergente. São Paulo: Brasiliense. 1993.

VIANA, Moisés dos Santos. As Experiências da Comunicação no Território do Sisal. *In: BOTELHO, Marcos; JESUS, Rosane Vieira de (org.). Cenários e Pesquisas do Curso de Comunicação da Uneb/Campus XIV.* Conceição do Coité: Criativa comércio e serviço. 2018, p.63- 78.

VIANA, Moisés dos Santos. **Experiências, agências e afetividade:** emergência de redes cognitivas no território do Sisal. 2023. 214f. Tese (Doutorado em Difusão do

Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

VIANA, M. dos Santos.; ARAÚJO, M. da S. Agenciamentos, mediações técnicas e performatividades: experiências da comunicação no território do Sisal. Revista UNINTER de Comunicação, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 99–112, 2019. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/777>. Acesso em: 23 jun. 2023.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **Mulheres de Fibra**: A experiência do Artesanato Tradicional no Território do Sisal da Bahia. Educação, política e Economia solidária. 2006. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Cooperativismo - Universidade Federal de Viçosa - UFV em convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, 2006.



A EXPERIÊNCIA COMUNICACIONAL NO ÂMBITO SINDICAL NO TERRITÓRIO DO SISAL

Cristina de Jesus Nogueira

Introdução

Este trabalho fala a respeito de como acontece a experiência comunicacional no Território do Sisal a partir dos movimentos sociais presentes e atuantes na localidade, abordando também a comunicação sindical no território e a experiência da comunicação. O movimento social é a ação coletiva de um grupo organizado, que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade. Os movimentos sociais são identificados basicamente como um produto da ação histórica da sociedade. Fazem parte dos movimentos sociais, os movimentos populares, sindicais e as organizações não governamentais (ONGs).

Além disso, a denominação Território do Sisal se deve a tradicional cultura do sisal (*Agave Sisalana*), que é originária da península de Yucatá, no México. O sisal é uma planta rústica, que possui folhas compridas, sistema radicular fibroso, medindo 10 a 15 cm de largura e 120 a 160 de comprimento, no entanto, pode-se encontrar raízes desenvolvidas horizontalmente com comprimento de 1,5 a 3m, de cor verde e terminada

por um espinho escuro, essa planta se desenvolve em regiões semiáridas, pois necessitam de clima quente, grande luminosidade e são resistentes a estiagem prolongada. O sisal foi introduzido na Bahia, por volta de 1910, mas, só passou a ser explorado comercialmente a partir do final da década de 30, a colheita é realizada manualmente, por trabalhadores utilizando uma faca, em seguida as folhas de sisal são transportadas no lombo do Asno (*Equus asinus*), popularmente conhecido como “burro”, até o local onde se encontra o motor desfibrador, no desfibramento remove-se a parte verde da folha, restando a fibra em estado úmido, já desfibradas, elas são levadas e estendidas em varais, permanecendo sob a luz solar por um período de 72 horas, para que ocorra o processo de secagem uniforme, logo após a secagem das fibras elas são enfardadas e transportadas pelos agricultores até a unidade de beneficiamento (Sisal, 2021).

Na indústria, a fibra de sisal é transformada em variedades de fios, cordas, tapetes, capachos, mantas de sisal, entre outros, que são transportadas para o mercado brasileiro e internacional, o qual confere ao sisal uma grande importância socioeconômica, pois é fonte de emprego e renda diretamente e indiretamente.

Os movimentos sociais e o Território do Sisal

O Território do Sisal ocupa uma área de 3,6% da área total do estado da Bahia, que é de 564.692 km². O clima do território sisaleiro é semiárido, a sua característica é: longos períodos de estiagem, altas temperaturas (média anual de 27°C), baixo índice pluviométrico, chuvas irregulares e escassas. O bioma encontrado na região é a caatinga, o seu tipo singular de vegetação é xerófila tropical, com um conjunto de árvores e arbustos espontâneos, densos, baixos, retorcidos, leitosos, de aparência seca, de folhas pequenas e caducas, o solo é predominantemente raso, sílico-argiloso, seco, quase sem humos, pedregoso e pobre em nutrientes. O território sisaleiro abrange vinte municípios: Araci, Barrocas, Biritinga,

Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (Silva, 2016).

As regiões sisaleiras, antiga denominação para o Território do Sisal, foram fundadas em um período colonial, o meio de sustentação econômica era proveniente da agropecuária para o abastecimento das cidades mais populosas da Bahia.

O espaço ocupado pelos municípios que formam a Região Sisaleira da Bahia foi historicamente forjado, desde o período colonial, por uma lenta expansão de sua ocupação e por uma lenta e reduzida diversificação das atividades econômicas. Os municípios foram inicialmente ocupados no processo de expansão do gado e da construção das rotas boiadeiras para abastecimento das cidades mais populosas do estado da Bahia (Santos; Coelho Neto; Santos, 2015, p. 51).

O contexto histórico de pertencimento do sisal nas cidades sisaleiras só segue a partir da década de 30, apesar da planta ter se instalado na Bahia bem antes disso. “[...] A partir da década de 1930 o plantio do sisal começa a imprimir uma nova marca no espaço rural, e esse espaço se diferencia, do ponto de vista econômico, pela monocultura do agave” (Santos; Coelho Neto; Santos, 2015, p. 51).

Apesar de o sisal ter trazido o sentido de pertencimento e uma mudança econômica na vida da população, também provocou um processo de desigualdade e retardamento da modernização, pois os grandes latifundiários eram os que de fato lucravam com o cultivo e beneficiamento, enquanto os agricultores familiares faziam do sisal o sustento de vida, mas não um meio de enriquecimento, contudo, isso não tirava deles o orgulho e pertencimento sisaleiro.

As famílias tradicionais (dona das maiores fazendas), como principais representantes do poder local, mantiveram a estrutura social arcaica e pouco se esforçaram para reverter o quadro.

Com a transferência dos negócios dos grandes fazendeiros para a pecuária, o sisal passou a ser cultivado basicamente por pequenas propriedades familiares espalhadas pela região, entre 5, 20 e 50 ha, na tentativa de manter a lavoura para o sustento da família. É ao pequeno produtor relegada a lavoura sisaleira em completo declínio e ao poder oligarca local, o controle político sobre os recursos públicos solicitados e fornecidos à região nos períodos de enorme calamidade, salvaguardando, o *status quo* (Nascimento, 2003, p. 31-32).

No entanto, a Agricultura Familiar foi responsável por uma nova perspectiva nessa história. Conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (Brasil, 2006). Além do consumo próprio, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira.

Com essa afirmação, surge a problemática social da comercialização do sisal, o processo do sisal é marcado pela mão de obra barata/explorada, pois o processo de colheita e desfibrilação é feito sem as condições trabalhistas mínimas, sem segurança de um contrato, no qual o risco de acidentes de trabalho é enorme e o valor pago aos trabalhadores é pouquíssimo em comparação ao lucro que se pode retirar das fibras:

[...] é na primeira fase do processo produtivo do sisal que a precarização acontece de forma mais efetiva, dizemos mais efetiva porque nem mesmo as condições mínimas estabelecidas pela legislação brasileira são atendidas, seja no tocante ao valor pago mensalmente aos trabalhadores ou nas condições mínimas de trabalho (Santos; Silva, 2010, p. 17).

Mas tudo isso por conta da falta de máquinas e a enorme dificuldade de conseguir empréstimos bancários, medidas que podem fazer com que o agricultor tenha sua CNPJ, possibilitando o beneficiamento do sisal e a venda das fibras por um valor maior para que consiga, além do sustento da família, uma renda mensal confortável.

Em 1991, a denominada região sisaleira não era reconhecida pelos órgãos federais e estaduais como uma região identitária, mas sim como microrregiões sisaleiras.

Na publicação oficial de 1991, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – através da Coordenação de Economia Rural (CER) – não reconhece a existência de uma Região Sisaleira. Na publicação *O Sisal na Bahia*, que se dedica a caracterizar o processo produtivo do sisal, em nenhum momento a secretaria se refere a uma Região Sisaleira, mas, sim, às microrregiões do IBGE e à ideia e delimitação de uma região do Semiárido Baiano. As restrições climáticas e de recursos naturais nas regiões sisaleiras do Estado da Bahia, limitam as alternativas na atividade agrícola. [...] A monocultura do sisal apresenta papel de destaque na economia das microrregiões sisaleiras voltadas para o setor primário. Abrange 16 microrregiões do Estado, sendo mais expressiva em 6 microrregiões (Bahia, 2001, p. 17).

O contexto político do Território do Sisal só passou a existir como um território identitário e a ter políticas territoriais a partir de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de programas nacionais de incentivo a agricultura:

A denominação Território do Sisal origina-se nas novas propostas de políticas territoriais adotadas pelo Estado brasileiro a partir de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fundamentalmente com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e, mais especificamente, no ano seguinte, com a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de

Territórios Rurais (PNDSTR), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Santos; Coelho Neto; Santos, 2015, p. 140).

Contudo, o governo petista andou em via de mão dupla, onde implantou programas que amparasse o agricultor familiar, porém não existiam punições aos grandes latifundiários e diminuição do tamanho da propriedade individual, ou seja, uma jogada governamental somente para evitar conflitos entre as duas partes.

Mesmo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com o presidente Lula, optou por não realizar uma ruptura profunda. Aliás, esse é um caso à parte, pois o governo petista “acende uma vela para Deus e outras para o Diabo”. Ou seja, por não ter optado por um caminho de efetivar reformas estruturais, como as reformas política, fiscal ou agrária, por exemplo, o Estado brasileiro passou a ter uma dupla estrutura com objetivos diferentes, uma para atender a elite do agronegócio e outra para atender aos excluídos do uso da terra. Essa dualidade é exemplificada pelo fato de o país possuir um Ministério do Desenvolvimento Agrário e um Ministério da Agricultura. Argumentamos que a opção do governo petista, mesmo já com a presidente Dilma, é amenizar ao máximo os conflitos sem efetivamente construir políticas públicas que resultem em mudanças mais significativas, como uma reforma agrária com a penalização do latifúndio e a respectiva limitação do tamanho da propriedade individual da terra, por exemplo (Santos; Coelho Neto; Silva, 2015. p. 5-6).

O estudo e a análise do comportamento dos movimentos sociais ocupam uma posição importantíssima na sociedade e nas ciências sociais, pois é um fenômeno que mesmo fazendo parte ou não do coletivo afeta diretamente o cidadão. Por esse fenômeno, existem muitos estudos que tentam entender, explicá-lo e criar teorias, entender o comportamento dos movimentos sociais é uma tarefa árdua, pois existem enormes variantes e um poço inesgotável de estudo, análises e teorização.

Os movimentos sociais nascem sempre a partir de uma necessidade específica de uma minoria ou um grupo gigantesco, que tem os seus direitos infringidos, ou nenhum estabelecido, segundo Neil Smelser (1968), grande sociólogo que exerceu enorme influência aos demais, os comportamentos coletivos se manifestam quando há condições de tensão, antes que os meios sociais tenham sido mobilizados para atuar de forma específica ou eficaz junto às causas de tal tensão. Smelser procura responder com satisfação à natureza da ação coletiva, o rosto dos sistemas sociais e políticos, que transforma a sua própria classe com menor eficiência, do que a própria sociedade a qual eles trazem enorme capacidade revolucionária e transformadora, mas pecam por não considerarem contexto histórico específico que se dá a ação social.

As dificuldades para entender a natureza da ação social dos movimentos são muitas ainda. Segundo uma afirmação de Tarrow, o campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existem (Machado, 2007).

O Território do Sisal é constituído pelos seguintes estruturas organizacionais no âmbito dos movimentos, tendo como principais expoentes: APAEB - Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira; ABRAÇO Sisal - Associação de Rádios Comunitárias do Sisal - Associação Comunitária; CODES - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia; CONSISAL – Consórcio dos Municípios do Território do Sisal; COOPERAFIS - Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão; COOPERJOVENS - Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal; FATRES - Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região Sisaleira; FUNDAÇÃO APAEB - Fundação de Apoio ao desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira.

- **APAEB - Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira**

A Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira ou APAEB Valente é uma associação que visa primordialmente a geração de empregos para trabalhadores da indústria de tapeçaria do Estado da Bahia, a produção de tapetes do sisal foi uma das soluções encontradas pela APAEB para desenvolver a região sisaleira, pois o produto era pouco valorizado (APAEB, 2023).

- **ABRAÇO SISAL**

A Associação de Rádios Comunitárias do Sisal - ABRAÇO SISAL foi criada em 2004 com o objetivo político de contribuir para a ênfase de oportunidades locais de democratização da comunicação da região sisaleira (MOC, 2007).

- **CODES – Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia**

Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL, fundado em dezembro de 2002, a partir da articulação e mobilização de atores sociais e poderes públicos locais, com a finalidade de promover transformações institucionais e econômicas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável (Silva; Olade, 2010).

- **CONSISAL - O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal**

O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (CONSISAL) foi fundado em 5 de agosto de 2010, com base na Lei Federal 11.107, após um longo processo de articulação para o desenvolvimento de política territorial nos 20 municípios consorciados. O CONSISAL é hoje referência nacional por sua atuação e metodologia de trabalho através da gestão compartilhada (CONSISAL, 2023).

- **COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão**

A COOPERAFIS nasceu em 2002 com a necessidade de encontrar soluções para as questões que surgiram para as mais de 50 artesãs, distribuídas em 5 núcleos de produção que já se encontravam organizados (ARTESOL, 2023).

- **COOPERJOVENS - Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal**

A Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal, uma organização da juventude na região sisaleira da Bahia. A cooperativa foi constituída em 2000, buscando a inserção da juventude no debate do desenvolvimento sustentável e solidário do território sisaleiro, a fim de construir alternativas de geração de trabalho e renda (Espírito Santo *et al.*, 2006).

- **FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região Sisaleira**

Fundada em 1996, a FATRES nasce do anseio de colocar-se a serviço da população menos favorecida, discriminadas de comunidades

rurais, as quais viviam num contexto de violação de direitos e exclusão do exercício da cidadania (FATRES, 2023).

• **Fundação APAEB - fundação de apoio ao desenvolvimento sustentável e solidário da região sisaleira**

No início da década de 90, lideranças da sociedade civil e dirigentes da Associação APAEB chegaram à conclusão de que era preciso adotar medidas de combate à manipulação dos poderes político e econômico que eram promovidos pelos meios de comunicação convencionais da região (Fundação APAEB, 2023).

A comunicação sindical no Território do Sisal

Na Ciência Social, o conceito de representação coletiva se definiu como forma de conhecimento do senso comum e das ideias produzidas socialmente que não podem ser explicadas como um fenômeno individual. Assim, são muitas as dificuldades para entender a natureza da ação social dos movimentos sociais que formam um campo muito difícil de ser compreendido (Araújo; Lima, 2010).

Seguindo a linha da tradição de estudos desse campo das representações, é possível afirmar que a ação coletiva sindical em rosto dos sistemas sociais e políticos se transformam com muito menos dinamismo, em comparação a transformação das suas sociedades. Para compreender esse fenômeno social é necessário entender também o seu meio comunicacional, seu meio de expressão, como toda sua transformação social é transformada em mensagem para os meios sindicais e sociedade.

A comunicação é expressão, interpretação e resposta. Porém, é uma relação intersubjetiva e dialógica. Comunicar não é mera transferência de informação, mas a constituição de uma série de desdobramentos provenientes das ações interativas com consequências históricas, simbólicas e sociais. Os estímulos

comunicativos são os fatores predominantes para a constituição cultural, pois não existe sociedade sem comunicação (Viana; Silva; Silva, 2018, p. 258-274).

A primeira manifestação do ser humano é a comunicação, seja ela verbal ou não, a comunicação é uma necessidade humana, tanto para a sobrevivência, quanto para o bem-estar, é através dela que cada indivíduo traz uma ação social manifestada do arcabouço individual, fazendo assim que conhecimentos antigos se com solidifique e novos venham a aparecer.

As representações coletivas são formas de pensamentos que a sociedade elabora para expressar sua realidade, sejam elas interiorizadas, de acordo com a vivência individual, ou de experiências coletivas.

Os sistemas de representações coletivos criam esquemas para as pessoas incluídas no mesmo, tenham maneiras sociais de agir, pensar, falar e observar, tudo de acordo com o meio inserido, o que é mostrado para os indivíduos através dos coletivos sociais, permeiam o consciente, a qual, em qualquer meio que ele esteja.

Existe uma necessidade contínua de re-construir o 'senso comum' ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma sociedade pode esperar. Do mesmo modo, as coletividades hoje não poderiam funcionar se não criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com interações entre pessoas que, então, passam a construir uma categoria de fenômenos à parte (Moscovici, 2015, p.48).

Além do papel social que os sindicatos têm de representação, é necessário que se tenha uma comunicação sindical eficaz que ajude a conscientizar o trabalhador, que mostre para que sirva o sindicato, o que faz pelos trabalhadores e quais as suas políticas.

O movimento sindical, em sua grande maioria, trata a comunicação de forma supérflua e instrumental, ainda se tem a ideia de que um discurso duro, com verdade nua e crua, é o suficiente para conquistar novos trabalhadores e consolidar os que são associados. Muitos dirigentes sindicais não valorizam e, em muitas vezes, não tem noção do poder de transformação da comunicação. A comunicação é uma ação estratégica que deve ser usada de forma consciente do que quer passar para o público-alvo.

Na comunicação sindical, poucas são as inovações comunicacionais, sempre um método, uma fórmula pronta, sem perspectiva de reinvenção. Segundo o IBGE, somente 19,5% dos trabalhadores em 2015, eram sindicalizados, e a principal causa para a não associação era o desconhecimento de qual sindicato representava a sua categoria, ou seja, a falta de um investimento comunicacional. É necessária uma nova forma de se comunicar por parte dos sindicatos, pois precisam mais do que nunca estar fortalecidos diante dos desafios que vêm surgindo, quando o sindicato passa confiança, a filiação se torna orgânico, garantindo-se assim a sua sobrevivência.

A utilização das redes sociais é o maior aliado de uma comunicação massiva na atualidade, porque é mais que um processo comunicacional, ela permite um processo de organização, a comunicação é o componente eficaz para a luta social dos sindicatos.

Considerações finais

Uma experiência comunicacional, é uma composição complexa, que leva em ponderação a reciprocidade dos constituintes do fenômeno.

O fenômeno comunicacional no Território do Sisal é através da capacidade e necessidade de mediações sociais, essas mediações se tornam possíveis através do contato humano ou através da tecnologia.

Essas experiências comunicacionais não veem do nada, elas veem através de movimentos, e pessoas, que buscam fazer transformações sociais, a nossa relação com as coisas e pessoas vem a partir das experiências individuais e coletivas o qual pode-se ser compartilhado de sujeito para sujeito, fazendo nascer uma sociabilidade e contato diário capazes de transformarem e influenciarem as relações, ou seja, os movimentos sociais são desdobramentos comunicacionais que seguem uma programação como um objeto que conecte o coletivo e mediam o social:

A experiência, na medida em que é experiência, consiste na acentuação da vitalidade. Em vez de significar um encerrar-se em sentimentos e sensações privadas, significa uma troca ativa e alerta com o mundo; em seu auge, significa uma interpenetração completa entre o eu e mundo dos objetos e acontecimentos. Em vez de significar a redefinição do capricho e da desordem (Dewey, 2010. p. 83).

Movimentos sociais ocupam uma posição central nas Ciências Sociais, mesmo sendo um tema complexo e diverso, trazendo certo grau de dificuldade de abordá-lo e de construir soluções teóricas para suas respectivas problemáticas. Mostrar como os coletivos sociais atribuem a sociedade um papel central em suas articulações, êxitos em novas formas de organização, estratégias, formação de alianças entre mil e uma possibilidades, abrindo uma enorme mudança, ações e bases com redes identitárias, sejam elas complexas ou não é um dos principais desafios para os especialistas do meio.

No meio sindical é impossível não falar sobre a democratização da comunicação, através dela a luta em si se é feita e vista, se torna possível para todos. A democratização é necessária não somente para validação dos meios, mas como prova social.

Somente nas sociedades democráticas é que os movimentos sociais se formam sozinhos, pois a livre escolha política obriga cada ator social a lutar simultaneamente pelo bem comum

e pela defesa de interesses particulares. Por essa razão, os movimentos sociais mais expressivos recorreram a temas universalistas: liberdade, igualdade, direitos do homem, justiça, solidariedade, temas que estabelecem um nexos direto entre o ator social e o programa político (Touraine, 1995, p.88).

Debulhando-se cada vez mais, há uma amplitude de compartilhamento de valores vinculados aos direitos das minorias, à liberdade de expressão, direito à diversidade cultural, à conservação ambiental, igualdade racial, qualidade de vida, a uma distribuição mais justa dos benefícios sociais da economia global etc., tudo possível através desse conjunto social.

Contudo dito acima, o objetivo ao pesquisar sobre as experiências comunicacionais através dos coletivos sociais, não é em si somente entender o fenômeno em sua antropologia e sim os impactos que ela causa na sociedade, como ela é capaz de mudar a realidade direta e indiretamente, mesmo que todos os indivíduos envolvidos não se envolvam nas suas pautas, tudo isso tendo a comunicação como mediador indispensável.

Referências

APAEB. **A APAEB**. Disponível em: <http://www.apaeb.com.br/empresa.html>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ARAÚJO, Nayra Veras; LIMA, Antônia Jesuíta de. Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 115-130, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2887>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ARTESOL. **COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãos Fibras do Sertão**. Disponível em: <https://artesol.org.br/novo/cooperafis>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Bahia, cenários de uma agricultura**. Salvador: SPA; SEAGRI, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.html> . Acesso em: 9 ago. 2023.

CONSISAL. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.consisal.org/blank-mhg46>. Acesso em: 9 ago. 2023.

DEWEY, John. **Arte como Experiência**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ESPÍRITO SANTO, Jailton do *et al.* Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 195-204, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100010 . Acesso em: 9 ago. 2023.

FATRES. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fatres.org/portal/historico>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FUNDAÇÃO APAEB. **A fundação**. Disponível em: http://www.fundacaoapaeb.org.br/portal/?page_id=1929. Acesso em: 9 ago. 2023.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjpRXtXfzYzk/#>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MOC. **Abraco Sisal é destaque no cenário estadual**. Disponível em: <https://www.moc.org.br/publicacao/geral/140/abraco-sisal-e-destaque-no-cenario-estadual>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. Os infortúnios do trabalho: mutilação e movimento dos mutilados na região sisaleira da Bahia. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH**. Natal-RN, v. 22, p. 2.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o sertão**: origem e evolução do capital social em Valente/BA. São Paulo: Annablume; Fapesp; Valente: APAEB, 2003.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araujo da. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, p. 131-152, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13472>Acesso em: 9 ago. 2023.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da. A precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal: a informalidade e o silêncio

dos inocentes. *In: XI Jornada do Trabalho - Trabalho e as Escalas da Práxis Emancipatórias: autonomia de classe frente à territorialização do capital.* 2010, João Pessoa. **Anais.** João Pessoa: UFPB, 2010, n.p.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. O Território do Sisal. *In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza (org.). As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia.* Brasília: Ipea, 2016.

SILVA, Solange Lima; OLALDE, Alicia Ruiz. O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia—CODES SISAL: limites e possibilidades do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 44-71, mai./ago.2010. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/272/191> . Acesso em: 9 ago. 2023.

SMELSER, Neil J. *A Sociologia da Vida Econômica.* São Paulo, Pioneira, 1968.

SISAL. *In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.* Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sisal&oldid=62158140>. Acesso em: 9 ago. 2023.

TOURAINÉ, A. **La producción de la sociedad.** México, IISUNAM, 1995.

VIANA, M. S. ; SILVA, J. O. ; SILVA, L. L. Das experiências da comunicação a comunicação das experiências: aspectos preliminares da pesquisa. *In: PIMENTEL-JÚNIOR, C.; SALES, M. A.; JESUS, R. M. V. (org.). Currículo e Formação de Professores: redes acadêmicas em (des)articulação.* 1.ed. Campinas: Pontes, p. 258-252, 2018.



SOBRE OS AUTORES

Cristina de Jesus Nogueira

Graduada em Comunicação Social-Rádio e TV pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)-DEDC- Conceição do Coité-Ba. Monitora de ensino do campus XIV, Conceição do Coité. Monitoria remunerada do projeto Atravessando Muros: um diálogo possível entre a universidade e o ensino médio. Integrante do grupo FEL-Formação Experiências e Linguagens (UNEB). Curso técnico incompleto de Zootecnia pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IF baiano) do campus Guanambi. Atuou como professora de redação, português e geografia da Escola Municipal Professor Anísio Teixeira na cidade de Malhada-Bahia.

E-mail: crisnogueira2012@live.com

Daiane Kelli Moreira Carneiro

Graduanda do Bacharelado em Comunicação Social- Rádio e TV pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), monitora bolsista do Projeto de Extensão Prazer em Conhecer #Diálogos.Com.

E- mail: moreiradaiane16@gmail.com

Gean Martins da Silva

Graduado em Comunicação Social - Rádio e TV pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Foi pesquisador de Iniciação Científica Voluntário I.C) e monitor bolsista do Projeto de Extensão Prazer em Conhecer #Diálogos.Com. E- mail: geanm906@gmail.com

Maiana da Silva Lopes

Bolsista de Iniciação Científica pela FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia), graduanda do Bacharelado em Comunicação Social – Rádio e TV pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Grupo de Pesquisa Formação, Experiências e Linguagens (FEL).

E-mail: maianadasilvalopes@gmail.com

Moisés dos Santos Viana

Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - DEDC - Conceição do Coité-BA - Comunicação Social - Rádio e TV. Coordenador do Núcleo de Ensino e Aprendizagens Digitais do Centro Interdepartamental de Pesquisa em Educação e Humanidades (CIPEHUM). Coordenador Setorial de Estágio Supervisionado em Comunicação Rádio e TV. Atua nas áreas de Comunicação Social, Inovação, Experiências Comunicacionais, Estágio Supervisionado, Modelagem e Difusão do Conhecimento. Membro do grupo de Pesquisa: Agricultura Comparada e Agricultura Familiar (UFBA) e FEL - Formação, Experiência e Linguagem (UNEB).

E-mail: mviana@uneb.br



